



Diálogos Possíveis: História e Literatura em Perspectiva

Volume 2

Alex Rogério Silva

Thiago Henrique Sampaio

(Organizadores)



Comissão Permanente
de Publicações Oficiais
e Institucionais da UFSCar



Alex Rogério Silva
Thiago Henrique Sampaio
(Organizadores)

A decorative border with floral motifs at the corners and midpoints of the top and bottom edges, enclosing the title text.

**Diálogos Possíveis:
História e Literatura
em Perspectiva**

Volume 2

CPOI Comissão Permanente
de Publicações Oficiais
e Institucionais da UFSCar

São Carlos
2021

© 2021 by Alex Rogério Silva, Thiago Henrique Sampaio (Organizadores).
Direitos dessa edição reservados à Comissão Permanente de Publicações
Oficiais e Institucionais – CPOI/UFSCar.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização
expressa do Editor.

Projeto Gráfico: Alex Rogério Silva.

Editoração Eletrônica: Alex Rogério Silva.

Revisão Gramatical e Ortográfica: Alex Rogério Silva e Thiago Henrique
Sampaio.

Normalização e Ficha Catalográfica: Marina Penteado de Freitas
(CRB8-SP/6069).

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Diálogos possíveis: História e Literatura em perspectiva /
organizadores: Alex Rogério Silva, Thiago Henrique
Sampaio — São Carlos : UFSCar/CPOI, 2021.
v. 2

ISBN: 978-65-86558-31-9

1. Historiografia Literária. 2. História na Literatura. 3.
Literatura e História. I. Título.



Comissão Permanente
de Publicações Oficiais
e Institucionais da UFSCar



Reitora

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Vice-Reitora

Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Sumário

Prefácio	5
Joyce Rodrigues Ferraz Infante	

Apresentação	8
--------------------	---

Unidade 1: *Biografia e Memória*

A literatura historicizada: algumas reflexões e apontamentos	12
Kassiana Braga	

As fronteiras entre História e Literatura no memorialismo de Nelson Werneck Sodré	37
João Muniz Junior	

Unidade 2: *Estudos Africanos*

Amílcar Cabral e Amadou Kourouma: comparações, perspectivas anticoloniais e retratos pós-coloniais (Guiné Bissau e Costa do Marfim)	74
Gustavo de Andrade Durão	

O(s) arauto(s) de uma sociedade em transformação: João Albasini e seus heterônimos	102
Thiago Henrique Sampaio	

A construção de discursos de heroísmo e de memórias nas narrativas dos missionários britânicos na África centro-oriental (1856-1914)	139
Thiago de Araujo Folador	

Unidade 3: *Manuscritos, Romances e suas Representações*

A relação entre o pioneiro e a terra: paisagem e história em Terra Vermelha, de Domingos Pellegrini	168
Vinicius Schiochetti Regina Célia dos Santos Alves	
“A noite pertence às fadas”: tradição e subversão em “Amelia and the dwarfs”, de Juliana Horatiaewing	195
Guilherme Magri da Rocha Cleide Antonia Rapucci	
Sobre os Autores	230

Prefácio

Esta coletânea compõe o segundo volume da obra “Diálogos Possíveis: História e Literatura em Perspectiva”, organizada pelos pesquisadores das relações entre História e Literatura, Alex Rogério Silva e Thiago Henrique Sampaio, que, movidos pelo propósito de compartilhar, divulgar e intercambiar estudos e pesquisas sobre o tema, tomaram a iniciativa de publicar este livro.

Pensar as relações entre História e Literatura ou Literatura e História e suas imbricações significa adentrar-se em um amplo e diverso espectro de possibilidades de investigação que movimenta – de forma contundente, enriquecedora e também controversa – tanto o campo dos estudos literários como da historiografia. No que concerne à Literatura, no ensaio “A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea”, Hayden White afirma que “é possível produzir um discurso imaginário sobre acontecimentos reais que pode não ser menos ‘verdadeiro’ por ser imaginário. Tudo depende de como se elabora a função da faculdade de imaginar da natureza humana”. A Literatura, portanto, com seus componentes de realidade e ficção, verdade e imaginação, pode criar a experiência de reconstrução do passado e de acesso a ele, ao mesmo tempo em que promove uma reflexão crítica sobre esse passado e sobre a própria representação que dele oferece. Assim, a narrativa memorialística, autobiográfica, testemunhal ou ficcional fundamentada – ou não – por pesquisas a arquivos pessoais, públicos, fotográficos, filmicos, se dispõe a revisitar ou a reconstituir tramas individuais, sociais ou políticas com o propósito de transmitir e preservar memórias históricas e, ao mesmo tempo, indagar sobre causas e consequências de determinadas situações ou

períodos traumáticos. A Literatura, ao narrar, contar, perscrutar o passado, favorece a compreensão do momento presente e indica caminhos para o futuro.

Os temas reunidos neste volume são bastante diversos e, ao mesmo tempo, consonantes na medida em que apresentam – por diferentes vieses, enfoques, metodologias – a Literatura em suas relações com a História. As três unidades em que se divide a coletânea procuram agrupar os estudos por afinidades temáticas.

A primeira unidade – “*Biografia e Memória*” – contém dois estudos que tratam da permeabilidade entre Literatura e História. Kassiana Braga, em “A literatura historicizada: algumas reflexões e apontamentos” discute, a partir de referências a Sidney Chalhoub, as possibilidades metodológicas do uso da literatura como fonte para a historiografia. João Muniz Junior, em “As fronteiras entre história e literatura no memorialismo de Nelson Werneck Sodré”, examina a escrita memorialista do historiador, procurando destacar a interpenetração entre Literatura e História nesses escritos.

A segunda unidade – “*Estudos Africanos*” – possui três trabalhos, sendo que os dois primeiros tratam dos percursos e pensamentos de escritores e intelectuais africanos; o terceiro se detém no olhar de outros – missionários britânicos – sobre parte da África. Gustavo de Andrade Durão, em “Amílcar Cabral e Amadou Kourouma: comparações, perspectivas anticoloniais e retratos pós-coloniais (Guiné Bissau e Costa do Marfim)”, propõe uma reflexão sobre a África contemporânea em seu processo de emancipação das metrópoles europeias por meio da análise comparativa das narrativas escritas pelos intelectuais africanos citados no título e de suas trajetórias. Thiago Henrique Sampaio, em “O(s) arauto(s) de uma sociedade em transformação: João Albasini e seus heterônomos”, apresenta o percurso do jornalista e

intelectual moçambicano – fundador e diretor de jornal – e examina, por meio de seus escritos, o seu posicionamento em relação à administração colonial portuguesa. Thiago de Araujo Folador, em “A construção de discursos de heroísmo e de memórias nas narrativas dos missionários britânicos na África Centro-Oriental (1856-1914)”, analisa narrativas de missionários da *Universities’ Mission to Central Africa*, a UMCA, com o objetivo de apreender aspectos tendenciosos na representação que constroem de si e de outros – mulheres e africanos – e as intenções que norteariam esses escritos.

A terceira unidade – “*Manuscritos, Romances e suas Representações*” – reúne dois estudos cuja ênfase recai na análise literária em suas múltiplas relações com o contexto extraliterário. Vinicius Schiochetti e Regina Célia dos Santos Alves, em “A relação entre o pioneiro e a terra: paisagem e história em *Terra vermelha*, de Domingos Pellegrini”, analisam o modo como o romance alude à história e à fundação da cidade de Londrina, a partir do olhar periférico do protagonista, um pioneiro simples e anônimo. Guilherme Magri da Rocha e Cleide Antonia Rapucci, em “A noite pertence às fadas’: tradição e subversão em ‘Amelia and the Dwarfs’, de Juliana Horatia Ewing”, comentam o conto da autora inglesa e discutem as noções de infância e de imagem da criança vitoriana na literatura infantil da época.

Os textos aqui reunidos constituem uma pequena amostra das intersecções entre Literatura e História em pesquisas ora em desenvolvimento no ambiente acadêmico brasileiro. Constituem importante contribuição a quem investigue ou se interesse pelo tema.

Profa. Dra. Joyce Rodrigues Ferraz Infante – UFSCar, outubro de 2020.

Apresentação

O contato entre as diversas áreas do conhecimento tem se intensificado nas últimas décadas do século XX. Na área das Ciências Humanas vem ganhando força as pesquisas que envolvem interdisciplinaridade entre as mais diversas ciências que a compõem.

Neste segundo volume da obra *Diálogos Possíveis: História e Literatura em Perspectiva* o contato entre Literatura e História será frequente, na qual devemos encarar as conexões apresentadas ao longo dos capítulos aqui presentes como pontes existentes entre dois campos de conhecimento distintos e não como disciplinas que buscam disputar o domínio da narratividade. História e Literatura são regiões em que as fronteiras e os saberes dialogam. De acordo com François Hartog,

[...] de Chateaubriand a Balzac (...) os escritores haviam sido tomados pelo tempo e se apropriado dele (...) os historiadores estiveram (...) mais inclinados a apreender a marcha do regime moderno de historicidade e a descrever as suas diferentes expressões ao longo dos séculos XIX e XX¹.

O contato com a área de Letras perpassou os séculos. Na segunda metade do século XX, por exemplo, “os historiadores procuraram a Linguística e a semiótica (...) ao se interessarem cada vez mais por temas como a arte, a literatura, o cinema”². Desde então, as relações existentes entre História e Literatura se estreitaram cada vez mais no campo científico.

¹ HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 175.

² CARDOSO, Ciro Flamarion. História e textualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 226.

Para Nicolau Sevcenko³, o campo da linguagem desde o final de oitocentos despertou interesse das escolas históricas que se constituíam. Por ser o centro de toda a atividade humana, a linguagem seria produzida pelos complexos jogos de relações estabelecidas em sociedade. Desta forma, o contato entre Literatura e História tornou-se frequente ao longo das décadas, de acordo com Sevcenko,

O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosclênio dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com seu estado real. Nesse sentido, enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser. (...) ocupa-se, portanto, o historiador da realidade, enquanto que o escritor é atraído pela possibilidade. Eis aí, pois, uma diferença crucial, a ser devidamente considerada pelo historiador que se serve do material literário. (...) A literatura portanto fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos⁴.

³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 19.

⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*, p. 20-21.

A partir das considerações aqui apresentadas, o segundo volume se apresenta dividido em três unidades: Biografia e Memória; Estudos Africanos e Manuscritos, romances e suas representações.

Na primeira parte, intitulada “*Biografia e Memória*” perceberemos as intersecções existentes entre História e Literatura para os estudos das trajetórias de vidas e conheceremos possibilidades metodológicas da literatura enquanto fonte para a produção do conhecimento histórico.

Na parte seguinte, “*Estudos Africanos*”, acompanharemos a produção escrita de importantes intelectuais africanos, seus pensamentos e percursos de vidas. Ao final da unidade, começaremos a discussão sobre o olhar de outros a partir da perspectiva de missionários britânicos que atuaram no continente africano.

Na parte final, “*Manuscritos, Romances e suas Representações*”, percebemos as relações existente entre literatura e contexto extraliterário nas análises apresentadas a partir de uma perspectiva histórico-literária.

Esperamos que o segundo volume atenda a perspectiva e demanda dos leitores que buscaram essa obra.

Boa leitura!

Alex Rogério Silva

Thiago Henrique Sampaio

Os organizadores



Unidade 1

Biografia e Memória

A LITERATURA HISTORICIZADA: ALGUMAS REFLEXÕES E APONTAMENTOS

Kassiana Braga

O presente artigo tem como intuito tecer uma reflexão acerca da literatura enquanto fonte histórica. Para isso, discutiremos a inovação historiográfica que ocorreu durante a década de 1970 com a História Nova que propôs novos métodos e abordagens rompendo com a História tradicional possibilitando desse modo, um novo olhar e uma nova concepção para a pesquisa nesse campo.

Concentramos a nossa atenção em trabalhos de alguns historiadores que desenvolveram pesquisas utilizando fontes literárias e alguns que se debruçaram a refletir sobre essa temática.

Nosso objetivo é apontar caminhos possíveis de se trabalhar com esse tipo específico de fontes e mostrar o quanto a literatura pode ser historicizada a partir de teorias e metodologias variadas, levando em conta as possibilidades e os limites enfrentados ao se escolher a literatura para o desenvolvimento de uma pesquisa no campo da história.

Renovações na historiografia: A literatura como fonte histórica

Ao longo do tempo a historiografia mundial passou por inúmeras transformações no que se refere ao fazer do historiador em seus aspectos teóricos e metodológicos.

Em 1970 os historiadores franceses Jacques Le Goff e Pierre Nora organizaram a obra intitulada História – Faire de l’histoire discutindo novos

métodos, abordagens e o uso de fontes diversas, mostrando também os novos temas que os historiadores começaram a se debruçar em suas pesquisas como a literatura, o cotidiano a língua entre outros assuntos que não eram contemplados no paradigma tradicional.

Essa transformação surgiu por conta da necessidade de se investigar diversas fontes que não eram contempladas anteriormente e também devido à falta de outros tipos de documentos escritos:

É verdade que aos textos literários ocorreu, inicialmente, em face da carência de outros documentos escritos que possibilitassem reconstruir as histórias das sociedades mais antigas. Contudo, logo os historiadores perceberam que eles também poderiam ser de grande valor para o estudo para as culturas mais bem documentadas, justamente, pelo fato de iluminarem terrenos obscurecidos nas demais fontes⁵

A Nova História surgiu em resposta a História Tradicional, uma história que se concebia objetiva e baseada nos fatos, sendo pautada apenas em temáticas políticas, a nova ideia proposta tinha como intuito ampliar o repertório temático, a forma de se pensar e de se fazer história naquele momento, levando em conta a própria subjetividade do historiador e a multiplicidade das fontes históricas. Trata-se de uma transformação que proporcionou aos historiadores um novo olhar e uma nova maneira de tecer a operação histórica.

De uma história tradicional marcada tão somente pela narrativa dos acontecimentos de grandes eventos e de grandes feitos dos personagens e

⁵ FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: A fonte fecunda. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-92.

heróis e desenvolvida a partir de fontes e registros oficiais, a nova história preocupava – se mais com as estruturas e com a “história vista de baixo”, voltando a atenção para a trajetória de vida das pessoas comuns, dos excluídos, dos subalternos, dos esquecidos, dos marginalizados e dos desajustados socialmente. Nesse sentido, o periférico começou a ser um tema relevante e discutido na historiografia.

A partir dessa perspectiva, toda a atividade humana deveria ser investigada tendo em vista que possuía uma dinâmica histórica e desse modo poderia ser reconstruída.

Ampliou-se, nesse sentido, a noção de documento histórico, não interessava mais aos novos historiadores a desenvolver pesquisas e escrevê-las apenas a partir da análise dos registros oficiais, outros tipos de fontes foram sendo examinadas como processos crimes, testemunhos orais, fotografias e as próprias produções literárias.

Com essa ampliação dos documentos históricos, muitos documentos textuais e não textuais começaram a ser alvo de interesse dos pesquisadores, assim essas fontes “extraoficiais” possibilitou o desenvolvimento das mais diversas pesquisas.

Com o alargamento das fontes, os historiadores tiveram que buscar novas metodologias de análise e novos arcabouços teóricos a fim de investigar, interpretar e contextualizar tais textos literários e as fontes de outra natureza.

Dentro desse contexto, estabeleceram diálogos com outras disciplinas e se aproximaram cada vez mais dos antropólogos, economistas, críticos literários, sociólogos e psicólogos, como pontua Burke:

Seja como for, sua preocupação com toda a abrangência da atividade humana os encoraja a ser

interdisciplinares, no sentido de aprenderem a colaborar com antropólogos sociais, economistas, críticos literários, psicólogos, sociólogos etc. O s historiadores de arte, literatura e ciência, que costumavam buscar seus interesses mais ou menos isolados do corpo principal de historiadores, estão agora mantendo com eles um contato mais regular⁶

Essa interdisciplinaridade alcançou alguns historiadores ao campo da literatura em alguns países e também no Brasil, estudiosos como o professor Sidney Chalhoub (Unicamp) e a professora Sandra Jatahy Pesavento⁷ (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), além de vários outros pesquisadores no campo da História e das Ciências Sociais como *Raymundo Faoro*⁸ contribuíram muito com suas pesquisas, voltadas para a análise de fontes literárias, abrindo um novo leque de possibilidades dentro da historiografia.

Como em qualquer tipo de pesquisa histórica, para se debruçar sobre fontes literárias se mostra importante atentar – se a alguns detalhes, a começar pela escolha do tema/ objeto e a disponibilidade desses documentos.

Mostra-se imprescindível ainda estar a pardo que se tem discutido/ debatido sobre atemática, além de adquirir certa sensibilidade para escolher e construir a melhor metodologia a ser utilizada, bem como os referenciais teóricos que estão à disposição no momento da investigação histórica. Nesse sentido, existe um *modus operandi* a ser colocado em prática e a necessidade de estabelecer inúmeras perguntas e indagações.

⁶ BURKE, Peter. A Nova História Seu passado e seu futuro. In: *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP. 1992.

⁷ Sandra Jatahy Pesavento historiadora e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

⁸ Raymundo Faoro, sociólogo brasileiro.

A prática de observar, historicizar/contextualizar historicamente o objeto escolhido deve ocorrer para que se possa a partir dessas operações finalmente, interpretá-lo, compreendê-lo e construir uma representação do passado, como defende Pesavento: “na busca de construir uma representação sobre o passado, o historiador está preso a algo que tenha ocorrido e que tenha deixado traços objetivos, pois ele não cria traços, ele os descobre, pela pergunta que faz e o que cria realmente é a versão interpretativa”⁹

No caso de uma pesquisa em que se utilize fontes literárias é de suma importância observar outros pontos como, por exemplo, a diversidade dos inúmeros gêneros literários existentes. Desse modo, o historiador deve refletir sobre a forma que foram constituídos e como se deu o processo de perpetuação e as transformações ocorridas ao longo do tempo.

Deve-se partir de várias indagações, examinando a qual público se destina a escritura de determinado autor e quais papéis ele cumpre nas condições culturais do período investigado, como nos mostra Ferreira:

O historiador não deve se deixar seduzir por tais rótulos. Cabe aqueles que trabalham com a fonte literária, em vez de enquadrá-la em algum gênero pressuposto, interrogar a que público ela se destina e que papel cumpre nas condições sociais e culturais de uma época.¹⁰

O autor enfatiza que devemos ter um olhar cuidadoso com essas classificações criadas pela História da Literatura que categorizou tais gêneros por meio de uma linha evolutiva de escolas pontuando as principais obras e as suas características gerais como classicismo, romantismo, realismo e

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: Leitura da História e da Literatura. *História da Educação*, Pelotas, p. 35-36, 1 set., 2003.

¹⁰ FERREIRA, Antonio Celso. Op. Cit. p. 74.

modernismo. Assim, devemos levar em conta que esses padrões nem sempre contemplam todas as manifestações, o que pode resultar em exclusões de escritores e obras que não estão de acordo com essas categorias rigidamente estabelecidas.

Além desse ponto discutido, não se pode perder de vista que o texto literário tem uma natureza ficcional, o que faz com que muitas vezes não seja possível confirmar a veracidade do que está sendo relatado pelo escritor mesmo no campo das escritas de si, como nas autobiografias e nos diários íntimos.

Quando a fonte literária não é capaz de responder as perguntas do historiador, cabe a ele “[...] confrontá-las com outras fontes, ou seja, outros registros que permitam a contextualização da obra para assim se aproximar dos múltiplos significados da realidade histórica”¹¹.

De acordo com Ferreira, o entrecruzamento com outros tipos de fontes pode ser uma possível saída para se compreender certas lacunas no texto e informações não encontradas. Para isso, o historiador deve investigar outros tipos de documentos históricos, sejam eles textuais ou não, isso vai depender do problema localizado ou das perguntas que pretende responder, assim como o acesso a essas fontes.

Nessa mesma perspectiva, mostra que por muitas vezes se faz necessário se debruçar sobre outros documentos e fontes históricas para que se possa estabelecer uma intertextualidade que permita compreender o objeto investigado.

O pesquisador que se propõe a desenvolver uma pesquisa com fontes literárias poderá encontrar dificuldades em ter acesso a informações precisas como datas e ou mesmo descrições fidedignas de alguns

¹¹ FERREIRA, Antonio Celso. Op. Cit. p. 77.

acontecimentos. Sobre os impasses de se trabalhar com esse tipo específico de fontes, Pesavento afirma:

[...] a Literatura é fonte para a História dependendo dos problemas ou questões formuladas. Se o historiador estiver preocupado com datas, fatos, nomes de um acontecido, ou se buscar a confirmação dos acontecimentos do passado, a literatura não será a melhor fonte a ser usada. Mas, se o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo, a Literatura se toma uma fonte muito especial para o seu trabalho.¹²

Pesavento assinala os limites e as dificuldades que devem ser atravessadas pelo pesquisador que se debruça sobre os textos literários e apresenta as possibilidades que podem ser exploradas, como compreender as sensibilidades de um determinado período e espaço e as formas de como esses homens se autorepresentavam.

A seguir iremos tecer algumas reflexões acerca dos trabalhos do professor e historiador *Sidney Chalhoub* a partir das experiências que obteve com a análise de fontes literárias. A ideia é mostrar os caminhos percorridos, algumas metodologias de análise que foram construídas e as próprias dificuldades e os limites encontrados com esse tipo de investigação. O objetivo não é esgotar a discussão sobre a literatura enquanto fonte histórica, o que seria uma grande pretensão e de um intento inalcançável, mas lançar reflexões sobre a temática de modo que sirvam de inspiração para os pesquisadores e os simpatizantes desse campo.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. História da Educação*, Pelotas, p. 31-45, 1 set., 2003.

Sidney Chalhoub, História Social e a pesquisa com fontes literárias: Um trabalho possível e profícuo

No Brasil o professor e historiador Sidney Chalhoub é uma referência de pesquisa histórica desenvolvida a partir de fontes literárias. Especialista em História Social da escravidão, contemplando as relações de trabalho, a literatura e outros assuntos como doenças e cura, elaborou diversos trabalhos sobre essas temáticas.

Debruçando – se sobre as obras do escritor brasileiro Machado de Assis e por meio de leituras de outros autores que elaboraram pesquisas acerca das obras machadiana como John Gledson Roberto Schwarz em que tece uma série de críticas de suas análises, publicou sua celebre obra intitulada *Machado de Assis Historiador*.

Com esse título, mostra um lado historiador do romancista que ainda não havia sido contemplado em críticas e trabalhos anteriores. Nesse sentido, Chalhoub deu uma grande contribuição à historiografia em dois aspectos: o primeiro por investigar obras literárias, pratica em que ainda nos dias atuais não há uma tradição entre os historiadores brasileiros, e o segundo por trazer uma nova concepção acerca das contribuições de Machado de Assis sobre a escrita de seu tempo, pontuando as suas aspirações e a sua percepção referente a sociedade oitocentista, marcada pelo paternalismo e a escravidão, tema que não havia sido explorado pelos pesquisadores machadianos.

A sua colaboração foi contribuir com a sua análise histórica, relatando alguns aspectos não discutidos ou não problematizados devidamente em obras anteriores por falta de fontes ou mesmo por conta de se tratar de investigações com abordagens preocupadas com outras questões e temas.

Lançado em 2003, Chalhoub organizou o livro com os seguintes capítulos intitulados: *Paternalismo e escravidão em Helena*, *A política cotidiana dos dependentes*, *Ciência e ideologia em memórias póstumas de Brás Cubas* e *Escravidão e Cidadania: A experiência histórica*.

No início de seu livro trata de mostrar que Machado de Assis teceu por meio de suas obras a escrita da História do Brasil de seu tempo, revelando o modo de atuação dos escravos na sociedade brasileira durante o século XIX. Desse modo, defende que Helena deve ser lida a partir de duas historicidades, o ano de 1850 que se refere ao período discutido na obra e o ano de 1876, ano que foi composta.

Dentre vários assuntos que estava sendo discutido na obra Machadiana um deles girava em torno da Lei do Ventre Livre que foi aprovada no dia 28 de setembro de 1871.

Diferentemente do enfoque de John Gledson e Roberto Schwarz que não discutiram em suas pesquisas o tema sobre a escravidão, Chalhoub com seu olhar atento e apurado proporcionado pela longa experiência com a História Social pode perceber como se davam o vínculo dos dependentes com os seus superiores e como esses foram capazes de criar inúmeros subterfúgios para não se curvarem a vontade senhorial e serem vistos como sujeitos políticos.

Sobre a ideologia senhorial dominadora e a relação estabelecida entre os senhores e os escravos do período durante o século XIX comenta:

A experiência de anos de história social me permitia ver aqueles textos a partir de outra perspectiva. Aprendi a ver em Machado de Assis várias daquelas coisas que eu descrevia no livro *Visões da Liberdade*, sobre inviolabilidade da vontade senhorial, ideologia paternalista, sobre a possibilidade de o dependente – fosse livre ou escravo – se tornar ladino dentro dessa

ideologia, para atingir objetivos próprios a despeito da vontade dos senhores, ou mesmo por meio da realização dos desígnios dos próprios senhores.¹³

O autor mostrou a partir de sua análise das obras machadianas que a sociedade brasileira do século XIX era bastante paternalista e que os lugares sociais eram categorizados, trata-se de uma sociedade hierarquizada, dividida entre os senhores que exerciam forte domínio sobre os escravos e os demais dependentes de uma forma geral.

Desse modo, pontua que o romancista conseguiu relatar as transformações ocorridas entre os 1850 e 1871 e o projeto de dominação paternalista que ocorria nesse momento, assim como a crise desenrolada posteriormente.

Apesar da sociedade oitocentista ser bastante marcada por tais categorizações e estruturada na relação que se estabelece entre dominador (proprietários de terras, proprietários de escravos) e dominados (dependentes, subalterno, s homens livres pobres, escravos), o historiador revela certas artimanhas e as estratégias criadas pelos desfavorecidos diante dessa condição.

Nessa perspectiva, se contrapondo a ideia de Roberto Schwarz referente a polarização radical que estabeleceu entre escravidão e liberdade em sua obra, a grande contribuição de Chalhoub em *Machado de Assis Historiador* foi apresentar a posição política dos dependentes em geral, escravos e homens livres, perspectiva não explorada pelo crítico literário. Sobre esse aspecto político referente aos dependentes defende:

¹³ CURY, Claudia Engler; FLORES, Elio Chaves, BEHAR, Regina Maria Rodrigues; SECULUM, Regina. História, Literatura e Legados Historiográficos: Entrevistado: Sidney Chalhoub. *Revista de História* [20], João Pessoa, jan/ jun. 2009.

Para governar os seus trabalhadores – dependentes livres e escravos -, o senhor de terras e de gente tinha de lidar politicamente com os escravos e os agregados, vê-los como sujeitos políticos capazes de impor limites aos castigos físicos, reivindicar alforrias em determinadas situações. O senhor de escravos sabia que tinha a prerrogativa da violência, que podia torturar trabalhadores, que podia comprar e vender escravos, decidir libertá-los ou não; mas também pela questão da luta de classes, informadas pela percepção que os escravos tinham de sua condição, o que impunha certos limites ao modo como esse domínio se exercia.¹⁴

Apesar da hierarquia Chalhoub mostra que o senhor de terras tinha que conceber o escravo com um sujeito político dotado de vontades, aspirações e limites. Trata-se de reconhecer os perigos dessa relação conflitual a fim de poder lidar com seus dependentes de modo que pudesse exercer um controle e ao mesmo tempo evitar possíveis tensões entre eles.

Para ele, a perspectiva de Schwarz no tocante a essa separação brusca entre a escravidão e a liberdade faz com que não se possa compreender a complexidade de como a sociedade oitocentista funcionava tendo em vista que as fronteiras entre elas eram muito tênues nesse período. Ademais, Chalhoub assinala que o próprio homem livre pobre em geral continuava a ter a sua liberdade ameaçada pela prática do recrutamento forçado.

No que diz respeito a essas particularidades da sociedade escravocrata e a discussão sobre a escravidão e a liberdade pontua:

¹⁴ BERGAMINI, Atílio; TIBURKI, Eliete Lucia; BITTENCOURT, Icaro. Entrevistado: Sidney Chalhoub. *Revista do Corpo Discente de Pós Graduação em História UFRGS*, 2008.

Na sociedade escravista brasileira era possível revogar alforrias concedidas, a escravização ilegal era rotineira, o risco de retornar à escravidão por suspeita de ser “escravo fugido” era lancinante para muitos. Havia também a prática comum da alforria condicional, que deixava sempre uma massa de indivíduos numa situação intermediária, incerta, entre a escravidão e a liberdade.¹⁵

Para o autor é importante compreender como estava estabelecida a liberdade e a escravidão na sociedade oitocentista de modo que não se crie uma ideia simplista no que se refere a essas temáticas.

Sobre o conceito de liberdade destaca que se trata de um termo complexo para ser utilizado de forma generalista:

E liberdade era conceito complicado, limitado pela ideia de vadiagem e pelo procedimento rotineiro do poder público de utilizar o trabalho de prisioneiros, sentenciados ou não, em obras públicas e serviços públicos diversos – além do recrutamento forçado, outro limitante da tal liberdade [...].¹⁶

Chalhoub numa perspectiva da História social, analisando Schwarz acerca das obras machadianas como já apontado anteriormente, estabeleceu algumas imprecisões referentes a certos conceitos utilizados em sua narrativa e identificou alguns assuntos pouco explorados pelo crítico literário, ou seja, ele não havia contemplado alguns aspectos temáticos talvez por conta da impossibilidade de acesso a algumas fontes no período em que desenvolveu a sua pesquisa. Sobre esse aspecto comenta:

¹⁵ CHALHOUB, Op. Cit., p. 316-317.

¹⁶ Ibidem., p. 317.

[...] há muitos aspectos nessa relação entre forma literária e lógica social que ficam ausentes da leitura do Schwarz porque o que ele tinha disponível para interpretar a sociedade brasileira do século XIX não permitiu que ele imaginasse outras possibilidades de interpretação dos textos machadianos.¹⁷

Apesar das críticas apresentadas tece elogios a Schwarz, mostrando que o trabalho que desempenhou sobre o romancista fez com que ele pudesse desenvolver a sua investigação histórica:

Schwarz apresenta uma leitura mais estrutural, construída a partir da hipótese de que a forma literária traduz a lógica social. Logo, para ele, a diferença entre Machado e os outros escritores do século XIX brasileiro é que Machado teria sido bem mais sucedido em criar uma literatura na qual a forma do texto convence enquanto expressão da lógica social. Sem essas leituras eu não poderia ter pensado o que pensei em Machado de Assis, historiador.¹⁸

Desse modo, o historiador para elaborar sua pesquisa acerca da análise das obras machadianas dialogou com Roberto Schwarz e John Gledson, o que foi de grande valia para Chalhoub, no entanto ele conseguiu chegar a resultados diferentes do que haviam chegado dando a sua grande contribuição para historiografia brasileira:

Continua sendo verdade que eu não teria feito nada sem que eles tivessem aberto um caminho, me provocado. Mas o resultado a que chego é diferente porque incorpora um legado historiográfico que nós criamos nas últimas décadas. Não dá mais para falar da sociedade brasileira do século XIX como se falava

¹⁷CURY, Claudia Engler; FLORES, Elio Chaves, BEHAR, Regina Maria Rodrigues; SECULUM, Regina. História, Literatura e Legados Historiográficos: Entrevistado: Sidney Chalhoub. *Revista de História* [20], João Pessoa, jan/ jun. 2009.

¹⁸CHALHOUB, Op. Cit., p. 194.

há trinta anos, logo a leitura da literatura de Machado de Assis, baseada naquela produção, precisa ser repensada em função de um outro jeito de conhecer aquela sociedade¹⁹

Com a publicação de *Machado de Assis Historiador* no ano de 2003, Chalhoub concedeu inúmeras entrevistas em que discute a obra produzida a partir de fontes literárias. Nesse sentido, preocupa – se em comentar sobre os temas discutidos e o processo que se deu a escrita bem como a metodologia de análise construída.

Além de explorar as obras machadianas com o intuito de entender as experiências dos sujeitos na sociedade a partir da perspectiva da História social em que pode perceber como se davam as relações entre os senhores e os dependentes, investigando a sociedade escravocrata brasileira oitocentista e o processo do tráfico negreiro que se encontrava na ilegalidade por volta da década de 30, tema discutido alegoricamente por Machado de Assis em *Brás Cubas*, o autor tratou de vasculhar outros documentos para melhor compreender os pensamentos e o trabalho do romancista enquanto funcionário do Ministério da Agricultura. Para isso se debruçou sobre a leitura da obra intitulada *Machado de Assis Funcionário Público* do escritor *Magalhães Junior* onde pode coletar muitas informações a respeito da carreira de Machado de Assis enquanto funcionário público.

Assim como fez uso desse aporte, também analisou alguns materiais do Arquivo Nacional oriundo da administração pública. Nesse sentido, o autor estabeleceu uma intertextualidade entre a literatura machadiana e outros tipos de textos, prática referente ao ofício do historiador, sobretudo os que se debruçam sobre a análise de textos literários, sendo comum a busca por

¹⁹ CHALHOUB, Op.Cit., p. 196.

outros tipos de fontes para que se possa compreender melhor o objeto de estudo.

O acesso do historiador aos pareceres do romancista no período em que era funcionário do Ministério da Agricultura foi de suma importância porque possibilitou que percebesse um lado mais engajado de Machado de Assis do ponto de vista político, posicionamento bastante ignorado pela crítica literária oitocentista.

Sobre esses pareceres do escritor se posicionando a favor dos escravos em prol da Lei do Ventre Livre de 1871, Chalhoub comenta:

Então foi importante ver o Machado no Ministério da Agricultura, pois alguns dos pareceres que ele deu foram os mais militantes que você pode encontrar no interior do Ministério. Pareceres incisivos dados pela seção que ele chefiava – a favor, por exemplo, de alargar os sentidos da lei de 1871 em benefício dos escravos. Então ele via com muita clareza a importância dessa batalha jurídica dentro da administração em defesa da liberdade dos escravos.²⁰

Desse modo, Chalhoub conseguiu acessar esse lado mais político do escritor que não se encontrava explícito em sua narrativa, pois não era uma marca do autor posicionar – se assim em suas publicações literárias, a não ser por meio das alegorias decifradas pelo historiador posteriormente. Além desse ponto, não havia uma documentação evidente sobre as ideias políticas de Machado de Assis, por isso a necessidade de investigar outros documentos que pudessem apontar outros possíveis caminhos de interpretação para o historiador.

²⁰ CHALHOUB, Op. Cit., p. 15.

O autor também se debruçou sobre a crítica literária referente as ideias de Machado de Assis que de um modo geral apontou para a afirmação de que o romancista só conseguiu destacar – se enquanto literato pelo fato de não posicionar – se politicamente em suas obras.

Essa forma de estabelecer - se de maneira absenteísta do ponto de vista político era uma atitude esperada por parte dos literatos amadurecidos segundo a concepção vigente durante o século XIX no campo literário, sobretudo após a luta pela abolição da escravatura como pontua Chalhoub:

A grande literatura dependeria do amadurecimento, e o amadurecimento se media pelo grau de apagamento da política. É essa auto imagem que literatos do século XIX começam a construir, em especial após a fase de luta pela Abolição e pela República. Machado de Assis participou dessa construção, apesar de trair o credo a cada texto quando diz da política não dizer.²¹

No que se refere aos historiadores que se debruçam sobre pesquisas com fontes literárias, o autor afirma que elas devem ser tratadas radicalmente como um documento histórico e que se faz necessário adotar procedimentos metodológicos do campo da história, analisando o texto literário a partir de várias perguntas internamente e externamente ao texto, permitindo - se a investigar outros documentos para que seja possível articular um entendimento acerca do passado. Nesse sentido, cabe ao historiador debruçar - se sobre todos esses pontos elencados e analisar a narrativa pensando nas intenções do autor:

Nós sabemos, como historiadores, que todo o texto é uma narrativa, no sentido de ter que ser analisado nas suas intenções, nos seus protocolos, no seu modo

²¹ CHALHOUB, Op. Cit., p. 16.

retórico, na sua interlocução com outros textos. No caso da literatura, esse modo de fazer é literário e tem de ser analisado enquanto tal; um texto jurídico é informado por uma cultura jurídica pertinente, que o historiador tem de aprender a dominar para interpretar o sentido de seu testemunho; um ato administrativo acontece no bojo de cultura administrativa particular, que também tem de se tornar familiar ao historiador, e assim por diante. Em todos os casos, o historiador tem uma pauta semelhante de perguntas, mas as respostas serão sempre diferentes.²²

Em 2013 Chalhoub, em entrevista concedida para uma Revista científica de Porto Alegre intitulada *Organon*, reflete sobre as diferenças entre a perspectiva histórica e a perspectiva literária levando em conta as suas especificidades e as diferenças em seus modos de olhar a narrativa tecendo importantes informações que devem ser levadas em conta pelo pesquisador. Um ponto importante que levanta a alguns críticos literários gira em torno da ideia de que esses encontram na história “uma ancora para interpretação dos significados das alegorias”²³.

Segundo essa concepção, o crítico literário tem uma tendência a determinar uma estabilidade do sentido da história, ou seja, ele tem uma ideia errônea de que o conhecimento uma vez alcançado, está fechado, ideia inconcebível em uma abordagem histórica uma vez que os “os textos literários nunca terão uma estabilidade de sentido, entre vários motivos, porque sempre estarão sendo lidos a partir de uma perspectiva histórica que será sempre diferente”²⁴

²² BERGAMINI, Atilio TIBURKI, Eliete Lucia; BITTENCOURT, Icaro. Entrevistado: Sidney Chalhoub. *Revista do Corpo Discente de Pós Graduação em História UFRGS*, p. 321-322, 2008.

²³ BERGAMINI JUNIOR, Atilio. Entrevistado: Sidney Chalhoub. *Organon*, Porto Alegre, v. 28, n. 55, p. 203-218, jul./dez. 2013.

²⁴ CHALHOUB, Op cit, p. 209.

Nesse aspecto o autor mostra o quanto a visão do historiador em relação a interpretação da literatura é distinta da concebida pelos literatos, nesse sentido, existe um distanciamento e formas variadas e diferentes de se olhar e construir uma metodologia de análise uma vez que se trata de formações diferentes. Sobre esse aspecto em que o crítico literário busca certa segurança na história Chalhoub pontua:

Esse é o problema, às vezes que surge no diálogo com o crítico literário: às vezes ele busca que a história seja a âncora, dê segurança para as interpretações. A história não pode dar segurança nenhuma, para além da própria historicidade das interpretações. E, com isso não estou querendo cair em nenhum tipo de relativismo. Essas visões parciais, historicamente condicionadas, são visões verdadeiras, mesmo porque elas estão submetidas a critérios de demonstração e prova.²⁵

Antes da publicação do livro *Machado de Assis historiador*, o autor já havia se debruçado em refletir sobre o romancista em outro livro que organizou com Leonardo Affonso de Miranda Pereira intitulado: *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil* publicado em 1998 pela editora Fronteira.²⁶

Esse livro foi organizado com vários ensaios que tratam sobre a relação da história e a literatura, trazendo a ideia de como ela pode ser historicizada para que se possa compreender as experiências dos sujeitos na sociedade a partir da lógica social contida na narrativa literária.

²⁵ CHALHOUB, Op cit, p. 210.

²⁶ PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda, CHALHOUB, Sidney. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (Coleção Histórias do Brasil).

Nessa obra que organizou Chalhoub tratou de discutir no ensaio intitulado *Diálogos Políticos em Machado de Assis* sobre a estrutura paternalista da sociedade do século XIX, assunto que retoma em *Machado de Assis Historiador* posteriormente.

Outros pesquisadores machadianos também dão a sua contribuição como John Gledson em *A História do Brasil em Papéis Avulsos de Machado de Assis* em que discute a concepção as ideias de Machado de Assis por meio de seus contos.

Jefferson Cano colabora com o ensaio *Machado de Assis Historiador* e interpreta historicamente a obra *As memórias póstumas de Brás Cubas*, assim como Lúcia Granja que escreve *A Língua Engenhosa: o Narrador de Machado de Assis* em que analisa a produção cronista do autor.

Outros ensaios também trazem reflexões acerca de outros literatos como Luiz Gama, José de Alencar, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, desse modo, os ensaístas procuraram contemplar os aspectos históricos e memorialísticos das obras. Nesse sentido, a grande contribuição desses ensaios é trazer interpretações históricas acerca de textos literários. Trata-se de uma série de ensaios independentes entre si, mas que no fundo guardam um vínculo inegável: a tentativa de historicizar a obra literária, buscando sobretudo a lógica social do texto.²⁷

Apesar dos ensaios trazerem tanta contribuição com reflexões sobre obras analisadas de um ponto de vista histórico e memorialístico, eles também foram alvo de debates entre literatos e historiadores na época de sua publicação.

²⁷ SILVA, Maurício. CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (org.). *A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

A professora Lígia Cademartoriⁱ por meio da leitura desses ensaios teceu inúmeras críticas aos historiadores que se debruçaram a problematizar a literatura de um ponto de vista histórico.

Em 30 de agosto de 1998 Lígia publica no correio brasiliense uma resenha intitulada ironicamente como: *Obra traz dispensável tom narcisista* pontuando os aspectos negativos a respeito dos ensaios organizados por Chalhoub e Leonardo Affonso. Para ela na época, se constituiu um grande atrevimento dos historiadores conceberem a literatura como uma fonte histórica. Sobre essa crítica que tece, desabafa: A questão é densa e não se resolve com a mera declaração de que se vai tratar o texto literário do mesmo modo que se trata um registro de atas.²⁸

Para Cademartori, não se pode tratar o texto literário como um registro de atas como pontuou, porque defende que os pesquisadores devem levar em conta as ambiguidades existentes no discurso contido no texto literário.

Além disso, diferentemente do olhar de um historiador para autora também é inconcebível que uma obra literária seja considerada um produto de um tempo, perspectiva histórica em que ela considera extremamente problemática e acusa os ensaístas de terem sido anacrônicos em suas respectivas interpretações.

Sobre as personagens criadas por Machado de Assis que foram pelos ensaístas discorre:

As interpretações que as personagens machadianas fazem dos fatos históricos são, no contexto narrativo,

²⁸CADEMARTORI, Lígia. Obra traz dispensável tom narcisista: A História Contada. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso. *Cai na tentação de confundir literatura com testemunho histórico*. Correio Brasiliense, 30 de agosto de 1998.

mais importantes que os próprios fatos. Antes que a história do Brasil, interessa ao universo narrado o sentido relativo dos fatos históricos — sempre dependentes do ponto de vista de um sujeito — e o complexo processo de doação de sentido e seus efeitos.²⁹

Em sua concepção, deve-se levar em conta o sentido relativo dos fatos que estão sempre dependentes da percepção do sujeito. A autora devido a sua formação, preocupa-se mais com a linguagem, os sentidos e os efeitos presentes no texto.

Além disso, a partir de uma provocação aos historiadores, pontua que existem aspectos históricos num texto literário, mas que são eventos fragmentados. Nesse sentido, assinala: O que é preciso levar em conta é que os fenômenos históricos se refletem na literatura sim, mas como um objeto diante de um espelho que se partiu em múltiplos fragmentos. A correspondência não é linear. Alice continua do outro lado do espelho.³⁰

A autora em sua resenha acusa os historiadores de desqualificarem o ponto de vista distinto e interpreta os ensaios publicados em 1998 como uma tentativa de tratar a literatura como um testemunho histórico.

Em resposta a resenha publicada por Ligia Cademartori, um mês após a sua publicação em defesa da perspectiva histórica Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso publicam um artigo no Correio Brasiliense em 20 de setembro de 1998, onde defendem a análise histórica e partir de fontes literárias e tecem inúmeras críticas a resenhista.

Num primeiro momento pontuam que Ligia Cademartori em sua crítica cometeu um grave erro em confundir literatura com testemunho

²⁹ CADEMARTORI, Op, Cit., 1998.

³⁰ Ibidem.

histórico, além disso acusam – a de não ter se debruçado sobre a leitura dos 12 artigos que compunham o ensaio o que fez com que ela não se inteirasse da proposta dos autores, assim como fez uma leitura equivocada dos textos publicados.

Para os autores, a autora estabeleceu uma interpretação errônea dos ensaios e não foi capaz de conceber que existem leituras distintas e interpretações possíveis para além da crítica literária. Sobre esses aspectos defendem:

Ao deparar-se com uma postura frente à literatura muito diferente da reverência com a qual parece tratar as obras literárias - definidas pomposamente por ela como um “patrimônio da humanidade” - preferiu fechar os olhos para uma forma de lê-las que, embora não anule as demais, pode abrir ao leitor novas formas de compreensão de romances, contos, poesias e crônicas. Acabou, assim, por formar uma interpretação equivocada do livro, dando a entender que seus organizadores fariam da literatura um simples reflexo da realidade.³¹

Em resposta a Cademartori, os autores mostram que o intuito não foi o de tratar a literatura como um reflexo da realidade, mas apresentar novas maneiras de se interpretar textos literários, ou seja, trata – se de leituras possíveis, distintas do ponto de vista metodológico e das perguntas estabelecidas, mas perspectivas passíveis de serem problematizadas tanto por historiadores quanto pelos críticos literários.

Pontuam também que nesses ensaios procuraram problematizar os textos como produto de um embate social do qual os autores estavam

³¹CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Uma leitora diante do espelho. *Correio Brasiliense*, 20 de setembro de 1998.

inseridos. Desse modo, não tomam a literatura como descrições fiéis de uma determinada realidade:

É esse procedimento que permite, por exemplo, que Jefferson Cano possa ver nos romances de Machado de Assis uma tentativa de interpretação da história do Brasil, em diálogo direto com os historiadores de seu tempo. Do mesmo modo, podemos ver no artigo de Margarida Neves como Mário de Andrade, pensando a si mesmo como “intérprete” do Brasil, fazia de sua obra um meio de definição da imagem que tentava construir para o país. Vendo os literatos como sujeitos da história, trata-se de buscar as redes de diálogo a partir das quais foram construídas suas obras, na tentativa de enraizá-las socialmente para formar sobre elas uma compreensão mais aprofundada.³²

Nesse sentido, o intuito dos autores do ensaio foi o de compreender o sentido desses textos literários para os seus contemporâneos e fugir de algumas categorizações e julgamentos estéticos.

Em resposta às críticas tecidas por Ligia Cadermatori, defendem que não tiveram o objetivo de desqualificar a leitura dos textos literários, mas apresentar uma nova perspectiva:

Longe de desqualificar qualquer outra possibilidade de leitura dos textos literários, A História Contada somente propõe, assim, uma forma particular de encará-los. Para compreendê-la, porém, seria necessário que a resenhista se despisse dos preconceitos que, à moda de Jacobina, a fizeram buscar a própria imagem refletida no espelho³³

³² PEREIRA, CHALHOUB, Op. Cit., 1998.

³³ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Uma leitora diante do espelho. *Correio Brasiliense*, 20 de setembro de 1998.

Em tom irônico em defesa da perspectiva histórica os autores mostram que a preocupação dos historiadores gira em torno de conceber a literatura como fonte histórica, sendo possível trazer um novo olhar.

Uma breve conclusão

Diante do exposto, tentamos estabelecer uma reflexão geral acerca do uso de fontes literárias pelos historiadores. Partiu – se dos fazeres metodológicos e das reflexões de alguns profissionais que se debruçaram sobre esse tipo de documentos históricos.

O intuito foi o de mostrar como o historiador Sidney Chalhoub conseguiu investigar fontes literárias reforçando como podemos construir metodologias para trabalhar com esse tipo específico de fonte, ou seja, como foi mostrado ao longo do texto, trata-se de uma pesquisa possível e que fornece muitas informações e interpretações plausíveis acerca de um tempo, de uma sociedade, de um espaço ocupado por pessoas que estabelecem relações e de onde se se emergem os conflitos, acontecimentos em que se tem uma historicidade dentro da narrativa literária que deve e pode ser investigada com documentos literários.

Não se pretendeu discutir todos os temas abordados em *Machado de Assis Historiador*, mas, abordar um panorama geral da obra pontuando possibilidades metodológicas para trabalhar com esse tipo de documento.

A partir de sua abordagem, foi possível perceber que os literatos como Machado de Assis estabelecem uma interlocução social da qual eles estão totalmente inseridos e isso interessa à pesquisa no campo da história.

Nesse sentido, a fonte literária é um documento histórico como qualquer outro, embora seja muito importante para o historiador que se

debruçam sobre elas conhecer os embates e olhar dos críticos literários acerca dessas temáticas para que se possa conhecer esse universo como fez Sidney Chalhoub.

Procurou-se pontuar as diferenças e os embates existentes entre a perspectiva histórica e a da crítica literária a fim de pontuar que ambas preocupam – se com a literatura, mas apesar de se aproximarem de algum modo existe um distanciamento metodológico e de perspectiva que devem ser sempre lembrados.

Enfim, Sidney Chalhoub com a sua importante investigação histórica a partir de fontes literárias, problematizando a obra e a vida do romancista Machado de Assis nos prova por meios metodológicos e teóricos que debruçar – se sobre a literatura é tarefa dos historiadores também para que se possa compreender as experiências dos sujeitos na sociedade. Nesse sentido, a fonte literária é uma fonte fecunda como pontua o historiador Antônio Celso Ferreira, o que faz com que a pesquisa com esse material seja uma prática possível e profícua.

AS FRONTEIRAS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA NO MEMORIALISMO DE NELSON WERNECK SODRÉ³⁴

João Muniz Junior

A edição de sexta-feira, 15 de janeiro de 1999, do jornal *O Estado de S. Paulo* trazia a notícia do sepultamento de Nelson Werneck Sodré em Itu, cidade próxima a Campinas-SP. Dois dias antes, por volta das 18 horas, ele havia falecido naquela mesma cidade, local de nascimento de sua esposa Yolanda Sodré.³⁵ Na página em que aparece a notícia com informações gerais sobre a morte de Werneck Sodré, há um artigo intitulado “General foi o único militar a proclamar-se marxista”, com informações sobre a sua trajetória intelectual.³⁶ Dias depois, no domingo, *O Globo* traz um texto cujo título é: “Historiografia brasileira perde o seu último marxista ortodoxo”, que recupera trechos de uma entrevista dada por Sodré ao jornal poucos meses antes de falecer.³⁷

Esses e outros artigos, notas e reportagens sobre a morte de Nelson Werneck Sodré³⁸ gravitam em torno das concepções teóricas e das contribuições intelectuais do falecido aos estudos sobre o Brasil. O fio

³⁴ A pesquisa de doutorado da qual o presente texto se origina recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior– CAPES.

³⁵ SIQUEIRA, Cláudia. Nelson Werneck Sodré é enterrado na cidade de Itu. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jan. 1999.

³⁶ POMPEU, Renato. General foi o único militar a proclamar-se marxista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jan. 1999.

³⁷ MALUF FILHO, Aziz; MILLEN, Manya. Historiografia brasileira perde o seu último marxista ortodoxo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1999.

³⁸ Em determinados momentos do texto, iremos nos referir ao autor por meio da abreviação do seu nome formado pela sigla NWS, que aliás, era usada por ele próprio e por indivíduos que com ele interagiam.

condutor desses textos explora a ideia das contradições entre as facetas do militar, do historiador marxista e a comentada, mas nunca confirmada pelo próprio, ligação com o Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Os textos enfatizam ainda, a invejável lista de dezenas de livros e milhares de artigos publicados, além da intensa atividade dedicada ao ensino em instituições militares e civis.³⁹

Nelson Werneck Sodré é um intelectual com vasta obra que há algum tempo vem sendo alvo de uma dinâmica retomada para análise após anos excluída do debate acadêmico. O relativo ocaso da obra de NWS pode ser entendido, parcialmente, por ter sido considerada datada e esquemática por determinados setores acadêmicos, representativa de uma perspectiva do Partido Comunista Brasileiro.

Como apontado acima, o século XXI assistiu a um crescimento do interesse por diferentes aspectos de sua produção intelectual: a revolução brasileira; a análise literária; a análise do processo histórico do Brasil, as etapas da história nacional; os nacionalismos cultural, econômico e político; a vertente marxista presente na sua obra; suas relações com o ISEB, com as Forças Armadas Nacionais, com o PCB e o espaço que esse autor ocupa na historiografia brasileira. Todavia, as suas memórias não foram ainda contempladas com estudos mais detidos ou que as tomassem como objeto central de análise.

No presente texto, pensamos em abordar alguns aspectos relacionados à escrita memorialística de Nelson Werneck Sodré concernentes

³⁹ A obra do autor, que se afirma como dotada de “abrangência temática, esforço teórico e zelo de erudição”, apresenta um volume de mais de 50 livros, centenas de artigos, além de organizador de seis coletâneas e colaborador de diversas outras SILVA, Marcos. Werneck Sodré hoje. *Marxismo21*, São Paulo, 2012a, p. 4. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/WERNECK-SODRE-HOJE-Marcos-Silva.pdf>. Acesso em: 30/06/2020.

à zona fronteira existente entre história e literatura no âmbito de tais escritos.⁴⁰ Ao todo, esse autor assina cinco livros em que conta em primeira pessoa sobre a sua trajetória como militar, professor, escritor, pesquisador, editor, jornalista, crítico literário, historiador; que em razão do seu posicionamento político alinhado com as esquerdas, foi perseguido durante o Regime Civil-Militar de 64.⁴¹

A fim de darmos conta do que nos propomos fazer, o nosso procedimento de análise será conduzido em duas etapas que se complementam e que, apesar de serem dispostas em um plano sequencial, na verdade se conjugam de maneira inter-relacional, como veremos. É evidente que, por razões de economia, não teremos oportunidade de aqui aprofundarmos as nossas análises, mas o faremos de maneira a darmos conta do que intencionamos.

Em um primeiro momento, nos debruçamos sobre as virtudes epistêmicas presentes no memorialismo do autor. Em seguida, nos detemos nos aparatos da performance em seus escritos de si. No entremeio dessas duas chaves de leitura das memórias, se insere a ideia de uma operação

⁴⁰Não custa lembrar que após a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, Nelson Werneck Sodré apoiou a posse do seu sucessor legal, o vice-presidente João Goulart, que fora vetada pelos ministros militares. Por conta disso, foi preso e interrogado durante dez dias e destacado, contra a sua vontade, para servir em Belém. Insatisfeito, passou à reserva no início de 1962 na patente de General, pois possuía o curso de Estado-Maior. A partir de então, entregou-se totalmente à atividade intelectual de escritor e ao exercício do magistério no ISEB, onde passou a chefiar o Departamento de História. Imediatamente após a instalação da ditadura de 1964, o ISEB foi extinto por decreto, tendo sido seus diretores e professores investigados e Nelson Werneck Sodré teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Ele acabou sendo preso em maio de 1964, permanecendo detido por quase dois meses. SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 586

⁴¹*Memórias de um soldado* (1967); *Memórias de um escritor* (1970); *A Luta pela Cultura* (1990); *A ofensiva reacionária* (1992); e *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64* (1994).

autobiográfica, que funciona como uma espécie de meio de campo que interliga as duas esferas, de maneira a criar um amálgama interpretativo.

A opção pela escrita memorialística: a comunhão das virtudes epistêmicas e da performance

A escrita de cunho autobiográfico entre os historiadores brasileiros é uma raridade. Com exceção de algumas entrevistas, publicadas em revistas acadêmicas, em suplementos culturais ou coletâneas específicas⁴², além dos memoriais acadêmicos, como exigência de alguns concursos públicos.

No Brasil, temos somente dois destaques para historiadores que se lançaram à empreitada de contarem as suas vidas por meio de escritas de si, o próprio Nelson Werneck Sodré e Bóris Fausto, este último, autor de volumes como *Negócios e ócios* (1997), *Memórias de um historiador de domingo* (2010) e *O Brilho do Bronze* (2014).

O que teria levado NWS a escrever suas memórias? Na apresentação de *O fascismo cotidiano*, o autor se defende de possíveis críticas que viesse a sofrer em razão de seu ato de falar de si e indica que a escrita do livro não teria um viés narcisista, uma vez que a narrativa não era motivada pelo “desejo de posar. Mas porque suponho que em minha experiência individual existe muita coisa de peculiar ao meu tempo e ao meu país. Permitam que eu, finalmente, preste o meu depoimento”.⁴³

Primordialmente, portanto, as memórias teriam um cunho testemunhal, eivado de intenção política, de denúncia. Todavia, para dar

⁴²MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

⁴³SODRÉ, Nelson Werneck. *O fascismo cotidiano*. Belo Horizonte, MG: Oficina de Livros, 1990. p. 6.

conta de tal ação, NWS lançou mão de recursos narrativos e metodológicos que o deixavam mais à vontade e seguro: a experiência do trabalho como historiador, com dezenas de livros, ensaios e textos publicados. Dessa forma, a nossa primeira parada será para tratarmos das virtudes epistêmicas em sua escrita de si; a seguinte, será para relacionarmos tais virtudes com o viés performático das memórias.

As virtudes cultivadas como modo legitimador

Para falarmos de virtudes epistêmicas e em seguida estabelecermos a relação entre estas e a ideia de performance, faz-se necessário antes, nos determos no conceito que funciona como ponte entre ambas: a noção de operação autobiográfica. Tal concepção se inspira nas proposições de Certeau⁴⁴, que parte de uma questão aparentemente simples, o que faz o historiador quando “faz” história? a fim de buscar situar e descrever os meandros de um ofício por meio de uma reflexão teórica sobre o lugar social a partir do qual o profissional de história atua e produz conhecimento. O autor se envolve também com uma descrição das práticas, das técnicas, em resumo, dos métodos e dos procedimentos utilizados no trabalho histórico e o resultado deste esforço: uma escrita.

Para o historiador francês, a história, como disciplina, deveria ser abordada sob o viés de uma operação, como possibilidade de compreendê-la como a relação entre um lugar, que poderia ser um recrutamento, um meio, uma profissão; procedimentos de análise, ou seja, uma disciplina; e a construção de um texto, leia-se uma literatura, um discurso.

⁴⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Segundo ele, a operação histórica estaria baseada em um tripé responsável pela “combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita.”⁴⁵. O lugar social do historiador não seria necessária e exclusivamente um ambiente físico, mas também a comunidade de pesquisadores, o âmbito da profissão, o posto de estudos e de ensino, sendo que estes campos estariam submetidos a pressões e ligados a privilégios, formando uma particularidade. É a partir desses lugares e envolto por tais pressões que os métodos de trabalho são fabricados e instaurados. As práticas historiográficas possuem relação direta com o lugar social. Portanto, as técnicas de produção da história estão inseridas em um lugar e em um tempo específicos. Sendo assim, as “maneiras de se fazer” história e as técnicas por ela empregadas vão variar devido aos distintos contextos culturais, que cada sociedade poderia vir a possuir.⁴⁶

O terceiro elemento do tripé da operação historiográfica, isto é, a produção de um texto, é controlado pelo segundo elemento, as práticas, sendo que a escrita é também uma prática social. A História, como uma escrita, é o produto da experiência de pesquisa do historiador por meio do uso de uma prática. Esse processo ocorreria pela própria relação com o limite, a qual a atividade histórica possui. Certeau enfatiza que o discurso histórico busca possuir um conteúdo verdadeiro, verificável, assumindo a forma de uma narração, para se ter validade.⁴⁷ A citação seria uma das maneiras de outorgar legitimação a uma ideia proposta por um historiador. Este recurso confere ao citado a categoria de referencial, para dar credibilidade às ideias defendidas. Haveria um comprometimento nos estudos históricos com aquilo que pode ser verificado e atestado cientificamente.

⁴⁵ CERTEAU, Michel. Op. Cit., p. 66, grifos do autor.

⁴⁶ CERTEAU, Michel. Op. Cit., p. 78, grifos do autor.

⁴⁷ Ibidem. p. 101.

A ideia de pensar uma operação autobiográfica em relação ao memorialismo de Nelson Werneck Sodré se baseia no fato de que este autor valorizou recursos, aqui chamados de virtudes epistêmicas, advindos de sua experiência como historiador, a fim de compor a sua escrita de si. Sendo assim, tal operação autobiográfica, leva em consideração os seguintes elementos: lugar social (meio intelectual, instituições representativas desse meio, arquivos e acervos, entre os quais circulou, utilizou e referenciou em seu memorialismo); os procedimentos de análise (uso da metodologia historiográfica, dos recursos do campo literário e de uma performance); e a construção de um texto (uma narrativa marcada pelo hibridismo, proveniente da junção da técnica do historiador e do emprego da ficção).⁴⁸

As reflexões de Certeau contribuem a fim de se identificar as exigências apresentadas para se ser considerado historiador ao propor o conceito de operação historiográfica baseado no tripé: *lugar social, práticas “científicas” e escrita*.⁴⁹ As análises desse autor consagraram a relação entre as práticas historiográficas e o lugar social. Por esse viés, as técnicas de produção da história, que são o segundo elemento da tríade, estão inseridas em um lugar e em um tempo específicos, que variam na medida em que se desloca o foco da observação.

Certeau permite-os pensar que a escrita da História é o resultado não apenas de desejos individuais, mas, principalmente, das necessidades e pressões do lugar social de quem se encarrega da construção de uma

⁴⁸ O uso do termo ficção aqui é no sentido de *factio*, criação, e não de falseamento, pois a narrativa autobiográfica se baseia em um regime de verossimilhança entre o narrado e o vivido (SILVA, Wilton Carlos Lima da. Espelhos de palavras: Escritas de si, autoetnografia e ego- história. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012^a. p.51.

⁴⁹CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

narrativa baseada sempre numa pesquisa regrada por práticas historiográficas.⁵⁰ O fruto do trabalho de pesquisa do historiador, o texto, é carente de uma relevância social e como objeto de interesse dos seus pares, ou seja, a escrita da história estaria intimamente ligada a uma demanda social e profissional.

Quando nos referimos às virtudes epistêmicas estamos diante do problema sobre a definição do que é ser historiador. Essa definição depende de um conjunto bastante complexo e variado de fatores que podem se referir tanto à fabricação de algo, quanto aos processos de legitimação que frequentemente são assumidos pela comunidade acadêmica. Pode-se somar a esses dois fatores a ideia de que tal definição é igualmente dependente de um processo de construção subjetiva que implica na prática de algumas virtudes epistêmicas, morais e sociais.⁵¹

O conceito de operação historiográfica pressupõe a relação entre um lugar, que poderia ser um recrutamento, um meio, uma profissão; procedimentos de análise, ou seja, uma disciplina; e a construção de um texto, leia-se uma literatura, um discurso. Ohara complementa essa reflexão sobre o processo de se disciplinar o trabalho historiográfico ao afirmar que há um conjunto de regras procedimentais dedicadas a delinear, dar forma, bem como regular e configurar uma determinada modalidade discursiva cujo funcionamento estabelece que apenas um grupo de iniciados pode falar do passado – ou que, ao menos, os ‘estrangeiros’ devam se curvar aos critérios

⁵⁰ CERTEAU, Michel de. Op. Cit.

⁵¹ OHARA, João Rodolfo Munhoz. *Virtudes Epistêmicas na Historiografia Brasileira* (1980-1990). 2017. 151f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2017. p. 30.

pretensamente universais, atemporais, ou racionais de validação do discurso.⁵²

O conceito de virtudes epistêmicas favorece um olhar que, de forma mais abrangente, contemple a produção historiográfica dentro e fora dos muros universitários, pois “permite mapear os valores considerados desejáveis por certo grupo para que um indivíduo possa falar sobre o passado de maneira legítima.”⁵³

Esse olhar mais panorâmico encontra guarida no elemento das técnicas e procedimentos da operação autobiográfica. Assim, pode-se identificar em Nelson Werneck Sodré, um historiador autodidata, que nunca frequentou o ambiente acadêmico e produziu cerca de sessenta livros com uma temática variada, mas sempre preocupado com a questão da formação histórica brasileira e suas expressões culturais. Apesar de não ter feito parte da comunidade de “historiadores profissionais”, ele foi considerado como um dos tais em função da sua produção historiográfica e por apresentar as virtudes epistêmicas ou as técnicas que o qualificavam como um historiador.

O nosso mote aqui é refletir sobre como o conjunto dessas virtudes epistêmicas pensadas como técnica de elaboração de uma *persona* acadêmica (e social), influencia a maneira como NWS procura trabalhar com as técnicas do ofício de historiador no âmbito do seu memorialismo.

Nelson Werneck Sodré se encontrava sob determinado regime de virtudes epistêmicas que disciplinavam o trabalho historiográfico, mas, no processo de construção de seu modelo de *persona* acadêmica e na escrita de sua autobiografia executou um jogo de tensão e flexibilização dos limites de tais virtudes epistêmicas. É justamente esse jogo de tensão e flexibilização

⁵² OHARA, João Rodolfo Munhoz. Op. Cit., p. 23.

⁵³ Ibidem.

entre virtudes epistêmicas e performance no interior de uma operação autobiográfica, que nos interessa, pois se trata do que identificamos como a zona fronteira entre história e literatura.

Esse jogo de tensão e flexibilização ocorre em razão de uma dupla demanda inerente à escrita autobiográfica que, devido à sua constituição como um gênero híbrido, misto de história e de literatura, faz com que NWS adote na narrativa de sua vida, ao mesmo tempo, um comportamento virtuoso, exigido pela disciplina histórica, e uma postura performática, característica comum nas escritas de si.

Se a virtude epistêmica seria o que um historiador possui ou cultiva e que o faz ser reconhecido como tal, como pensar o lugar de NWS em relação a esse aspecto? No Brasil, somente a partir de meados do século XX se cristaliza o conceito de historiografia e o processo de institucionalização da história no âmbito universitário.⁵⁴ E quem está fora do ecossistema acadêmico? Deveria se curvar às regras e aos procedimentos a fim de ser aceito pela comunidade que coordena a criação e validação dos processos.⁵⁵

Falcon relativiza o desaparecimento dos historiadores autodidatas nos anos 1960 com a institucionalização acadêmica na formação dos profissionais de história.⁵⁶ Em sua análise, haveria duas fases na produção historiográfica brasileira mediadas por um período de dialética entre ambas.

⁵⁴Sobre a institucionalização do campo historiográfico no Brasil, ver PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima. *Brasiliana historical writing in global perspective: on the emergence of the concept of "historiography"*. *History and Theory* Wesleyan University, Theme, n. 54, p. 84-104, Dec. 2015.

⁵⁵OHARA, João Rodolfo Munhoz. *Virtudes Epistêmicas na Historiografia Brasileira* (1980-1990). 2017. 151f. Tese (Doutorado em História) -Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2017, p. 25-30.

⁵⁶FALCON, Francisco J. C. A identidade do historiador. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, v. 9, n. 17, p. 7-30, 1996, p.13.

A primeira, que persistiria até os anos 1950-60, seria a que ele denomina de “tradição”, composta, basicamente, por historiadores autodidatas, que contavam unicamente com “o reconhecimento de seus pares”.⁵⁷ A segunda fase seria a da “inovação”, com suas raízes nos anos 1930, época da publicação dos clássicos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr, da criação das primeiras Faculdades de Filosofia, como as da USP e da antiga UDF (sucendida pela FNFfi da antiga Universidade do Brasil), além da vinda do grupo de intelectuais franceses para o Brasil.⁵⁸

Apesar de a gênese da formação do profissional de história dentro da academia ocorrer desde os anos 1930, “é necessário ter em vista que o impacto de tudo isso, a começar pela irradiação e consolidação das possibilidades reais de inovação presentes nesses fatos, quer no ensino, quer na escrita da História, foi na verdade muito lento, e consumiu ainda duas décadas pelo menos.”.⁵⁹

O período de produção memorialística de Nelson Werneck Sodré se insere justamente nesse tempo intermediário entre a “tradição” e a “inovação”. Nessa ocasião, segundo Falcon, a influência da Escola dos Anais se faz sentir conjuntamente com a de Marx e Engels, duas vertentes que vão orientar a produção historiográfica da “inovação”.⁶⁰

Se focarmos em NWS, percebemos que este se insere no período de dialética entre “tradição” e “inovação”. Em razão de estar produzindo o seu memorialismo nessa fase de transição, esse autor mantém pontos de contato

⁵⁷ FALCON, Francisco J. C. Op. Cit., p. 8.

⁵⁸ Ibidem. p. 9.

⁵⁹ Ibidem. p. 9.

⁶⁰ Ibidem. p. 9.

com a geração⁶¹ da primeira fase, em virtude de não possuir formação acadêmica na área e a sua produção historiográfica precisar ser reconhecida por seus pares a fim de alcançar legitimidade; ao mesmo tempo é atravessado pela segunda fase, uma vez que produz uma obra historiográfica de matriz marxista.

Marcos Silva em *Nelson Werneck Sodré na historiografia Brasileira*, questiona da seguinte forma: “Como abordar o trabalho de um autor habitualmente situado fora dos cânones historiográficos instituídos, julgado refugio ideológico e objeto de descarte, tornado mesmo exemplo de ‘O que não fazer?’”.⁶² Em seguida, o autor relaciona alguns tópicos que, em sua visão, deveriam guiar as análises que tomassem como objeto de investigação o lugar ocupado por NWS na historiografia brasileira.⁶³

⁶¹A ideia de geração aqui vai muito além da combatida noção de um grupo de indivíduos que supostamente possuiria homogeneidade interna por ter experimentado um determinado percurso cronológico derivado de um tempo social demarcado. Acompanhamos aqui Angela de Castro Gomes quando propõe que a referência a uma determinada geração leva em consideração um “‘tempo’, que remete à memória comum de um grupo e à história que lhe é contemporânea. A noção, por conseguinte, situa-se na junção de memória e história, sendo fundamental explicitar que a referência é a uma memória ‘comum’, entendida enquanto testemunho de como um conjunto de homens experimentou um certo ‘tempo’. Falar de geração nessa perspectiva é falar de relações entre ‘pessoas’ de um mesmo grupo (que podem ou não ter a mesma classe de idade) e é falar também de relações entre gerações, pois há uma nítida dinâmica contrastiva nesse processo. Em qualquer das dimensões, a indicação é dar um tratamento ‘social’ ao tempo, tratamento esse que os approaches estruturalistas abafaram. Dessa forma, a noção de geração permanece ligada à ação do que se pode chamar de ‘eventos fundadores’ ou ‘acontecimentos marcantes’, mas não se esgota neles, na medida em que uma geração não está ‘datada’ pela coincidência com a ocorrência de fenômenos sociais e históricos específicos, mesmo porque eles podem ser vivenciados de múltiplas maneiras”. (GOMES, 1996, p.41. grifos da autora). GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 41.

⁶²SILVA, Marcos. (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. - Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 9.

⁶³ Quem se interessar sobre um debate quanto ao lugar de NWS na historiografia brasileira, consulte o livro organizado por Silva (2001), que em seus 13 capítulos,

Em primeiro lugar seria necessário retomar o debate sobre a produção intelectual desse autor, que foi interrompido em meados da década de 1970.⁶⁴ Em segundo lugar, deveria ser realizada uma relação entre as temáticas abordadas e trabalhadas por NWS com a rediscussão ou a retomada de tais temas que a historiografia mais recente vem realizando.

Esses dois passos iniciais serviriam para se situar não somente o que se produziu de análise sobre o papel de NWS na historiografia, mas também com a finalidade de se estabelecer comparações entre a produção desse autor e as mais recentes sobre os mesmos temas e objetos.⁶⁵

Acritica de Silvano tocante a abordagem ou a escassez dela em relação a NWS se refere ao fato de que se há uma tradição marxista na historiografia brasileira, ela não se resume às obras de Caio Prado Jr. e Fernando Novais. Autor inclusive relata uma experiência pessoal: em seu tempo de graduação em História na FFLCH/USP na década de 1970, “idade de ouro do considerar Sodré historiograficamente desprezível”, este, apesar de não ser indicado de maneira explícita, acabava sendo referenciado como alguém a ser ou criticado ou valorizado.⁶⁶

Ele reconhece que NWS não desapareceu por completo dos debates acadêmicos a partir dos anos 1980 ao mesmo tempo em que as análises sobre esse historiador, apesar de realizadas, tiveram pequena circulação em função

assinados por diversos autores, é discutido o papel ou a contribuição de Sodré em relação a várias temáticas: o ISEB; a Coleção *História Nova do Brasil*; a fundamentação marxista do autor; a sua contribuição para uma história militar do Brasil, para a história da literatura, da imprensa, do povo, da política, a geografia; além, claro, a discussão que se estabelece inserindo esse autor e a formação do profissional de história.

⁶⁴Vale destacar que isso vem sendo realizado nas últimas décadas, como tivemos oportunidade de chamar a atenção no primeiro capítulo.

⁶⁵SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. - Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 9-14.

⁶⁶SILVA, Marcos. Op. Cit., p. 12.

de um dado curioso: trata-se de investigações que ocorreram em nível de mestrado e doutorado, sendo que a maior parte não encontrou um público ampliado e por isso não foram suficientes para revitalizar o debate em torno de NWS.

Reis se debruça sobre os intérpretes do Brasil num recorte que começa em Varnhagem e vai até Fernando Henrique Cardoso.⁶⁷ A meio caminho, no marco dos anos 1950, o historiador se detém em Nelson Werneck Sodré e na sua contribuição intelectual cuja visão de emancipação e de autonomia nacionais em grande medida ocuparam um esforço de entenderas identidades do país.

Para esse autor, NWS seria o teórico marxista mais importante dos anos 1950, apesar de reconhecer que ele não seria “o único historiador marxista importante” nesse período.⁶⁸ O foco das análises de Reis será o papel desempenhado por NWS como teórico do PCB e do seu projeto de revolução brasileira. A partir dessa tomada de enfoque, balizado entre a Semana de Arte Moderna de 1922 e o Golpe de 64, Reis mapeia a consciência marxista no Brasil em suas várias etapas dentro desse recorte e localiza NWS na etapa que identifica como sendo a dos pioneiros na abordagem marxista da história do nacional.

Inclusive, NWS é identificado como sendo o “que há de melhor da primeira fase, de mais elaborado e argumentado, mais lúcido”.⁶⁹ com uma análise ligada à do PCB, que por sua vez, estava relacionado com a III Internacional, ao comunismo soviético e ao marxismo stalinista. Assim

⁶⁷ REIS, Jose Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC* /José Carlos Reis. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem., p. 150. REIS, Jose Carlos. Op. Cit., p. 150.

sendo, o PCB aplicava à realidade brasileira a noção da necessidade de se desenvolver uma revolução democrático-burguesa.

No terço final do seu texto sobre NWS, José Carlos Reis indaga: teria sido a ideia de revolução democrático-burguesa um delírio das esquerdas entre 1922 e 1964 ou foi uma teoria correta que acabou sendo superada pela história e pelos fatos novos?⁷⁰ Sobre essa provocação, os analistas de Sodré se dividiriam: para uns, a tese feudal e a sua consequência política, a revolução democrático-burguesa, seria inadequada à realidade brasileira. Endossam essa crítica, entre outros, Mantega, Fernando Henrique Cardoso e Ciro Cardoso, marxistas pós 1960. Enquanto que quem defende a tese feudal seriam os marxistas do PCB e intelectuais brasileiros de outras tendências.⁷¹

Francisco Iglésias em *Historiadores do Brasil*, considera a obra de NWS “fecunda e fecundante”⁷² apesar de, em sua visão, faltar a esse autor a originalidade ou o talento de composição de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Apesar dessa ressalva, Iglésias afirma se tratar de um pesquisador operoso e coerente, com boas passagens em suas obras.

Quando Iglésias compunha o seu livro supracitado, NWS ainda era vivo, inclusive, ambos morrem no mesmo ano de 1999, com diferença de pouco mais de um mês. Não é de se estranhar, portanto, o tempo verbal que

⁷⁰REIS, Jose Carlos. Op. Cit., p. 167-171.

⁷¹Sobre a questão das relações entre NWS e o PCB ver o livro de Paulo Ribeiro da Cunha, intitulado *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*, no qual há uma análise das origens do pensamento social de esquerda no Brasil, a inserção de NWS nesse pensamento, as suas relações com o chamado Partidão, a contribuição intelectual desse pensador no âmbito do marxismo e ainda, a sua atuação política, apesar de partidariamente falando ter ficado sempre nas entrelinhas e nos bastidores.

⁷²IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000. p. 213.

Iglésias utiliza para afirmar que: “Sodré foi e é eminentemente historiador, dedicando-se também à crítica literária, à estética marxista, ao materialismo histórico”.⁷³

Na avaliação dele, NWS cometeu equívocos interpretativos, produziu uma obra com alguns livros, de certa forma, repetitivos. Todavia, “Nunca fez promoção pessoal e nem foi promovido por ninguém. Decerto não está ainda devidamente colocado pela crítica, que o ignora ou lhe nega tudo, em atitude incorreta. Respeite-se essa produção, pela sinceridade de sua base.”.⁷⁴

Ao mesmo tempo que sai em defesa de certos aspectos da obra de NWS, Iglésias reconhece como sendo razoável as críticas ao mecanicismo das análises do autor avaliado em suas aplicações das teses marxistas que acabam diminuindo o rigor ou a lucidez das análises e finaliza dizendo que apesar dessas críticas, NWS deve ser respeitado em função da sua obra de fôlego, da “operosidade de uma vida dedicada à historiografia”.⁷⁵

Esses três autores, caracterizam e acolhem NWS como um historiador em razão da sua produção historiográfica, aspecto este considerado muito mais relevante do que a questão de ele não ser um historiador formado pela academia, o que coaduna com as reflexões de Falcon no tocante à produção historiográfica nos anos 1950-60 no Brasil. Mesmo quando são apontadas as fissuras nas formulações conceituais, teóricas e interpretativas, como a problemática dos restos feudais no Brasil, o que se ressalta em Nelson Werneck Sodré é a coerência intelectual, a tenacidade investigativa, a enorme capacidade de trabalho e o compromisso com o estandarte da emancipação nacional.

⁷³IGLÉSIAS, Francisco. Op. Cit., p. 214, grifo nosso.

⁷⁴ Ibidem. p. 216.

⁷⁵ Ibidem. p. 217.

Percebe-se nessas análises que algumas virtudes estão no campo do trabalho técnico do historiador, como o compromisso com as fontes, a preocupação com a metodologia histórica, o empenho interpretativo. Ao mesmo tempo, são valorizadas características morais, éticas, como operosidade, compromisso com a verdade, um determinado senso de dever ou de missão. As virtudes epistêmicas são um ramalhete entrelaçado de virtudes do âmbito da atuação e produção do profissional de história no sentido da técnica e de virtudes comportamentais alimentadas por uma conduta ética e moral.

Qual seria o sentido da valorização e manifestação das virtudes epistêmicas cultivadas por Nelson Werneck Sodré em seus livros de memória? Mero hábito de quem dedicara toda uma vida ao exercício da pesquisa e da produção historiográfica? Ou ação pensada como forma garantidora de legitimidade em seus escritos sobre si?

Talvez NWS se sentisse mais confortável em se aventurar pelo mundo da subjetividade sendo guiado por determinados valores epistêmicos que o consagraram como historiador das origens do Brasil. Todavia, mais que isso, é preciso reconhecer que em seu memorialismo as virtudes epistêmicas colaboram para reforçar o seu compromisso de historiador mesmo que estivesse lançando mão do recurso de falar de si para falar do seu tempo.

No âmago de um projeto de usar as memórias para contar sobre o que viveu e vivenciou e a ação em si de narrar se interpõe uma questão central: como conferir credibilidade ao narrado? No caso de NWS, esse questionamento nos faz pensar em dois aspectos: (1) a maneira de alcançar o selo de narrativa confiável foi conjurar as virtudes epistêmicas e, (2) essa preocupação com um determinado regime de verdade e a sua garantia no interior da narrativa esconde sob um diáfano véu um comportamento

performático, uma vez que a escrita de si é para um público. Quem escreve não apenas será lido, mas avaliado, analisado, conferido.

Os aspectos citados acima não guardam uma relação hierárquica ou genealógica. Como em um fenômeno *ouroboros*, tanto faz partir da ideia de que a necessidade de se comunicar com um público fez NWS assumir um comportamento performático e para garantir que seria “lido” como um historiador memorialista construiu uma narrativa eivada de virtudes epistêmicas, como tomar como ponto de partida que o comportamento virtuoso leva ao performático.

O atributo performático das escritas de si de NWS aponta para uma postura reflexiva na condução de sua exposição e se submete à avaliação pública, principalmente de seus pares. Como já apontamos, tal comportamento performático é então alinhado com as virtudes epistêmicas na escrita memorialística desse autor como estratégia legitimadora daquilo que é narrado.

Esse zelo com um texto de conteúdo verdadeiros e alinha com o pensamento de Certeau no tocante ao discurso do historiador. Ele enfatiza que o discurso histórico busca possuir um conteúdo verdadeiro, verificável, assumindo a forma de uma narração, para se ter validade.⁷⁶

A citação, assim como o uso dos arquivos, seria uma das maneiras de outorgar legitimação a uma ideia proposta por um historiador. Este recurso confere ao citado a categoria de referencial, para dar credibilidade às ideias defendidas. Haveria um comprometimento nos estudos históricos com aquilo que pode ser verificado e atestado cientificamente.

⁷⁶CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 101.

Nas suas memórias, NWS não faz uso amplo do recurso da citação, pelo menos não no sentido comum de citar outros autores. Todavia, o autor devota, uma preocupação de sustentar seus escritos sobre si na citação constante de sua base documental, composta pelo seu acervo pessoal. O apelo ao arquivo, uma das suas virtudes epistêmicas, àquilo que poderia ser verificado e atestado, como o quer Certeau faz parte da metodologia e da estratégia de NWS na elaboração do seu texto memorialístico.

Sendo assim, as memórias de NWS funcionariam dentro do sistema de consignação do arquivo, como o quer Derrida.⁷⁷ A relação de poder se dá uma vez que o memorialista procura garantir uma dupla sobrevida ao seu arquivo: ao doá-lo, em 1994, mas também por meio de uma determinada leitura e interpretação, a sua, sobre esse acervo.

Seguindo o raciocínio acima exposto, ao doar o seu arquivo pessoal somente após considerar que o seu projeto memorialístico estava consumado, uma vez que o último livro de memória publicado pelo autor coincide com a doação do seu arquivo para a Biblioteca Nacional, NWS estaria sob os efeitos do mal de arquivo, que atua como fenômeno motivador que anteriormente impulsionara a ação de transformar a escrita de si desse autor em uma nova forma de arquivo. Há que se reconhecer, ao mesmo tempo, o caráter inconcluso e aberto das memórias, uma vez que instâncias nela contidas estão a mercê de sofrerem atualizações, modificações e acréscimos realizados pelo próprio leitor, parte integrante da elaboração dos enunciados do texto.

Por esse viés, um arquivo pessoal, bem como os mais diversos componentes que por ventura acabem por aglutinar-se no processo de interpretação de um texto literário, engendra-se num ciclo perpétuo de

⁷⁷DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

renovação, uma vez que para Derrida “novos arquivos podem sempre ser ainda discutidos, sair do segredo e da esfera privada e ser submetidos a novas interpretações”.⁷⁸

Abaixo, citamos trecho em que NWS menciona o hábito arquivístico:

Por longos anos, escrevendo à máquina, obedeci ao hábito salutar de guardar cópia de minhas cartas, da correspondência expedida, como guardava a correspondência recebida. Contingências da vida, porém, assim como me forçaram a destruir, por mais de uma vez, numerosos livros da minha biblioteca, obrigaram-me a destruir os pacotes em que, cuidadosamente em ordem, estavam arquivadas aquelas cópias. É por isso que estou escrevendo essas memórias à base da correspondência recebida e de documentos outros, como recortes de jornal. Assim, os episódios vistos, de um lado, na perspectiva da época em que ocorreram, e, de outro lado, na perspectiva dos dias atuais.⁷⁹

O excerto nos permite refletir sobre três pontos que merecem destaque. Em primeiro lugar, confirma o hábito “salutar” de arquivamento desenvolvido pelo memorialista ao longo da vida. Segundo a confissão de ter destruído parte de seu acervo pessoal, principalmente as cópias das cartas remetidas. Por fim, o uso do arquivo como forma de completar e atualizar a narrativa construída em um duplo temporal: de um lado baseada nos documentos do arquivo, de outro lado lastreada na memória do autor, no presente em que escreve.

É possível ler a sanha de Nelson Werneck Sodré de guardar materiais em arquivos como um fator que atua na destruição da “memória

⁷⁸ DERRIDA, Jacques. Op. Cit., p. 69.

⁷⁹SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 285.

como *mneme* ou *anamnesis*”⁸⁰ opondo-se a esta por ser artificial. A busca por espaço para arquivar mais dados leva o memorialista ao longo da vida a um ímpeto destruidor. Revela-se no desejo de arquivar uma outra face: a aniquilação.

Em se tratando da escrita memorialística de NWS, na medida em que escreve sobre si e sobre o seu passado, a partir de referenciais do presente, como ele próprio alerta, fazendo uso de um arquivo lacunar e corroído pela pulsão, o narrador é responsável por articular os rastros de memória em dueto com os rastros do arquivo. Sendo o próprio arquivo um destruidor da memória, pois na medida em que se arquiva, a responsabilidade de lembrar é transferida do plano psíquico para o suporte arquivístico, fazendo com que o ciclo da pulsão entre em nova etapa.

A relação possível que propomos estabelecer aqui é a que existiria entre o arquivo pessoal de NWS e a sua escrita memorialística. Por esse viés, a escrita de si é uma literatura que figura como uma das formas de arquivo. Assim como o processo de arquivamento, em se tratando da escrita de memórias é complexa a tarefa de definir os conteúdos, temas abordados, o que se lembra e, por conseguinte, o que se esquece. Da mesma maneira que são feitas escolhas sobre o que fica e o que sai do arquivo, na escrita das vivências, as lembranças e os rastros dos acervos que serão ou não consignados também sofrem escolhas, cortes, ressalvas, destaques; algumas lacunas são preenchidas e outras são dilatadas.

⁸⁰DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 22. (grifos do autor).

A performance como segunda margem

Diana Klinger aponta que o termo inglês “performance” significa atuação, desempenho, rendimento, mas começou a assumir significados mais específicos nas artes e nas ciências humanas a partir dos anos 1950 como ideia capaz de superar a dicotomia arte/vida. Do ponto de vista da antropologia, uma performance é “toda atividade feita por um indivíduo ou grupo na presença de e para outro indivíduo ou grupo”.⁸¹

Por sua vez, Bauman⁸² afirma que Erving Goffman, em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, aborda de forma rica e original a constituição social do *eu* enquanto processo representacional, e, portanto, performático, como a elaboração e execução de um papel teatral ao mesmo tempo em que frisa que

[...] a identidade social é uma construção criada colaborativamente, produzida e reproduzida para apresentação, reconhecimento e ratificação perante um público, como parte do processo de produção realizado nos bastidores, por assim dizer, antes de ser apresentada no palco, na frente de todo mundo. Se a performance virtuosística tem um olhar – e um ouvido – reflexivo para as qualidades intrínsecas do ato do expressar-se, a construção performativa da identidade coloca em primeiro plano a capacidade reflexiva do Eu em se tratar como objeto.⁸³

⁸¹KLINGER, Diana. *Escritas de si e escritas do outro*. Auto-ficção e etnografia na literatura latino-americana contemporânea. 2006. Tese (Doutorado em Letras e Literatura Comparada) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 56.

⁸²BAUMAN, Richard. Fundamentos da performance. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 727-746, 2014.

⁸³BAUMAN, Richard. Op. Cit., p. 735.

No geral, o uso da performance traduz uma necessidade comunicacional. No caso específico de Nelson Werneck Sodré a regra não se altera, uma vez que esse historiador, tangido pelas virtudes epistêmicas do seu *métier*, ao se envolver com a elaboração de sua autobiografia precisaria ir além dessas virtudes a fim de dar conta de um gênero de escrita híbrido e performático.

No memorialismo de Nelson Werneck a performance se estrutura pelo exercício criativo da competência, ou seja, os recursos performáticos, como a capacidade de interação, de atuação, encenação ao se aliarem com as virtudes epistêmicas oferecem ao autobiógrafo os meios necessários a fim de construir sua narrativa. Essas virtudes epistêmicas são acompanhadas de virtudes morais, éticas, sociais, que em conjunto funcionam como mecanismos de persuasão disciplinar, horizontes de expectativas ou até mesmo como rotas marginais na composição das escritas de si. Fazemos referência a rotas alternativas uma vez que a empreitada autobiográfica em meio aos historiadores brasileiros foi sempre encarada com desconfiança pelo caráter subjetivo e literário de sua composição.

Como dito há pouco, a performance é um exercício que, entre outros aspectos, exige capacidade comunicacional e de interação. Essa última competência pode ser contemplada nas ocasiões em que o narrador das memórias de Nelson Werneck Sodré, nos moldes do narrador de *A Terceira Margem do Rio*, de Guimarães Rosa, convida o leitor a participar da história contada.⁸⁴ Como exemplo, podemos citar passagens em que o narrador de *A fúria de Calibã* relata a perseguição sofrida por Sodré e por seus companheiros em razão da publicação da coleção *História Nova do Brasil*. A

⁸⁴ Sobre a ideia do uso do recurso narrativo a que se poderia chamar de “a terceira margem”, ver: VITOR, Denise; COSTA, Sueli. A Transcendência no Conto “A Terceira Margem do Rio”. In: ROSA, Guimarães. *Nucleus*. 2011. p. 317-343. (v. 8).

perseguição se deu a partir das denúncias do procurador geral da Justiça Militar, Eraldo Gueiros Leite. É sobre a atuação do referido funcionário da Justiça Militar que o narrador afirma: “Não, esse sr. Gueiros não estava louco, leitor; ele sabia muito bem o que fazia, mentindo assim”.⁸⁵

Em outra passagem, dessa vez se referindo a uma fala de Pedro Aleixo na qual este defendia que o Brasil durante a vigência do AI-5 gozava de “plena liberdade”, o narrador ironiza: “É real, leitor: ele achava que estávamos em ‘regime de plena liberdade’. Demência, cegueira, burrice? Nada disso. Simples posição ideológica: havia liberdade para os Aleixos e tudo o que os Aleixos defendiam.”.⁸⁶

Em situações como as mencionadas acima é realizado um exercício performático comunicacional e interativo no qual o uso do recurso daquilo que se poderia chamar de “a terceira margem” na narrativa atrai e transporta o leitor para dentro da história e a história para a vida do leitor. Explorar esse recurso, por parte do narrador, revela um autor consciente da presença do leitor e desejoso de seduzi-lo para uma relação que se estabelece entre autor-narrador-personagem-leitor. Da parte do autor-narrador-personagem é uma atuação performática, pois é construída conforme se desenrola a narrativa e é singular a cada leitor.

O conceito de performance é complexo e polêmico, não só por aglutinar uma gama muito rica de aplicações, como também em razão de ter se transformado conceitualmente ao longo do tempo desde o seu surgimento. Se inicialmente o matiz e os contornos principais que lhe conferiam cor e

⁸⁵SODRÉ, Nelson Werneck. *A Fúria de Calibã*: memórias do golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 162.

⁸⁶ Ibidem. p. 164.

forma era o conteúdo das artes visuais, ao longo das últimas três décadas a performance tem sido contemplada pelo viés da narrativa.⁸⁷

Apesar dessa flexibilidade conceitual, um dos traços principais da performance é o seu caráter autoral. O conceito de performance permitiria a teatralização na construção da imagem de autor. Nesse ponto, vale salientar que adotamos uma sutil diferença entre o sujeito escritor e a figura do autor.⁸⁸ Nessa acepção, não existiria um sujeito pleno que o texto traz à tona ou esconde. Pelo contrário, tanto os elementos ficcionais, no sentido de criação, quanto a esfera pública do escritor são faces da mesma moeda, elementos que se ajustam de acordo com o ritmo da narrativa, mas que não podem ser pensados de maneira isolada.⁸⁹

Nesse segmento, conforme Klinger “O autor é considerado como sujeito de uma performance, de uma atuação, que ‘representa um papel’ na própria ‘vida real’, na sua exposição pública, em suas múltiplas falas de si, nas entrevistas, nas crônicas e autorretratos, nas palestras”.⁹⁰ Portanto, o que interessa do autobiográfico não é uma certa adequação à verdade dos fatos, mas sim “a ilusão da presença, do acesso ao lugar de emanção da voz”.⁹¹

No caso da autobiografia, a performance está atrelada ao exercício narrativo de um *eu* que parte do presente em que escreve e usa um narrador para acessar o passado sobre esse mesmo *eu*. Todavia, a passagem do tempo faz com que haja a impossibilidade de concomitância entre esse *eu* do

⁸⁷BERNSTEIN, Ana. A performance solo e o sujeito autobiográfico. *Sala Preta*. São Paulo, v. 1, p. 91-103, 2001.

⁸⁸ Sobre a ideia de autor, mais especificamente sobre a noção de função-autor, ver Azevedo, 2007.

⁸⁹KLINGER, Diana. Escrita de si como performance. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.12, p. 11-30, 2008.

⁹⁰ Ibidem. p. 24.

⁹¹ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico: dilemas de la subjectividad contemporânea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002. p. 42.

presente com o *si mesmo* do passado. Isso vai ao encontro da premissa de Ricoeur do “si mesmo como um outro”.⁹² A impossibilidade de acesso a si mesmo no passado da maneira como foi exige do autobiógrafo a capacidade de performatizar, ou seja, utilizar algumas máscaras a fim de construir um amálgama entre a *mesmidade(idem)* e a *ipseidade (ipse)* da identidade narrativa.

A *narrativa* dos acontecimentos, e, portanto, do(s) indivíduo(s), estabelece uma relação dialética das identidades *idem* e *ipse*: de um lado está o caráter, representado pela *mesmidade(idem)*, a estabilidade, constância, a imutabilidade; de outro, a *ipseidade (ipse)* como liberdade para a continuidade do “si”, ou aquilo que Ricoeur vai chamar de “(con)fiança” ou “fidelidadea si”, inovação, imprevisibilidade, decisão ética. O ponto central da identidade narrativa é a articulação entre o caráter (*mesmidade*) e a livre manutenção de si (*ipseidade*). A identidade é formada por meio da narrativa de sua própria história, assim é que se constitui a identidade do “eu”. Existe uma articulação entre história, narrativa e o “si-mesmo como um outro”, ou seja, o indivíduo se constitui como pessoa por meio de uma narrativa de sua história.⁹³ É o desejo de quem quer contar sobre si e parte em busca de identidade.⁹⁴

Nesse diapasão,

O *eu* não passa afinal de [uma] máscara, verdadeira persona, que não permite aos outros que nos vejam, mas que curiosamente, não nos permite ter uma visão perfeita. Escondendo a nossa multiplicidade, funciona como um duplo. O *eu* e o *outro* vivendo e passando

⁹² RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Tradução Lucy Moreira César. Campinas, SP: Papirus, 1991.

⁹³ RICOEUR, Paul. Op. Cit.

⁹⁴ ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico: dilemas de la subjectividad contemporânea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2002.

neste mundo, com suas margens, na postura ambígua de quem resguarda o seu íntimo.⁹⁵

Esse jogo de máscaras ocorre na escrita de si de Sodré, pois ao construir a narrativa que conta a sua trajetória pessoal o autor performatiza no jogo duplo da não realização de amplas incursões em sua vida íntima ou privada, e, portanto, se vale das máscaras de homem público, historiador, jornalista, escritor, militar, ou seja, revela-se escondendo-se. Ao longo de suas trajetórias e em diversas situações, frente à distintas audiências, as pessoas assumem posturas e narrativas que (re)afirmam identidades, constituindo sujeitos performativos.

Ao lançar mão da performance, NWS invoca “o enquadramento (*frame*) da performance, adota uma determinada postura reflexiva, ou alinhamento, para seu ato de expressar-se, assumindo responsabilidade por uma exposição de habilidade e eficácia comunicativas”.⁹⁶ Nesse sentido, submete-se à avaliação pública, principalmente de seus pares. Isso talvez explique a valoração das virtudes epistêmicas da área de atuação por parte desse historiador autobiógrafo. Ele se aventura na narrativa de sua vida, mas permanece zeloso dos parâmetros que o faz ser reconhecido como historiador por seus pares.

O esforço do narrador em usar os vestígios que ainda restaram do passado para recuperar “na perspectiva dos dias atuais” os episódios pretéritos evidenciam o comportamento performático, pois o acontecido não pode ser reconstituído tal como foi e o “si mesmo” sofreu alterações e é com as experiências do presente que será formatado.

⁹⁵GAMEIRO, Armino da Costa. O espaço autobiográfico em José Craveirinha. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. p. 23.

⁹⁶BAUMAN, Richard. Fundamentos da performance. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 3, p. 727-746, 2014. (p. 33).

Nesse sentido, a narrativa de si de NWS se mostra performática, uma vez que, assim como na performance, aqui, o personagem também passa pelo processo de ser, a um só tempo, sujeito e objeto de sua obra. Além disso, ele está em formação no momento mesmo em que narra, sendo autor de si.⁹⁷ Essa construção de si mesmo por meio da narrativa vai ao encontro do pensamento de Barthes no tocante ao eterno trabalho de elaboração de si na trama do texto:

Texto quer dizer tecido; mas enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu acabado, por detrás do qual se conserva, mais ou menos escondido, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, no tecido, a ideia generativa de que o texto faz, se trabalha, através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nessa textura –, o sujeito desfaz-se como uma aranha que se dissolvesse a si própria nas secreções construtivas da sua teia.⁹⁸

O cruzamento das virtudes epistêmicas com a necessidade de performance prossegue quando o escritor, na condição de autor-narrador, historiador que, por ofício, estuda a diversidade de dimensões que compõem a vida individual e coletiva, opta, como vimos no capítulo anterior, por um recorte formalístico de sua trajetória com ênfase na sua dimensão intelectual, mas que explicita, pelo silêncio, a incapacidade ou recusa de expor sua vida privada, sua afetividade e algumas relações questão cuidadosamente protegidas. O narrador se esforça em deixar claro que seu foco é a figura pública do autor. Nos raros momentos em que narra circunstâncias familiares

⁹⁷ Sobre a ideia de construção de si a partir do conceito de performance, ver COHEN, Renato. *Performance como linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

⁹⁸ BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, 2001. p. 112.

é com o objetivo de usar a passagem como trampolim para mergulhar na esfera pública das vivências de NWS.

De um lado, Nelson Werneck Sodré se preocupa com seu lugar de fala legitimado por determinadas virtudes, como a capacidade analítica racional, distanciada das subjetivações. De outro, com a execução de performances como saída para contar a sua vida em um recuo impossível a um passado tal como foi e a um si mesmo linear e homogêneo. Mas esse recuo contempla as atividades profissionais e, portanto, marginalizam aspectos subjetivos, íntimos. O comportamento performático aí se manifesta no uso de máscaras sociais que confirmam a ideia das opções por performance e traem uma objetividade sempre idealizada, porém nunca atingida.

No entanto, é inegável que tal iniciativa, é indissociável da questão da autoria como instância de legitimação. Bourdieu chama a atenção para a cristalização de um indivíduo singularizado cujo eixo gira em torno de um nome próprio, não aberto a intromissões que anulem o seu caráter privado. Tal nome próprio possibilita que se distinga o sujeito social em seu meio. Por conseguinte, o registro civil agrega “uma identidade social constituinte e duradoura que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis nos quais ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis”.⁹⁹

Ainda segundo Bourdieu nesse tipo de escrita autobiográfica, o nome próprio mostra-se um designador rígido: é a forma por excelência da imposição arbitrária feita pelos ritos institucionais, na qual a nomeação e a classificação introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferenciadas nas

⁹⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.188.

particularidades circunstanciais e nos acidentes individuais, no fluxo e na fluidez das realidades biológicas e sociais.¹⁰⁰

O discurso memorialístico, com a centralização do tripé identitário autor-narrador-personagem, está sujeito às exigências de determinado público leitor a quem direciona o seu conteúdo. Nesse diapasão, aquele que enuncia o discurso já o faz envolto por uma relação de esperadas virtudes epistêmicas que visam legitimar a obra apresentada.

O texto desse autor talvez pela junção do rigor historiográfico e da prática jornalística demonstra uma leveza da escrita que se exercita no contexto de memórias individuais e coletivas – família, amigos, colegas e outros personagens das lembranças pessoais – e movem-se em tempos e cenários da memória coletiva.

Nelson Werneck Sodré desenvolve uma narrativa complexa de textos e subtextos que se somam, se multiplicam, dividem-se, em um constante movimento. Na medida em que o leitor acompanha o narrador que conta as andanças do protagonista em uma variada topografia de instituições, locais de sociabilidade, de luta política e cultural como o Exército, o Clube Militar do Rio de Janeiro, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), as rodas literárias como a que havia nos fundos da editora José Olympio, as redações de jornais e revistas. As obras desse autobiógrafo estão inseridas em um processo de subjetivação e constantemente referenciado, em uma autoanálise permeada de crítica e sensibilidade.

O autor aqui analisado apresenta uma narrativa performática disciplinada pelas virtudes epistêmicas que lhes são caras: uso do método histórico na narrativa, compromisso com a verdade, receio da dimensão

¹⁰⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.189.

ficcional da escrita de si, autoafirmação como historiador. Todavia, essas virtudes epistêmicas que poderíamos chamar de tradicionais são combinadas com virtudes morais e sociais: coragem, sinceridade, honestidade, distanciamento das esferas familiares e subjetivas.¹⁰¹

As memórias de Nelson Werneck Sodré sem dúvida passaram por processos narrativos e por isso podem ser consideradas “forjadas”. O termo forjar aqui utilizado é muito mais no sentido de “fabricar” do que node “falsificar” conforme o senso comum geralmente trata a expressão. Ou seja, forjar, aqui, serve como noção de construir, elaborar, valer-se de elementos como fontes arquivísticas pessoais e alheias bem como da própria memória para recriação narrativa de sua história de vida.

À semelhança do ferreiro em sua luta com o aço, o memorialista, para reconstituir suas vivências, se vale de um material já existente para dar forma a uma nova situação, talvez nem tão nova, mas renovada, ressignificada. Seguindo a analogia, o autobiógrafo não cria algo do nada, mas parte de uma matéria prima: o vivido. Às vezes as vivências estão corroídas pela ferrugem do esquecimento e a recuperação pode ser trabalhosa. O autor de memórias então, se vê forçado a reelaborar, dar uma nova forma, mais brilhante, ou mais desgastada ainda, impondo esquecimento.

¹⁰¹ “É dessa maneira que podemos dizer que a formação do historiador não envolve apenas o aprendizado de técnicas de pesquisa; trata-se de cultivar o “olhar do historiador”, exercer uma série de disposições consideradas indispensáveis ao bom exercício do trabalho histórico. Assim, consolida-se um conceito de persona que articula virtudes epistêmicas e valores extra epistêmicos em configurações específicas, dando-lhes um sentido, hierarquizando valores e objetivos, estabelecendo modelos de conduta a serem seguidos.” OHARA, João Rodolfo Munhoz. *Virtudes Epistêmicas na Historiografia Brasileira* (1980-1990). 2017. 151f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2017. p. 30.

Não se trata de “inventar”, no sentido de falsear, mas de utilizar-se da memória, volátil, seletiva, a fim de construir, ou melhor, reconstruir um vivido coerente para o leitor. Não existe ficcionalidade “pura”. Toda ficção ancora-se em uma base de “realidade”. Portanto, mesmo quando “forja” uma vivência, o autobiógrafo baseia-se em episódios de sua história de vida, que, ao serem transpostos para a narrativa, passam por um processo de construção de sentidos, a fim de se tornar legível para o leitor que não esteve presente em sua “vida vivida”.

Seria interessante que as análises das escritas de si ultrapassassem a barreira do fato, por mais importante que este seja, podemos considerar tão relevante quanto o significado da construção narrativa sobre o acontecido. Se é “verdade” ou não, o valioso seria indagar: por que foi importante para o autobiográfico construir essa narrativa? Contar dessa forma ficcionalizada, personalizada? A construção narrativa personalizada da história de um tempo e de si mesmo e o significado por detrás dessa construção são questões instigantes e frutíferas na empreitada de se estudar as autobiografias.

O comportamento performático advém da impossibilidade de transpor para a narrativa a totalidade e a complexidade da vida vivida. Além disso, as escolhas de narrar a vida pública e deixar a privada em segundo ou terceiro plano forcem NWS a fazer uso de determinadas máscaras que revelam determinadas facetas: o professor, o jornalista, o crítico literário, o historiador; e escondem outras: o pai, o marido, o irmão, o tio, o sobrinho, para citar algumas.

A performance nesse autor seria a arte de se apresentar com uma proposta de narrativa a um determinado público, em grande medida de seus pares, e proporcionar aquilo que de seu autor se esperava: as vivências públicas e profissionais. Afinal, escrevia e esperava ser lido por historiadores,

intelectuais e pensadores com variados níveis de afinidade, que por sua vez, estavam sob um regime de virtudes epistêmicas que valorizavam a condução regrada do texto a partir de referenciais de verdade, do método histórico, do compromisso com os fatos, do receio quanto à ficção.

Em vários exemplos, revelam-se as habilidades narrativas do autor e a sua capacidade de transitar entre os níveis macro e micro. Estes são tangidos de maneira proporcional, ou seja, o narrador desloca a lente da objetiva com um foco aberto, panorâmico sobre o contexto histórico mundial e brasileiro ao acompanhar os deslocamentos do protagonista em suas relações com esses contextos. Aparecem, portanto, as cartas trocadas com críticos literários como Alceu Amoroso Lima, e isso é ocasião para o autor falar sobre as relações entre os críticos literários e as formações de grupos antagônicos que disputavam espaço nos jornais da época; ou então, cartas trocadas com Graciliano Ramos, o que é motivo para se abordar as perseguições sofridas por intelectuais durante o Estado Novo de Vargas; quando o narrador conta as dificuldades para o autor receber os pagamentos pelas contribuições jornalísticas ou as dificuldades para se publicar, é a chance para se construir um quadro das dificuldades encontradas por aqueles que viviam da atividade de escritor, as mazelas que acompanham o ofício, os baixos rendimentos e o péssimo reconhecimento. Quando fala das rodas literárias, como a que havia nos fundos da livraria José Olympio, é para traçar um mapeamento dos grupos de literatos que tinham em comum o ofício e as dificuldades a ele inerentes e que encontravam no convívio maneiras de superar e construir redes de sociabilidade.

O constante jogo de escalas é direcionado pelo narrador das memórias de NWS a acontecimentos internacionais. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial o autor conta que viajava para a Bahia a bordo de um navio

que foi atacado por submarinos alemães, mas que os danos não foram suficientes para causar uma tragédia maior do que o pânico generalizado entre os que se encontravam na embarcação. Segundo o memorialista, errara o governo brasileiro ao permitir que civis e militares viajassem em um navio com a Guerra em andamento. Ele havia sido destacado, assim como os demais militares a bordo, para organizar em solo nacional a participação brasileira no conflito mundial. Como se vê, a lente do narrador acompanha o vaivém entre o micro e o macro tendo como ponto de partida ou de chegada a atuação do protagonista nos eventos de sua época.

Em NWS, as esferas social, cultural e temporal também se fundem com as origens familiares (classe média que via na carreira militar do filho uma possibilidade de ascensão social), na vida profissional (militar e escritor), nas experiências intelectuais, nos laços de família (pouco comentados), nas relações de amizade e redes de sociabilidade (amplamente compartilhadas), nos relacionamentos com editores, donos de jornais. Aparece muito pouco de suas relações familiares e privadas. Quando tal ocorre é tão somente como ponto de partida para se narrar acontecimentos culturais, políticos ou sociais do nível macro.

Ele foi militar de carreira que chegou à patente de General e que cultivou uma vida intelectual e uma produção historiográfica sob o arcabouço teórico-metodológico do marxismo. Aliar esse posicionamento intelectual com a combatividade pela soberania nacional em uma constante luta política marcou sua carreira militar, culminando, por exemplo, com sua entrada para a terrível lista dos indesejados dos grupos reacionários no interior do Exército

após posicionar-se ao lado dos nacionalistas por ocasião da Campanha “O petróleo é nosso” nos idos da década de 1950.¹⁰²

Como punição, ele foi destacado para servir em Cruz Alta, extremo sul do país, distante da vida intelectual e das proximidades com os acervos, bibliotecas, redações de jornais e revistas, locais de pesquisa, interação social e cultural. Isso para citar somente um exemplo de segregação social e intelectual desse militar que frequentou constantemente as margens. Como historiador também experimentou as margens: suas obras, principalmente durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) foram repudiadas nas universidades que se institucionalizavam.¹⁰³

Portanto não é de se admirar que um historiador com experiências de marginalização ou social ou intelectual (ou até mesmo ambas) tenha se aventurado na escrita de memórias, gênero segregado entre os historiadores por sua constituição híbrida. Nelson Werneck Sodré coexistiu com as margens e acabou construindo um universo próprio a fim de lidar com esse ambiente. A escrita de si foi uma forma desse autor unir os seus pendores de escritor, com uma notável carreira como jornalista e crítico literário, com a

¹⁰² A partir dos anos 1950 Werneck Sodré enfrentará a pressão de setores do Alto Comando do Exército no sentido de arrefecer sua defesa do monopólio estatal sobre as reservas de petróleo. Além disso, a própria ascensão profissional que até então tinha sido construída a partir da dedicação em especializações e boa conduta, passou a sofrer estagnação, apesar de mantido o mesmo comprometimento, e a subida na hierarquia militar ficou restrita às promoções com base em tempo de serviço SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Retratos do Brasil – 60). p. 320-342.

¹⁰³ Thomé (2001) comenta que “Nos fins da década de 60, na USP, Nelson Werneck Sodré era lido pelos discentes mais por transgressão. Líamos seus livros na preparação de seminários, por exemplo, mas omitíamos seu nome ao colocar a bibliografia utilizada, porque os professores não gostariam.” THOMÉ, Maria Cristina. Nelson Werneck Sodré e a formação do profissional de história. In: SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 171-181.

profissão de historiador, com um legado de dezenas de obras e ensaios sobre a história do Brasil. A autobiografia tornou-se então uma espécie de embarcação que permitia o tráfego entre ambas as margens: a da história e a da literatura.

Unidade 2
Estudos Africanos

**AMÍLCAR CABRAL E AMADOU KOUROUMA:
COMPARAÇÕES, PERSPECTIVAS
ANTICOLONIAIS E RETRATOS PÓS-COLONIAIS
(GUINÉ BISSAU E COSTA DO MARFIM)**

Gustavo de Andrade Durão

Introdução

Os escritos dos autores africanos são documentos relevantes para a constituição de uma historiografia ainda pouco limitada pelas divisões dos campos do saber. Trabalhar dois escritores proeminentes na era contemporânea como Amílcar Cabral (1924-1973) e Amadou Kourouma (1927-2003) pode representar uma relação entre o saber histórico e a representação literária. Nosso objetivo aqui é demonstrar comparativamente a trajetória de dois pensadores, expandindo a discussão sobre o pensamento social africano e compreendendo os aspectos do contexto de emancipação do qual fizeram parte.

Os dois autores, se comparados, possuem aspectos tanto semelhantes quanto divergentes, tornando mais complexa a nossa narrativa nesse momento. Os campos de atuação para a emancipação da África estão bem demarcados nos dois autores, mas os projetos futuros para os países nos quais atuaram ainda precisam ser mais bem definidos. Esse recorte visa abarcar as décadas de 1960 e 1970 como delimitação para os processos de emancipação da África lusófona (Cabo Verde e Guiné Bissau) e francófona (Costa do Marfim) abrangendo respectivamente o papel de Amílcar Cabral e Amadou Kourouma bem como as suas narrativas pela libertação das suas realidades

regionais. Ainda assim, acredita-se que o duplo viés interpretativo irá ao mesmo tempo demonstrar as trajetórias desses autores (ainda pouco conhecidos por um público não acadêmico) e demonstrar as fortes relações entre a História da África e as narrativas dos escritores (pós) coloniais.

Na relação entre análise das narrativas literárias e a militância desses autores há um sem número de aspectos dentre os quais poderíamos nos deter. Contudo, vale lembrar o quanto a atividade intelectual e política de Amílcar Cabral já encontrou vasto campo historiográfico cuja produção pode ser encontrada em livros e artigos on-line.¹⁰⁴ Assim, visando uma comparação na esfera da literatura engajada, aponto por outro lado algumas aproximações (e distanciamentos) com o escritor da Costa do Marfim Amadou Kourouma, almejando compreender as diversas esferas da luta anticolonial, bem como a complexidade dos autores africanos diante da dura realidade de negação das liberdades (e do indivíduo em si), a qual foi o período de situação colonial.

A primeira parte se dedica a compreender o sentido do “pós-colonial” dos dois autores. Enfocando as contribuições da crítica literária, será pensado o lugar das produções desses autores rumo às transformações das estruturas no campo das ideias. A sessão buscou mostrar como os escritores estão inseridos na teoria pós-colonial, contribuindo para o que Ngũgĩ wa Thiong’o aponta como “descolonização do espírito”, que nada mais é do que descolonizar as ideias.

A segunda parte visa demonstrar um pouco das trajetórias anticoloniais dos autores corroborando uma rápida cronologia responsável a fim

¹⁰⁴ SANCHES, Manuela Ribeiro. Introdução. In: *Malhas que os Impérios tecem. textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012.

VILLEN, Patricia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Também nos utilizamos de alguns dos textos de Carlos Lopes dentre os quais destaca-se “Amílcar Cabral – Recueil de textes introduit par Carlos Lopes” (Cetim, 2013).

de situar o leitor sobre suas produções e os rumos destas no tempo e no espaço, de compreender a importância de cada obra e, como a relação entre a luta pela descolonização da África de expressão francesa se relacionou com a de libertação lusófona, sobretudo nos projetos de continuidade a que se “vulgarizou” chamar de neocolonialismo.

A terceira parte da narrativa ficou estruturada no eixo da unidade para a África contemporânea. Foi trabalhado um pouco da geopolítica africana no que concerne a um projeto de unidade que, para a África Ocidental Francesa, foi a efêmera Federação do Mali e, para a África lusófona, a formação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) pode ser compreendida ainda como um plano de unidade sobre os territórios do continente.

O último ponto da análise se concentrou em desenvolver a emancipação para Amílcar Cabral e Amadou Kourouma, levando em consideração alguns aspectos teóricos presentes em suas produções. O papel de Amílcar Cabral de valorizar a cultura e clamar pela constituição dos aspectos de uma identidade africana para Cabo Verde e Guiné se assemelhava, assim, à crítica de Amadou Kourouma sobre o silenciamento das tradições orais na antiga África Equatorial Francesa.

A compreensão dos escritores em questão está ainda por ser feita e aqui vislumbra-se compreender dificuldades, acertos, limites e avanços do escritor africano em âmbito pós-colonial. Dessa forma, pretende-se um recorte pontual de conceitos-chaves para compreender o papel desses autores e atores de suas próprias transformações sócio-político-culturais. Tanto Cabral quanto Kourouma possam nos ajudar, nos orientar a “deslocalizar” e “descolonizar” nosso pensamento ocidental, problematizando as percepções

de cultura, emancipação e unidade bem como para os pesquisadores dos estudos africanos contemporâneos.¹⁰⁵

Destarte, vamos compreender os conceitos de unidade e de emancipação em grande parte da obra destes autores, sobretudo, levando em consideração o escrito “Arma da Teoria: unidade e luta” (1995) e “O sol das Independências (1968)”, de Amílcar Cabral e Amadou Kourouma respectivamente.¹⁰⁶

Dois olhares pós-coloniais

Nosso olhar sobre a História da África representa uma perspectiva ainda vaga na perspectiva do que sabemos dos intelectuais africanos e de quais foram suas contribuições efetivas para as ciências humanas no âmbito geral. Por isso, a necessidade de analisar esses dois intelectuais tão diversos foi uma maneira de compreender os posicionamentos dos autores diante das perspectivas sociopolíticas e culturais vividas por eles. Como ressalta a professora Manuela Sanches:

[...] A complexidade das reacções e análises, bem como das próprias teorias pós-coloniais, só pode ser entendida em todo o seu alcance se se considerar a sua dependência de histórias e teorias que as abordagens actualmente prevalescentes tendem, por vezes, a descurar ou a utilizar de forma descontextualizada.¹⁰⁷

¹⁰⁵ SANCHES, Manuela Ribeiro. (org.). *Descolonizações – reler Amílcar Cabral, Césaire e Dubois*. Lisboa: Edições 70, 2018. p.18.

¹⁰⁶ Na nossa narrativa será o texto literário será abordado como fonte para as análises concernentes aos estudos africanos.

¹⁰⁷ SANCHES, Manuela Ribeiro. Introdução *In: Malhas que os Impérios tecem. textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012. p.11.

Através da percepção de que existe uma teoria pós-colonial sendo explorada pelos historiadores, sociólogos, antropólogos e filósofos, percebemos o quanto a produção intelectual dos pensadores africanos legitima a pesquisa e o estudo aprofundado dos contextos coloniais. Isso tem gerado extrema dificuldade para os neófitos no sentido de não perceber que o pós-colonial não se trata do período pós-independências, mas uma teoria rica de significado por carregar análises que apesar de afro-centradas encontram espaço nas explicações sobre o terceiro mundo, sobretudo, quando criticam o capitalismo neoliberal.¹⁰⁸

Vale dizer o quanto é perverso reduzir o pós-colonial ao seu aspecto temporal, e muito mais profícuo operá-lo como uma ferramenta teórico-metodológica importante para descentrar o pensamento europeu das ciências humanas. De certo modo Amílcar Cabral já passa a ser lido como um pensador pós-colonial e do mesmo modo como ocorreu com Frantz Fanon, de um tempo relativamente curto começou-se a ler e interpretar os textos desse intelectual na academia.¹⁰⁹

Dedicou-se esse breve espaço para elaborar uma breve compreensão do que é esse pós-colonial e de como se enriquece a análise dos intelectuais africanos quando se tem a perspectiva de conjunto entre eles. Dito de outra maneira apesar das trajetórias serem distintas há que se compreender a de que

¹⁰⁸ RENAULT, Matthieu. *Frantz Fanon: de l'anticolonialisme à la critique postcoloniale*. Paris: Éditions Amsterdam, 2011. p. 21.

A contribuição do filósofo Matthieu Renault sem seu livro “Frantz Fanon – de l'anticolonialisme à la critique postcoloniale” (2011) auxilia a pensar o pós-colonial como algo que ainda está em constituição nas ciências humanas.

¹⁰⁹ WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura. (ed.). *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory. A Reader*. London: Person Education Limited/ Longman, 1994. p. 24-25.

modo a atuação intelectual desses pensadores se interligou em um sentido de unidade para a África Negra.¹¹⁰

Contudo, a maior dificuldade presente nessa análise é inserir o escritor costa-marfinense Amadou Kourouma nessa perspectiva pós-colonial, fundamentalmente porque as suas análises estavam restritas até o momento ao campo literário. A obra “O sol das Independências” (1968) abre caminho para se falar abertamente do sistema colonial, mas traz ainda a importância da “tradução” das línguas nativas e com isso capta magistralmente o “griot”, sintetizando a oralidade para a literatura de expressão francesa. Nesse sentido, a escrita de Kourouma é extremamente inovadora e reveladora da realidade africana, pois expõe um debate “sobre a tradição que continua a suscitar vivas controvérsias.”¹¹¹

Desde a “descoberta” do Movimento da Négritude pela intelectualidade brasileira foi impossível ignorar as expressões dos pensadores africanos no mundo, bem como a história da experiência de “ser negro no mundo” em um contexto excludente, preconceituoso e opressor da “situação colonial”. Nesse sentido, atualmente a trajetória dos escritores africanos demonstra as relações entre a História e a Literatura, aonde é necessário focar no que se constituiu como uma literatura negro-africana ou uma literatura pós-colonial de expressão africana – fonte de inúmeras interpretações sobre o contexto da África.¹¹²

¹¹⁰ Iremos abordar no tópico seguinte a temática do pan-africanismo, contudo, ele não será versado de maneira tão ampla nesse espaço.

¹¹¹ CHEVRIER, Jacques. *La Littérature nègre*. Paris: Armand Colin, 2003. p.130-31. “Il faut cependant reconnaître que le débat autour de la tradition continue à susciter de vives controverses.”

¹¹² Para compreender melhor a definição de uma história da literatura negro-africana (pós-colonial) ver a entrevista:

KESTELOOT, Lilyan. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ew5ZFMe-iCk>. Acesso em: 11 abril 2020.

Como a diáspora é vista frequentemente como pré-condição para uma classe específica das pessoas ex-colonizadas e frequentemente envolve o acesso a maiores oportunidades educacionais e econômicas, a classe se torna um assunto importante no tema dos estudos da diáspora.¹¹³

Certamente os estudos do pós-colonial e da História da África como um todo tiveram forte influência do marxismo histórico, entretanto, a perspectiva analítica sobre a produção dos intelectuais outrora colonizados nos conduz a interpretações contraditórias. Não quer dizer que devemos aumentar as clivagens nos estudos sobre intelectuais africanos, mas é preciso compreender que estudos étnico-raciais, historiografia e crítica literária precisam ter seus limites bem definidos para não confundirem o leitor recém-chegado nestes debates.

Também é preciso lembrar o quanto os estudos afro-americanos incentivaram a imersão nas trajetórias dos indivíduos negros visto que a *Blackness* foi se tornando algo bastante relevante, levando-se em conta as lutas pela igualdade de direitos da década de 1960 e a luta contra a segregação racial marca tão presente da sociedade norte-americana. Mais uma vez podemos recorrer às análises da literatura para compreender esse aspecto:

Esse gesto de recortar uma problemática determinada e usá-la para reestruturar o passado e avaliar o presente ocorreu nos Estados Unidos em vários outros tipos de discurso, que, por falta de um termo mais apropriado, podem ser chamados de **críticas de**

¹¹³ ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Gareth. *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*. London: Routledge, 2003. p.219. "Since diaspora is also often the pre-condition for a particular class of ex-colonized people and often involves access to greater educational and economic opportunities, 'class' becomes an important issue in diaspora studies."

minorias. Os **Black Studies** ou **estudos de negritude**, investigam como as relações raciais desempenham um papel importante, muitas vezes estruturador da literatura ocidental (grifos do autor).¹¹⁴

É ainda muito comum enxergarmos as definições dos estudos dos movimentos artísticos como foi o *Movimento Négritude*, bem como os escritores africanos sendo caracterizados como marxista-leninistas. Nesse sentido, ainda é preciso realizar o recorte desse fator colonial, tão carregado de ambiguidade e dicotomias. O mais paradoxal na compreensão dos intelectuais da envergadura de Kourouma e Cabral é perceber que a maioria das definições de suas trajetórias e análises de suas produções ainda é realizada pelo “outro”. A questão da subalternidade ainda tão presente nas análises de Bhabha e Spivak ainda precisa ser aprofundada, visto o quanto as análises pós-coloniais ainda estão por serem feitas.

Um último aspecto sobre essa crítica vem a ser o papel privilegiado de ambos os pensadores. O que nos causa estranhamento é perceber o quanto os sujeitos por vezes pós-coloniais ou colonizados é tido como uma espécie de porta-voz de sua realidade e ao mesmo tempo “essencializado” pela crítica ainda eurocêntrica e ocidental.

Essa é particularmente o caso onde as oportunidades oferecidas pela classe, riqueza e migração ao centro metropolitano dão ao sujeito diaspórico acesso ao tipo de cultura favorecida pelo mercado ‘global’ que não está disponível ao ‘sujeito no seu lugar’ colonial (tradução livre do autor).¹¹⁵

¹¹⁴ DURÃO, Fabio Akcelrud. *O que é crítica literária?* São Paulo: Nankin Editorial, 2016. p.103.

¹¹⁵ ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Gareth. *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*. London: Routledge, 2003. p.219. “This is particularly the case where opportunities offered by class, wealth and immigration to the metropolitan centre, give the diasporic subject access to the sort of

Em outras palavras não se pode negligenciar a multiplicidade, as diversas experiências e a grandiosidade de ser um escritor pós-colonial. Estar nesse “entre-lugar” foi algo extremamente prejudicial, contudo, a trajetória dos intelectuais africanos carregou igualmente muitas transformações, pois eles não faziam parte do povo, eles eram parte de uma intelectualidade, algo totalmente novo para a época. Para a interpretação desses pensadores é preciso saber que os precursores mais do que nunca, sofrem, por estarem fora do lugar e por conta disso foram capazes de gerar profundas transformações em suas respectivas realidades.

Amílcar Cabral e Amadou Kourouma – trajetórias anticoloniais

A percepção dos países africanos ainda está pautada por alguns estereótipos e desde a década de 1960 foi possível perceber alguns deles, sobretudo, no que diz respeito ao mito da aceitação tática em relação aos aspectos abusivos da colonização. A aproximação dos países africanos do continente europeu foi mais intensa do que se imagina ao longo da História e se deu através dos contatos coloniais.¹¹⁶

O colonialismo português carrega o estigma de ter sido um dos últimos a deixar o solo africano e por conta da grande empreitada no continente pode ter deixado marcas indeléveis com a “colonização das mentes.” Um dos aspectos mais sérios da empresa colonial portuguesa é essa necessidade se sobrepujar aos sujeitos de tal maneira que criou uma construção ideológica que perdura reproduzindo a máxima de que os

cultural favoured by the ‘global’ marketplace that is not available to the colonial ‘subject in place.’”

¹¹⁶M'BOKOLO, Elikia. *Afrique Noire: Histoire et civilisations* (tome 2). Du XIX^e siècle à nos jours. 3. ed. Paris : Hatier, 2008.

portugueses reproduziram a colonização mais humana e pacífica do continente africano.¹¹⁷

Nascido em 1921, Amílcar Cabral na cidade de Bafata (Guiné-Bissau) carregou uma trajetória bastante extensa dentro dos movimentos de libertação dos países lusófonos. Seus pais eram comerciantes em Cabo Verde e precisaram migrar devido às grandes secas que assolavam o arquipélago.¹¹⁸ Localizado no Oceano Atlântico a quase 600 metros da costa da África Ocidental e contém dez ilhas que cobrem uma vasta área do mar atlântico.

Amílcar Cabral foi fruto de uma geração cuja herança tinha sido buscar as bases africanas do arquipélago de Cabo Verde e da Guiné Bissau. A aproximação em 1957 com o Partido Comunista Português foi algo importante para sua orientação política e aos poucos foi constituindo uma noção de seu projeto nacional, bem diferente da arquitetada pela metrópole. Sendo assim,

[...] viriam a criar o Centro de Estudos africanos em Lisboa, por iniciativa de Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade e procurariam utilizar forma tão ampla quanto possível, as potencialidades culturais e políticas da Casa dos Estudantes do Império, antes de se verem forçados a refugiar-se no estrangeiro.¹¹⁹

¹¹⁷GUIMARÃES, José Marques. Herança e Memória do Colonialismo. *População e sociedade*, Porto, v. 25, jun., p.146, 2016.

Causou-me espanto ao preparar uma aula sobre a Violência Colonial na África ocupada pelos portugueses ter encontra mais artigos sobre os combatentes lusófonos do que os nativos africanos.

¹¹⁸LOPES, Carlos. *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. p.8.

¹¹⁹GUIMARÃES, José Marques. Herança e Memória do Colonialismo. *População e sociedade*, Porto, v. 25, jun., p.153, 2016.

A busca pela África e a aproximação com os ideais libertários devem ser levados em consideração no contexto em que vivia. Amílcar Cabral poderia ter se destacado dando apoio a um administrador ou mesmo conseguido uma boa colocação em Lisboa, mas aproximou-se do ideal de libertação nacional de Cabo Verde e da Guiné.¹²⁰

Em 1944, enquanto eclodia a Segunda Guerra Mundial Amílcar Cabral concluía seus estudos em São Vicente (Cabo Verde). Após algumas tentativas conseguiu uma bolsa para continuar seus estudos em Lisboa. Assim, o jovem Amílcar formou-se anos depois como engenheiro agrônomo, realizando uma trajetória brilhante ele pode se inserir nos meios intelectuais os quais criticavam a penetração colonial portuguesa.¹²¹

Cabral iniciou seus estudos no Centro de Estudos Africanos em 1946 e quando em 1952 voltou para Guiné-Bissau (apesar da censura promovida pela *PIDE* - Polícia Internacional portuguesa) conseguiu um trabalho como engenheiro agrônomo em seu país natal.¹²²

Ahmadou Kourouma cumpriu uma trajetória comum aos integrantes de uma determinada classe média na Costa do Marfim de Boundiali (norte da Costa do Marfim) e de 1935 a 1941 cursou a escola agrícola de sua cidade. Em 1943, Kourouma fez os seus estudos secundários (ensino médio) ainda na Costa do Marfim (Bingerville) e em 1947 fez os seus estudos técnicos em Bamako (Mali) e entrou em contato com a complicada situação política da África Ocidental Francesa onde as greves já contestavam a forma como a

¹²⁰ ANDRINGA, Diana. A dupla vitória de Amílcar Cabral. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Descolonizações: reler Amílcar Cabral, Césaire e Dubois*. Lisboa: Edições 70, 2018. p.104.

¹²¹ LOPES, Carlos. *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. p.8.

¹²² Ibidem., p.9.

colonização francesa conduzia o conflito envolvendo os trabalhadores nos seus territórios.¹²³

Amadou Kourouma trouxe um gênero literário inovador para a Costa do Marfim, sua terra natal. Mas sua escrita rompeu barreiras visto que envolveu todo um contexto cultural preocupado com os preceitos pós-coloniais das décadas de 1960 a 1970.¹²⁴ Seu primeiro romance, *Les soleils des indépendances* (O sol das independências), retratava a realidade de vários países africanos que, mesmo tendo saído de uma condição colonial, continuavam tendo uma dependência muito grande em relação à antiga metrópole. Nesse sentido, suas obras foram muitas vezes um incômodo para o presidente da Costa do Marfim (o proeminente político Félix Houphouët-Boigny) que o perseguiu durante anos, obrigando-o a procurar o exílio em diversos países.¹²⁵

Em 1956, Amílcar Cabral já se organizava em torno do partido que ajudou a fundar, o PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde). Esse partido foi influenciado pelo movimento revolucionário de Angola MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) de Agostinho Neto e Viriato da Cruz sendo possível afirmar que ambos fizeram parte de uma tomada de consciência política e cultural da África lusófona.

Ao mesmo tempo na década de 1960 eclodiram os processos de libertação nacional influenciados por uma intelectualidade extremamente engajada tais como o próprio Amílcar Cabral, Roberto Holden, Mário Pinto

¹²³ OUÉDRAOGO, Jean; BARRY, Saidou Alcény. *Les Soleils des indépendances*: Ahmadou Kourouma. Littératures entre des lignes. Paris: Honoré Champion, 2013. p.12.

¹²⁴ ADHIKARI, Foora Das Gupta. Quando a proximidade é arte: entendendo os romances francófonos africanos de Ahmadou Kourouma. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 5-27, jan./abr., 2015.

¹²⁵ Ibidem., p.6-7.

de Andrade entre outros.¹²⁶ Esse período é um momento importante para muitas personalidades africanas, sobretudo, por conta do pan-africanismo que permeia os pensamentos deixando o binômio unidade e luta mais presentes na realidade africana. Frantz Fanon (Argélia), Kwame Nkrumah (Costa do Ouro), Thomas Sankara (Alto Volta), Patrice Lumumba (Congo Belga) e Sékou Touré (Mali) são outros nomes proeminentes de ativistas e intelectuais com projetos bem definidos para a África Negra.¹²⁷ Todos eles, incluindo Amílcar Cabral se responsabilizaram pela luta contra o domínio colonial através das ideias e buscaram novos meios para que houvesse uma ideologia adaptada a essa realidade pós-colonial africana.¹²⁸

Como lembra o estudioso Carlos Lopes sobre o problema da ausência da ideologia: “Relativamente à ausência de ideologia, tratava-se de demonstrar a necessidade de vontade própria, um debate muito contemporâneo, hoje usado com roupagem nova: ‘ownership’, apropriação”.¹²⁹

Colonização e unidade pan-africana: contorno geopolítico

[...] o renascimento nacional, que vinte anos antes tinha permitido à Guiné sob Sékou Touré e Mali sob Modibo Keita redescobrir suas raízes africanas, foi usado para fabricar a todo custo uma unidade nacional e mobilizar várias memórias a fim de reforçar um

¹²⁶ LOPES, Carlos. Amílcar Cabral. *Recueil de textes introduit par Carlos Lopes*. Genebra: Cetim, 2013. p.10-11.

¹²⁷ BOUKARI-YABARA, Amzat. *Africa Unite! Une Histoire du panafricanisme*. Paris: La Découverte, 2014. p. 168-169.

¹²⁸ Há aqui uma apropriação do pensador queniano Ngugi Wa Thiong'o que defende a necessidade de uma descolonização do espírito.

¹²⁹ LOPES, Carlos. Amílcar Cabral como promotor do pan-africanismo. Praia, janeiro, 2013.

poder que não tinha controle sobre as pessoas ou as decisões econômicas.¹³⁰

A dinâmica colonial foi perpetuada de maneira bem requintada pelas autoridades metropolitanas. No caso da África portuguesa não houve como esconder a vontade de continuar a dominação, contudo, para a administração colonial francesa a “missão civilizadora” deveria ser um investimento contínuo da metrópole. O ministro Francês Gaston Defferre teve a ideia de lançar uma lei que garantisse o benefício de continuidade na esfera da metrópole para os territórios africanos. Vale dizer que finda a Segunda Guerra Mundial era difícil manter qualquer país dominado através da força.

131

Assim, em 1958 a Lei Gaston Defferre ou Lei-Quadro previa a anexação dos países africanos em uma comunidade comum em que todos os aderentes fariam parte da União Francesa. Essa lei foi extremamente trabalhada pela metrópole visando angariar o apoio do Senegal, Costa do Marfim, parte do Sudão, Mali e Alto Volta (atualmente Burkina Faso). Esses países estariam na órbita político-econômica francesa estabelecendo uma continuidade das relações coloniais.¹³²

Entrou em vigor a votação de um *Referendum* para saber quais países aceitariam a União Francesa e nesse contexto a articulação de Houphouët-Boigny foi fundamental o convencimento dos outros países, pois se a Costa do Marfim iria aderir seria perigoso para os outros países ver a

¹³⁰BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: O Desafio da História Regional*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes Centro de Estudos Afro-Asiáticos – UCAM – SEPHIS, 2000. p.59.

¹³¹FERRO, Marc. *História das Colonizações*. Das conquistas às independências – século XIII a XX. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 375.

¹³² Ibidem.

aliança dos dois países, o que desestabilizaria o sonho de emancipação ou de uma federação intercontinental.

No caso do imperialismo português a política lusitana era demonstrar o quanto o país era grande, porque estendia seu território até o continente africano. De fato, a metrópole teve bastante eficácia em manter o seu território colonial praticamente igual ao que foi definido na Conferência de Berlim (1884-5). Sob o lema “orgulhosamente sós” Portugal mantinha suas colônias e não alterava sua política de exploração e domínio das lideranças locais visando favorecer sobretudo seus interesses.¹³³

Para Houphouët-Boigny era importante ter a França como aliada e o seu partido o RDA (*Rassemblement Démocratique Africain*) era fundamental essa relação na manutenção dos investimentos tecnológicos e financeiros para a Costa do Marfim. A historiografia pontua o quanto o político marfinense trabalhou para a continuidade das relações com a França primando pela negociação a qual que conferiria importância e liderança dentre os países francófonos.¹³⁴

De maneira geral na África que foi colonizada pela França até o final do século XX, a maioria dos estados africanos ainda tinha uma esperança de que através do federalismo ou da federação houvesse certa unidade entre os países, fosse pela via da ruptura ou da manutenção dos acordos coloniais. A África Ocidental Francesa e a África Oriental Francesa

¹³³ ROSAS, Fernando. *Salazar e os Fascismos*. Lisboa: Tinta da China, 2019. p.248-249.

¹³⁴ FERRO, Marc. *História das Colonizações*. Das conquistas às independências – século XIII a XX. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 375.
(BENOIST, 2015, p.185).

oscilaram entre a libertação colonial ou por alianças, reagrupamentos e fusões entre estados como caminho para a descolonização.¹³⁵

Uma digressão sobre as negociações na África Negra precisa ser feita, pois no início da década de 1960, havia dois grupos de países cujas propostas podem ser contrapostas: um grupo era o dos “moderados” e outro dos “progressistas”.¹³⁶

Dentre os progressistas o Egito, Gana, Guiné, Mali, Marrocos, e o Governo Provisório da Argélia, tendo um alinhamento ideológico com o pensamento marxista-leninista. Os moderados abrangiam grande parte dos países pertencentes à antiga África Ocidental Francesa que contavam com o auxílio da Organização das Nações Unidas para as decisões de unidade e com inclinações capitalistas. Os progressistas ficaram conhecidos como o grupo da Casablanca, optando por caminhos de unidade e transformação interna; e os moderados conhecidos como grupo da Monrovia fiavam-se no apoio externo valorizando a manutenção das estruturas institucionais da colonização.

“A unidade que é preciso se realizar nesse momento declaram eles, não é a integração política dos Estados africanos soberanos, mas a unidade das aspirações e da ação do ponto de vista da solidariedade africana e da identidade africana (tradução livre do autor).”¹³⁷

A década de 1960 foi importante para o continente africano e apesar da independência de Cabo Verde e Guiné terem sido umas das últimas

¹³⁵M'BOKOLO, Elikia. *Afrique Noire – Histoire et civilisations (tome 2)*. Du XIX^e siècle à nos jours. 3. ed. Paris : Hatier, 2008. p. 507.

¹³⁶Ibidem., p. 494.

¹³⁷M'BOKOLO, Elikia. *Afrique Noire: Histoire et civilisations (tome 2)*. Du XIX^e siècle à nos jours. 3. ed. Paris : Hatier, 2008. p.494.

“L'unité qu'il faut réaliser en ce moment déclarent-ils, n'est pas l'integration politique d'États africains souverains, mais l'unité des aspirations et de l'action du point de vue de la solidarité africaine, et de l'identité africaine.”

(ocorridas na década de 70 somente) a movimentação de alguns militantes nesse período foi de extrema importância. Agostinho Neto (Angola), Eduardo Mondlane (Moçambique) e Amílcar Cabral (Cabo Verde e Guiné) foram os principais articuladores dos projetos de emancipação da África do poderio de Portugal.¹³⁸ Nesse sentido, é preciso lembrar o quanto o papel de Amílcar Cabral foi de interação com outros países, inclusive chegando a realizar contatos com a ONU e com o Governo Provisório Argelino para que fosse possível a aceitação da libertação de Cabo Verde e Guiné pelo menos na esfera internacional.

Esse desencadeia o olhar para o pan-africanismo de Amílcar Cabral e seu ideal de integração da África como um todo, algo extremamente raro para os pensadores/ militantes africanos do século XX. Amílcar Cabral se destacaria por sua atuação e porque ele possuía “uma visão que vê a libertação não apenas como luta continental. Para qualquer país africano seja verdadeiramente independente, toda a África precisa ser independente. Essa era a visão de Cabral.”¹³⁹

A Federação do Mali (1959) também seria uma maneira de se atingir um conglomerado de países (Senegal, Sudão Francês, Mali), contudo, devido às articulações políticas da Costa do Marfim não houve esse entendimento entre os líderes desses países o que deixou um sonho de unidade mais longe da África, aonde a antiga metrópole teria forte influência nas decisões das ex-colônias.¹⁴⁰

¹³⁸FOBAJONG, John. Articulando as visões regionalistas e pan-africanistas de Cabral. In: LOPES, Carlos. (org.). *Desafios contemporâneos de África*. O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: EdUnesp, 2012. p.171.

¹³⁹ Ibidem, p.174.

¹⁴⁰M'BOKOLO, Elikia. *Afrique Noire : Histoire et civilizations* (tome 2). Du XIX^e siècle à nos jours. 3. ed. Paris : Hatier, 2008. p.507.

O sonho federalista era uma maneira dos países africanos encontrarem seu próprio protagonismo, mas não há na literatura de Amadou Kourouma algum indício de apoio a esse projeto. O que se percebe é o quanto a independência dividiu os territórios e deslegitimou as tradições étnicas anteriores a colonização, fazendo com que os chefes continuassem a reproduzir toda a estrutura excludente da Metrópole.¹⁴¹

Anos antes da independência da Costa do Marfim (1960) no território da Guiné e Cabo Verde formava-se o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde no ano de 1956. Juntamente com um grupo de cinco militantes, Amílcar Cabral ajudou a formar o Partido, sendo nomeado o secretário geral. Os encontros ocorriam por vezes na Guiné e por vezes em Cabo Verde e pode-se dizer que foi uma militância binacional, caso raro em se tratando dos movimentos de emancipação no continente africano.¹⁴²

A grande conquista de Amílcar Cabral foi a sua atuação em três frentes: articulação interna do Partido integrando os ideais de emancipação de Guiné e Cabo Verde, a participação nos quadros agrícolas trabalhando pela integração dos trabalhadores rurais na luta de libertação e na sua articulação internacional. Esse último ponto, pode ter inclusive definido a vitória para a luta do PAIGC.

As rivalidades internas eram faziam parte das divergências entre Senghor e Modibo Keita (Mali) que acabaram sendo potencializadas pela interferência da Costa do Marfim na figura de Houphouët-Boigny.

¹⁴¹BACK, Adalberto Gregório; SANTOS, Kedrini Domingos dos. A Era das Independências na Obra de Ahmadou Kourouma. *Revista de Estudos de Sociologia*. Araraquara, v. 23 n. 44, 2018, p. 360.

¹⁴²BOUAMAMA, Saïd. Amílcar Cabral. In : *Figures de la Révolution africaine*. De Kenyatta à Sankara. Paris : La Découverte, 2017. p. 257.

Praticando o que pregava, transformou a rivalidade interna numa frente unida e convenceu os líderes do Senegal, da Guiné e outros Estados regionais a reconhecer o PAIGC como o único representante legítimo da Guiné e Cabo Verde e a desenvolver laços amigos de vizinhança com o PAIGC.¹⁴³

O papel de protagonismo de Cabral nessa unidade pode ter sido inclusive a razão do seu assassinato antes mesmo de ver Cabo Verde totalmente independente em 1973. Seu anseio de ver um continente africano mais unido foi um dos fatores mais interessantes de seu caminho. Ainda nas palavras de John Fobajong:

Como foi que um homem que cresceu em total isolamento no interior de Cabo Verde e cujos antepassados foram sistematicamente despojados (e obrigados a sentir-se envergonhados) do seu passado por ter desenvolvido esse fervor pelo pan-africanismo?¹⁴⁴

Em 1963, alguns anos após a independência da Costa do Marfim, Amadou Kourouma saía de seu trabalho na *Caisse de retraite* (Serviço Previdenciário) e foi preso. Ficou detido alguns dias nenhuma explicação, até que finalmente conseguiu apoio judicial para sua soltura, sabendo que foi acusado de complô contra o presidente. Ele foi salvo por conta de sua nacionalidade francesa, visto que era casado com uma francesa (Christiane Michaillet) e assim o presidente Houphouët-Boigny não iria se indispor com

¹⁴³FOBAJONG, John. Articulando as visões regionalistas e pan-africanistas de Cabral. In: LOPES, Carlos (org.) *Desafios contemporâneos de África*. O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: EdUnesp, 2012, p.174.

¹⁴⁴Ibidem.

a França.¹⁴⁵ Kourouma precisou sair da Costa do Marfim refletindo o quanto a independência não representava em nada o fim da opressão do homem contra seu semelhante, nesse contexto começava a brilhar “novo sol” para ele.

Cabral e Kourouma – neocolonialismo e o plano de luta para a África

Apesar de trajetórias e estilos de militância bastante diferentes Amadou Kourouma e Amílcar Cabral são expoentes africanos da luta de contestação que pedia o fim do colonialismo. Objetivando pontuar as especificidades de cada autor é preciso pontuar primeiramente o quanto a perspectiva anticolonial expressa na literatura tornou-se uma marca para compreendermos os vestígios dessa contenda. Tal como aponta Edward Said:

Visto que boa parte da literatura de resistência foi escrita no calor da batalha, existe uma tendência compreensível de se concentrar em seu tom categórico, combativo, muitas vezes estridente. Ou de exergar nela o esboço dos horrores do regime de Pol Pot.¹⁴⁶

A literatura de “resistência” tem assim varias nuances e o interessante para o historiador contemporâneo é perceber de que modo uns discursos são recuperados e exaltados enquanto outros acabam entrando no ostracismo. O papel desse escritor diante do neocolonialismo foi também de

¹⁴⁵ OUÉDRAOGO, Jean; BARRY, Saidou Alcény. *Les Soleils des independances: Ahmadou Kourouma. Littératures entre des lignes*. Paris: Honoré Champion, 2013. p.13.

¹⁴⁶ SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 339.

expressar sua desesperança, seu desânimo e ver o sonho da independência se tornar um pesadelo.¹⁴⁷

Nesse sentido Amadou Kourouma faz parte do que se denomina atualmente “literatura do desencanto” aonde não há mais qualquer tipo de esperança nas transformações da realidade africana. Entre 1973 e 1983 Kourouma se manteve exilado da Costa do Marfim por conta da oposição de Houphouët-Boigny a sua escrita militante. Apesar de ser se formado técnico em matemática o escritor da Costa do Marfim tinha extrema aptidão na escrita e gostava de expressar-se através da sua literatura.¹⁴⁸ Durante esse tempo habitou o Camarões trabalhando na Companhia de Seguros CICA (Companhia interafricana comum dos estados africanos).

Décadas antes Amílcar Cabral criava a associação cultural e esportiva em Bissau a capital da Guiné portuguesa em 1954 começando um projeto responsável por pensar as realidades locais africanas. Na sua trajetória esse pensador poderia ter abdicado da atividade revolucionária para compor os quadros administrativos portugueses (podendo até mesmo se estabelecer em Lisboa), contudo ele teorizou contra o “suicídio de classe” no qual apontava o modo errôneo com que a burguesia das colônias se posicionava em relação aos ideais da metrópole.¹⁴⁹

O escritor marfinense teve parte de sua trajetória desvalorizada por muito tempo e mesmo o seu livro mais conhecido “o sol das independências” (1968) só foi editado e comercializado quase 10 anos depois de seu lançamento. Nesse sentido chamo atenção para um aspecto subjetivo, mas

¹⁴⁷ OUÉDRAOGO, Jean; BARRY, Saidou Alcény. *Les Soleils des independances: Ahmadou Kourouma. Littératures entre des lignes*. Paris: Honoré Champion, 2013. p.9.

¹⁴⁸ OUÉDRAOGO, Jean; BARRY, Saidou Alcény. Op. Cit., p.19.

¹⁴⁹ BOUAMAMA, SAÏD. Cap. 13 – Amílcar Cabral. In : KENYATTA A SANKARA. *Figures de la Révolution africaine*. Paris : La Découverte, 2017. p.256.

nem por isso de somenos importância. Ele foi considerado como um escritor de destaque porque produziu em uma época colonial em que os indivíduos estavam sob extrema vigilância. A própria métrica deste escritor em se destacar do francês (buscando o *malinké*) e de produzir nesse período faz de sua trajetória algo fundamental para nossas análises¹⁵⁰

Pode-se dizer compreender o quanto a “revolução” de Kourouma tenha provocado um debate inédito após sua publicação, como nos demonstra Kesteloot:

A recepção do Sol das Independências de Amadou Kourouma foi bem diferente. O romancista marfinense tinha, no entanto irritado numerosos puristas brancos e negros. Ele introduziu na língua francesa uma massa de imagens, de expressões idiomáticas e até elementos de sintaxe da língua malinké.¹⁵¹

Desde a fundação do PAIGC em 1956 o partido não possuía uma vertente radical, mas era fortemente inspirado pelo marxismo. Apesar de ter uma inspiração de libertação para os dois países a maior dificuldade para Cabral e seus correligionários era reunir o proletariado, o que em se tratando de Guiné e Cabo Verde era uma tarefa bastante difícil já que ambos os países possuíam uma classe diminuída nesse sentido.¹⁵²

¹⁵⁰ CAITUCOLI, Claude. L'Écrivain Africain Francophone – Agente Glottopolitique: L'Exemple D'Ahmadou Kourouma. *Glottopol - Revue de sociolinguistique en ligne*. Rouen, n. 3, p. 14, 2004.

¹⁵¹ KESTELOOT, Lilian. *Histoire de la Littérature Négro-Africaine*. Paris: Karthala – AUF, 2004. p. 249.

“Toute autre fut l'accueil fait au Soleil des indépendances d'Ahmadou Kourouma. Le romancier ivoirien avait cependant hérisse nombre de puristes blancs et noirs. Il introduisait dans la langue française une masse d'images, d'expression idiomatiques, voire des éléments de syntaxe de la langue malinké.”

¹⁵² DAVIDSON, Basil. *A History of East and Central Africa to the late nineteenth century*. New York: Anchor Books, 1969. p. 24.

Muito embora não tenha se organizado politicamente a ruptura de Amadou Kourouma destaca bem o que Claude Caitucoli denominou glotopolítico, vale dizer, a quebra com as normas da linguística em uma perspectiva “politizada”.¹⁵³ A obra de Kourouma surgia para inaugurar essa literatura negro-africana levando em conta uma novidade: a percepção da manutenção dos laços coloniais. A quebra dos padrões através da denúncia das estruturas coloniais que continuavam na Costa do Marfim e em grande parte da África outrora colonizada pela França.

Sob uma perspectiva de denúncia ao neocolonialismo encontra-se de mesmo modo uma atuação exposta na experiência pessoal de Amílcar Cabral foi particular, pois ele já possuía um pensamento crítico sobre o **neocolonialismo**.

[...] a vigilância é indispensável: mantendo bem firmes os seus preconceitos culturais de classe, os indivíduos desta categoria vêem em geral no movimento de libertação o único processo válido para, servindo-se dos sacrifícios das massas populares, conseguirem eliminar a repressão colonial sobre a sua própria classe e restabelecerem assim o seu domínio público e cultural absoluto sobre o povo.¹⁵⁴

Por outro lado, Amadou Kourouma utilizou do personagem Fama para demonstrar como o herói foi aquele que passou pelas várias fazes da colonização e sobreviveu a toda sorte de opressão. No livro que foi o carro

¹⁵³ CAITUCOLI, Claude. L'Écrivain Africain Francophone – Agente Glottopolitique: L'Exemple D'Ahmadou Kourouma. *Glottopol - Revue de sociolinguistique en ligne*. Rouen, n. 3, p. 17, 2004.

¹⁵⁴ SANCHES, Manuela. (org.). *Malhas que os Impérios Tecem*. Textos anti-colonialistas, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 365.
O trecho destacado pela professora Manuela Sanches é o texto Libertação nacional e cultura do livro A Arma da teoria: unidade e luta (1995).

chefe de sua trajetória o autor postulou a subversão dos caracteres políticos-culturais em nome da estruturação colonial europeia.

Diante de estruturas preexistentes já organizadas, com sociedades com uma estrutura monárquica baseada no exercício do poder hereditário, os franceses decidem manter as cheferias tradicionais, mas substituir os velhos chefes analfabetos por intelectuais e universitários, provocando uma modernização e a intelectualização dos poderes tradicionais.¹⁵⁵

Evidentemente, como já foi ressaltado o tipo de militância de Amílcar Cabral era mais fácil de detectarmos, pois ele conviveu com a violência perpetrada por Portugal bem de perto e foi um poderoso crítico da mesma. Ele foi um opositor contumaz das imposições coloniais em Cabo Verde e Guiné Bissau e isso impulsionou sua atividade política, trazendo à tona na história da África um pensador com poder de articulação que englobava desde as lideranças da ONU até os trabalhadores agrícolas mais humildes.¹⁵⁶

Para a escrita “militante” de Kourouma devemos lembrar a sua preocupação com os recortes da tradição *malinké* aonde acentuou de forma magistral o conflito entre “tradição/modernidade.” Ele criticou a estrutura institucional montada pelo colonialismo apontando o quanto a subserviência continuava a imperar entre os governantes, fazendo alusão à submissão e aceitação tácita do presidente Boigny às demandas da França. No dizer da crítica literária Lilyan Kesteloot:

¹⁵⁵ BACK, Adalberto Gregório; SANTOS, Kedrini Domingos dos. A Era das Independências na Obra de Ahmadou Kourouma. *Revista de Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 23 n. 44, p. 357, 2018.

¹⁵⁶ LOPES, Carlos. (org.). *Desafios contemporâneos da África*. O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. p. 21.

“A primazia da crítica africanista sobre a produção literária vai prolongar-se muitos anos ainda e orientar-se de cada vez mais na promoção da identidade cultural (tradução livre do autor).”¹⁵⁷

No âmbito do debate de Amílcar Cabral a cultura tinha uma forte influência e era um dos campos de atuação do partido – perceber como os valores culturais fariam parte da agenda política da Guiné e de Cabo Verde. Nesse sentido, a perspectiva pela africanização da cultura foi um dos pontos fortes de sua produção intelectual.

A sensibilidade desses escritores foi perceber a carência do debate no âmbito cultural e como através desse caminho era possível uma orientação comum para outros militantes.

A resistência cultural do povo africano não foi destruída. Reprimida, perseguida, traída por algumas categorias sociais comprometidas com o colonialismo, a cultura africana, sobreviveu a todas as tempestades, se refugiou nas cidades, florestas e no espírito das gerações vítimas do colonialismo (tradução livre do autor).¹⁵⁸

Ambos os pensadores africanos engajados na luta fosse por qual esfera iria passar pelo desafio de ter uma contestação para realizar, percebendo o projeto de continuidade das relações coloniais que buscavam “apagar” os traços das culturas tradicionais africanas. Amílcar Cabral

¹⁵⁷ KESTELOOT, Lilyan. *Histoire de la Littérature Nègro-Africaine*. Paris: Karthala-AUF, 2004. p.250.

¹⁵⁸ BOUAMAMA, SAÏD. Amílcar Cabral. In : KENYATTA A SANKARA. *Figures de la Révolution africaine*. Paris : La Découverte, 2017. p.266.

“La résistance culturelle du peuple africain n’a pas été détruite. Réprimée, persécutée, trahie par quelques catégories sociales compromises avec le colonialisme, la culture africaine, a survécue à toutes les tempêtes, réfugiée dans les villages, dans les forêts et dans l’esprit des générations victimes du colonialisme.”

realizou uma série de falas nesse sentido, buscando conscientizar sobre a existência de fatores étnicos únicos em parte da Guiné e Cabo Verde.¹⁵⁹ Do mesmo modo Amadou Kourouma exaltou a oralidade e a etnicidade *malinké* como traços presentes na população da Costa do Marfim.

Dessa maneira o combate no campo cultural é algo mais complexo e mais requintado para esses autores deixando claro o papel de resistência presente neles. Ou seja, somente através da cultura a colonização vai deixar de existir e se desenvolver de alguma forma nas mentalidades. Como destaca Saïd Bouamama:

Com a sinceridade que lhe caracteriza, ele insiste no porque a denúncia retórica do imperialismo não constitui o alfa e o ômega do combate revolucionário e porque o seu auditório tome consciência do outro combate muito frequentemente negligenciado: “a luta contra nossas próprias fraquezas (tradução livre do autor).¹⁶⁰

Considerações Finais

Com essas breves análises acerca desses intelectuais africanos buscou-se suscitar mais reflexões do que apresentar respostas prontas. Apesar

¹⁵⁹BOUAMAMA, SAÏD. Amílcar Cabral. In: KENYATTA A SANKARA. *Figures de la Révolution africaine*. Paris : La Découverte, 2017. p. 261.

A “arma da teoria” teria surgido de uma conferência realizada em Havana em que ele explicou a teoria e a prática revolucionária. Nesse mesmo encontro Cabral teria proposto a revisão da teoria de marxista da luta de classes.

¹⁶⁰BOUAMAMA, SAÏD. Amílcar Cabral. In: KENYATTA A SANKARA. *Figures de la Révolution africaine*. Paris : La Découverte, 2017. p. 263.

“Avec le franc-parler qui le caractérise, Il insiste pour que la dénonciation rhétorique de “l’imperialisme” ne constitue pas l’alpha et l’oméga du combat révolutionnaire et pour que son auditoire prenne conscience de cet autre combat trop souvent négligé: “la lutte contre nos propres faiblesses.”

das diferentes trajetórias os autores trazem uma gama diversificada de chaves interpretativas para se pensar a África Contemporânea. Nesse breve ensaio pensamos nos conceitos de pan-africanismo (unidade) e emancipação (liberdade) como conceituações dentre as quais tanto Amílcar Cabral quanto Amadou Kourouma se debateram por quase todas as suas vidas.

Amílcar Cabral já é conhecido do grande público e recentemente considerado um dos maiores líderes mundiais pela BBC, enquanto Amadou Kourouma é um literato ainda pouco conhecido do grande público, mas começa a ser considerado como um dos autores africanos mais lidos em todo o mundo. Em 2003 foi lançada no Brasil a versão em português de *Allah n'est pás obligé* – Alah e as crianças soldado. O livro foi traduzido por Flavia Nascimento e disponibilizou mais uma vertente da crítica de Kourouma.

A maior dificuldade em exercitar-se no comparatismo, método no qual os historiadores ainda estão tão resistentes em utilizar, pois envolve um amplo conhecimento (e aprofundamento) dos objetos de pesquisa. Isso ainda se acentua quando trabalhamos territorialidades diferentes, autores dessemelhantes e temporalidades outras.¹⁶¹ Contudo, acreditando no método, foi possível pontuar algumas das especificidades de cada um no espaço de duas décadas sendo um período ainda muito rico para os pesquisadores da África contemporânea.

O protagonismo de Amílcar Cabral, líder incontestado para a África de língua portuguesa e exemplo transnacional (inclusive para os pesquisadores dos estudos subalternos/ pós-coloniais); e ao mesmo tempo, a análise de Amadou Kourouma enfatiza os binômios: tradição-modernidade; independência-neocolonismo e porque não dizer literatura-história. Destacar

¹⁶¹TREBITSCH, Michel; GRANJON, Marie-Christine. (dir.). *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Paris: Editions Complexe, 1998. p.11-12.

Cabral e Kourouma foi destacar o valor da arma em punho: a escrita, a realidade cruel da violência colonial: o romance como resposta ao desencantamento do mundo. Nosso objetivo era dar a entender o quanto cada pensador pôde contribuir para a transformação político-social de seu contexto, deixando amplo espaço para novas interpretações de seus escritos. Ela ocorre cada vez que retomamos seus escritos, textos que são uma “arma” da nossa “teoria” para sustentar o desejo de ver brilhar o “sol das independências”: a justiça social.

O(S) ARAUTO(S) DE UMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO: JOÃO ALBASINI E SEUS HETERÔNOMOS*

Thiago Henrique Sampaio

O surgimento da imprensa nas colônias do Império Português ocorreu de forma tardia com um atraso de três séculos comparado ao Império Espanhol. A primeira colônia portuguesa a instalar uma tipografia foi o Brasil com a vinda da família real em 1808. Nas demais colônias, especialmente em África, a tipografia foi introduzida mais tarde: Cabo Verde (1842), Angola (1845), Moçambique (1854), São Tomé e Príncipe (1857) e Guiné-Bissau (1879)¹⁶².

Os *Boletins Oficiais* foram os primeiros órgãos de imprensa de cada colônia e davam apoio à legislação colonial, noticiavam fatos administrativos e religiosos, incluía também textos literários, principalmente poemas e, eventualmente, crônicas ou contos¹⁶³. De acordo com Antonio Hohlfeldt¹⁶⁴, a implantação e desenvolvimento das imprensas coloniais se deram em três períodos distintos sendo: a) imprensa oficial que data de criação dos respectivos boletins oficiais até a criação de jornais que possuísse distanciamento da autoridade política colonial; b) imprensa livre, onde se

*O capítulo apresenta discussões biográficas que serão aprofundadas no artigo intitulado “Biografia, história e colonialismo: o caso de João Albasini (1876-1922)” que será publicado no ano de 2021 pela revista *Boletim Historiar*.

¹⁶² LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. p. 18.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ HOHLFELDT, Antônio. Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*, v. 30, n. 51, p. 143, jan./jun., 2009.

desenvolveram jornais com maior autonomia até o aparecimento da profissionalização da atividade jornalística e c) a imprensa profissional, a partir do momento que o periódico se torna um meio de sobrevivência para seus gestores e possuindo uma gráfica própria para sua edição.

No caso de Moçambique, o aparecimento da imprensa oficial aconteceu em 13 de maio de 1854 com a publicação do primeiro número do Boletim do Governo da Província de Moçambique. Segundo Valdemir Zamparoni¹⁶⁵, com a publicação de textos a serviço e interesse do colonialismo lusitano contribuíram para o desenvolvimento de uma imprensa autônoma nas camadas sociais dos africanos que ao longo da segunda metade de oitocentos passariam a utilizá-la na veiculação das ideias de luta política e denúncia dos abusos e desmazelos das administrações coloniais. É o caso de *O progresso* que teve seu único número publicado em 1868, sendo um jornal não-oficial, e que foi logo censurado pelos portugueses¹⁶⁶.

No livro *A imprensa de Moçambique*, Ilídio Rocha¹⁶⁷ interpretou o que motivou a multiplicação dos jornais nas últimas décadas do século XIX e primeiro do XX na colônia e os elementos que propiciaram seu surgimento, entre eles estão: a miscigenação da população negra com os colonizadores portugueses nos quais derivaram uma nova camada população denominada assimilados¹⁶⁸ ou como se denominavam “filhos da terra”; a fundação de

¹⁶⁵ SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. Antologia de textos do jornal O Africano (1908-1919). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 22, p. 128.

¹⁶⁶ HOHLFELDT, Antônio; GRABAUSKA, Fernanda. Pioneiros da imprensa em Moçambique. João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journalism Research*. v. 6, n. 1, p. 196, 2010.

¹⁶⁷ ROCHA, Ilídio. *A imprensa de Moçambique*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000. p. 90-91.

¹⁶⁸ Fátima Mendonça assinala que a política de assimilação do Estado Colonial Português era produzir um grupo social intermediário que servisse de suporte a colonização, uma pequena burguesia africana que serviria seus interesses. Entretanto,

escolas para alfabetização, em um primeiro momento pela Maçonaria em 1891, onde não existia discriminação racial e meninos e meninas poderiam ser alfabetizados; o surgimento de um funcionalismo burocrático constituído essencialmente de mestiços após a implantação da República Velha e a ampliação da economia colonial que exigia cada vez mais mão de obra que não conseguia se preencher apenas por europeus.

O primeiro jornal denominado *O Africano* surgiu em Quelimane no ano de 1877, sendo uma publicação semanal que durou por volta de cinco anos. Esse jornal defendia os interesses locais contra a escravidão e a promoção do ensino público. Em sua curta existência, o primeiro¹⁶⁹ *O Africano* criticava os elevados impostos que o governador geral da colônia impunha às atividades comerciais e a corrupção do funcionalismo público e dos militares lusitanos interessados apenas em se enriquecer no território moçambicano.

Nas décadas finais do século XIX, com o crescimento do operariado, do comércio e do funcionalismo onde se integravam colonos que eram mandados para Moçambique que lutavam em partidos republicanos, socialistas ou anarcossindicalistas europeus. Criou-se na colônia um quadro de complexas lutas e reivindicações políticas que antes estavam presentes apenas em território metropolitano foi transplantado para a colônia. Além disso, ocorreu a ascensão dos ideais republicanos que ganharam terreno nas localidades coloniais. Assim os africanos urbanizados com determinados

foi deste grupo que surgiu as primeiras reivindicações políticas como as posições contrárias a portaria dos Assimilados de 1917, crítica ao vinho colonial e a forma de instrução desenvolvida em Moçambique.

MENDONÇA, Fátima. Dos confrontos ideológicos na Imprensa em Moçambique. In: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz. (org.). *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2012. p. 199.

¹⁶⁹SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. *op. cit.*, p. 128-129.

estatutos sociais e privilégios foram influenciados e passaram a reivindicar direitos aos colonizadores¹⁷⁰.

Esses ideais contribuíram para o surgimento das primeiras associações entre africanos. Em 1908 foi fundado o Grêmio Africano de Lourenço Marques, constituído por negros e mulatos com uma posição social privilegiada que se opunham aos abusos e práticas coloniais. No mesmo ano é inaugurado *O Africano*, jornal que era propriedade do Grêmio. Era um periódico independente em relação aos partidos políticos existentes e assume uma posição de luta e de unidade entre diversos setores que devido à ineficácia da “ação civilizatória”, eram alvo da exploração capitalista e colonial e aos abusos e corrupções das administrações portuguesas e combatiam o poder colonial instituído¹⁷¹. *O Africano* era gestado por João Albasini e José Albasini, irmãos, que são considerados os precursores do nacionalismo moçambicano.

O Africano foi publicado até o ano de 1909, com treze números, devido a dificuldades financeiras foi encerrado. Seu retorno aconteceu em 1911, a ameaça cultural da língua inglesa na região marcou a adesão de colonos ao projeto de editorial do jornal. Ao contrário do Grêmio Africano que só integrava mulatos e negros com uma posição social privilegiada, *O Africano* começou a integrar brancos radicados em Moçambique e que se associavam aos interesses dos africanos opondo-se aos abusos cometidos pelas práticas coloniais¹⁷².

¹⁷⁰ SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. *op. cit.*, p. 132.

¹⁷¹ *Ibidem.*, p. 132-134.

¹⁷² ZAMPARONI, Valdemir. A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de *O Africano* (1908-1920). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 80, 1988.

A direção do jornal era dividida por João Albasini como diretor, José Albasini como editor e administrador-secretário José dos Santos Rufino. A emergente burguesia colonial portuguesa (funcionários, colonos radicados em Moçambique, operários e outros lusitanos) e a pequena burguesia local de africanos privilegiados desenvolveram uma complexa luta e consciência de denúncia social através de *O Africano*.

O Africano teve alta circulação em Moçambique e chegou a ser vendido para mineiros moçambicanos que trabalhavam na União Sul Africana. Era um jornal bilíngue, português e ronga. Entre seus textos publicados estavam às críticas da maioria da população africana e não apenas dos assimilados que eram submetidos à má administração portuguesa, ao trabalho forçado (chibalo), a alta cobrança de impostos e a violência da ocupação territorial.

Seu diretor, João Albasini, foi uma das principais figuras que publicava no jornal assinando seu nome ou usando pseudônimos que representavam diferentes setores políticos e sociais que existia em Moçambique, seus principais pseudônimos foram João das Regras e Chico das Pegas.

Mensageiro de novos tempos: João Albasini e seus heterônimos

Importante persona, jornalista e literário em início do século XX em Moçambique, João dos Santos Albasini é uma figura que desperta curiosidade sobre seu papel social na colônia nas primeiras décadas da centúria passada. Nascido em 2 de novembro de 1876 no Magule com o nome ronga de Nwandzengele era membro de uma aristocracia local e estudou em uma missão católica na cidade de Lourenço Marques.

Descendente de uma importante figura da história de Moçambique era neto de João Albasini (1812-1888), o qual se formara em direito em Lisboa e tornou-se caçador e comerciante de marfim na colônia, posteriormente virou chefe de uma tribo changana na região norte do Transvaal. Em 1861, foi nomeado vice-consul de Portugal na República do Transvaal. Posteriormente, em 1868, doou suas terras à administração portuguesa para a criação da colônia de São Luís. A partir daí, mudou para o Transvaal e permaneceu até o fim da sua vida, em 1888, e perdeu contato com o ramo da sua antiga família em Moçambique¹⁷³.

Sobre a vida familiar de João Albasini, o neto, sabe-se que sua mãe possuía propriedades e certa influência na localidade. Segundo o Censo de 1894, os irmãos Albasini moravam no bairro de Maxaquene, na avenida Afonso Albuquerque na casa de uma mulher chamada Agueda Manoel da Silva (Nsatimeme). De acordo com Jeanne Penvenne, ela era identificada como uma dona de casa africana com 56 anos, solteira, católica e sem escolaridade formal. Nesse levantamento de 1894, os irmãos são listados como seus filhos¹⁷⁴.

Na época de sua juventude, João dos Santos Albasini tornou-se funcionário dos correios através da intervenção de José Aniceto da Silva. Na primeira década do século XX, tornou-se assistente do despachante do Porto de Lourenço Marques. É interessante analisarmos esse cargo alcançado por Albasini no funcionalismo público moçambicano devido sua relação com o

¹⁷³ REZENDE, Patrícia Oliveira de. *O ficcional e o histórico na literatura de João Paulo Borges Coelho*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 67.

¹⁷⁴ PENVENNE, Jeanne Marie. João dos Santos Albasini (1876-1922): the contradictions of politics and identity in Colonial Mozambique. *Journal of African History*, v. 37, n. 3, p. 419-464, 1996.

governo-geral Freire de Andrade, último administrador monárquico na localidade.

Freire de Andrade foi um governante querido pelos colonos e assimilados devido suas atitudes durante a administração, como as construções do edifício de Caminhos de Ferro, o Hospital Miguel Bombarda e da Ponte-Cais, do Quartel-General, do Comissariado de Polícia, das Procuradorias administrativas e da primeira escola régia para instrução primária e de duas para indígenas¹⁷⁵. Tais feitos ficaram responsáveis por em inúmeros momentos o seu nome ser lembrado pelo jornal *O Africano* e despertar um certo sentimento antirrepublicano entre os assimilados, mas isso não significava que a parcela de assimilados seria pró-monárquica, de acordo com José Moreira:

[...] a um forte anti-republicanismo entre os assimilados, que nada tinha a ver com desejos de um eventual regresso do rei ao trono português, mas muito mais com um conservadorismo tanto mais inevitável quanto as condições de vida se iam agravando ao mesmo tempo que os colonos, os brancos, ganhavam terreno. Assim, os louvores dos jornais africanos ao saudoso Freire de Andrade eram confundidos com o elogio de um regime execrado pela maioria dos brancos¹⁷⁶.

Além dos benefícios estruturais, José Moreira assinalou que os assimilados se tornariam gratos a Freire de Andrade por ter conseguido um convênio com a África do Sul para a emigração de trabalhadores para as minas do Rand, além de ter feito decretos obrigando o ensino missionário na língua portuguesa e uma lei que deu primazia aos naturais da colônia para

¹⁷⁵ MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 43.

¹⁷⁶ *Ibidem.*, p. 45.

ocuparem cargos público¹⁷⁷. O salário pago aos africanos teria que ser no câmbio oficial, do mesmo modo que o da população branca:

Exigir sacrifícios só aos pretos, obrigar pretos a pagarem os seus impostos em ouro – ouro que não ganham na Província – achamos em boa vontade uma solução violenta, abusiva do poder.

Quando se exija o pagamento de palhota em ouro que se pague ao indígena em ouro.

Freire de Andrade, grande Governador que Moçambique perdeu, foi quem (...) a existência de pagamento do imposto de palhota em ouro.

Mas esse tempo, por uma disposição legal tornou obrigatório o pagamento de salário dos indígenas em ouro, a razão de 5.000 reis a libra¹⁷⁸.

Freire de Andrade logo teria percebido a influência de João Albasini sobre os demais assimilados de Lourenço Marques e buscou captá-lo para seu lado. Os textos assinados por Albasini no primeiro ano do periódico no qual trataria de atacar a Igreja, a polícia, a política colonial e o racismo do Estado Colonial teriam chamado a atenção do governador colonial¹⁷⁹.

O principal fator que influenciou a tomada de decisão de dar-lhe um cargo no Porto de Lourenço Marques teria sido a revolta de novos trabalhadores africanos com as regras existentes na localidade, como baixos salários, e isso faria com que abandonassem o emprego e fugissem. Uma das medidas tomadas para evitar tal fuga teria sido o acorrentamento desses trabalhadores e a busca de uma reserva de mão de obra. Nesse cenário, ocorreu a aproximação do governador e do escritor. João Albasini relatou em uma carta que

¹⁷⁷ MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 48.

¹⁷⁸ *O Africano*, 9 de maio de 1917.

¹⁷⁹ *O Africano*, números publicados entre os meses de março, abril, junho e dezembro de 1909.

Então o Sr. Freire de Andrade, Governador Geral, achando vergonhoso para o Estado, apesar de boa alimentação, e regularidade dos salários... (que) o preto não quisesse trabalhar mandou-me chamar à alfândega (onde) eu tinha a minha agência de despachante (...) e expôs-me a situação¹⁸⁰.

De acordo com José Moreira, o governador geral conhecia a vaidade de figuras sociais que se consideravam importantes, como é o caso de João Albasini e buscou convencê-lo a colaborar com a administração do Porto. João Albasini assinalava que “comprometi-me a fazer propaganda a favor dos Caminhos de Ferro e num relatório que deve estar na Direção, expus as razões que me pareceram tendentes a melhorar a situação”¹⁸¹. Dessa maneira, João Albasini ficou responsável pela seção indígena existente no Porto de Lourenço Marques, o qual buscou reestruturar e teve alguns resultados positivos a médio prazo, conseguindo manter trabalhadores na localidade por períodos de importante atividade.

Quando *O Africano* desapareceu nos meses de novembro de 1909 após um polêmico editorial sobre os trabalhos forçados em São Tomé, no qual criticava a colonização portuguesa¹⁸², alguns autores consideram que esse desaparecimento se deve à influência de Freire de Andrade sobre João Albasini¹⁸³. Entretanto, quando o jornal regressou, em 1911, o próprio jornalista buscou desmentir qualquer falatório sobre o sumiço do periódico em Lourenço Marques¹⁸⁴. Segundo José Moreira

¹⁸⁰ Carta de José Albasini no livro de MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 52.

¹⁸¹ MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 53.

¹⁸² *O Africano*, 5 de setembro de 1909.

¹⁸³ MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 54.

¹⁸⁴ *O Africano*, 14 julho de 1911.

Tenha ou não havido um acordo expresso para silenciar o jornal, não temos dúvidas de que Freire de Andrade iniciava desse modo a “domesticação” de João Albasini e dos assimilados. Conhecendo bem o pendor dos intelectuais para as soluções tecnocráticas, comprometeu João Albasini na solução de um problema delicado, aliviando assim da sua pessoa e do Estado, o peso do lado sujo das medidas disciplinadoras dos trabalhadores negros. Os assimilados entravam assim na colaboração com o Estado colonial, quase sem darem por isso. Não é possível saber hoje o que teria sucedido com a continuação do governo dirigido por Freire de Andrade, ou outros do seu estilo, mas é legítimo concluir que teria consequências importantes para os assimilados¹⁸⁵.

Em 1912, novamente em um editorial, João Albasini defendia-se das acusações de ter silenciado *O Africano*, defendendo a honra do ex-governador geral e a sua:

Aquelles roubos de Freire de Andrade apresentados no Parlamento fazem entristecer os correligionários que esperavam verdadeiros escândalos e, afinal, o doutor pariu um rato...

No rol dos ladrões, e vendidos está a minha escura figura com uma “queijada” (vá de calão) 353.840 d’uma famosa viagem ao interior – mascara decente com que se encobriu a venda do “O Africano” onde eram criticados asperamente os actos do governador geral. Este africano foi mais tarde collocado como fiscal dos serviços indígenas na Ponte Cais e Caminho de Ferro de Lourenço Marques.

Sou eu mesmo; confere, com uma variante sensível Do serviço ao interior, dei contas; o jornal nunca atacou o Sr. Freire de Andrade; e o lugar da Ponte Cais dera-me por que era preciso um homem ali e me acham competente para o cargo. Trabalho e por isso me pagam. De resto já contei esta história¹⁸⁶.

¹⁸⁵ MOREIRA, José. *Op. Cit.*, p. 54-55.

¹⁸⁶ *O Africano*, 05 de janeiro de 1912.

Ainda sobre a vida pessoal do escritor, João Albasini casou-se em 1897 com Bertha Carolina Heitor (Nwana-wa-titu). Tiveram dois filhos: Beatriz (Minyembeti) e Carlos Eduardo. A relação, que durou a relação 19 anos, terminou em divorciou-se. Após divorciar-se, Albasini escreveu diversas cartas para Michaela Loforte, que não foram correspondidas¹⁸⁷. César Braga-Pinto assinalou que

Parte do espólio de Albasini, deixado nas mãos de seu sobrinho Luis, as cartas foram publicadas em 1925 por Marciano Nicanor da Sylva. Sabe-se que Michaela teria sido uma antiga paixão de Albasini, que por volta de 1917, ainda durante seu processo de divórcio, recusara seu pedido de casamento. (...) o conflito central da narrativa não deixa de merecer análise e interpretação. Pois a recusa (ao pedido de casamento) de que trata a obra se dá possivelmente por um mal entendido que nos parece bastante significativo. O autor das cartas se declara à amada numa sessão de cinema, entregando-lhe de um bilhete em ronga, ao qual, ofendida, teria respondido simplesmente: “sinto-lhe ódio”. Assim, é quase como que se o ódio fosse aqui menos uma reação ao conteúdo do bilhete do que a língua em que o bilhete fora escrito, já que a pretendida supostamente não compreendia o “landim”. Ou seja, o problema da expressão íntima em língua tradicional africana, por um lado, e a angústia de uma provável rejeição por parte do outro que não o compreende, estão intimamente ligados, talvez constituindo as raízes mais profundas do discurso da política do escritor-jornalista¹⁸⁸.

Michaela Loforte fazia parte de uma importante família rica de Inhambane. Sua tia, Carlota Paiva Raposo, foi uma das figuras mais abastadas em Lourenço Marques, possuidora de diversas propriedades pela

¹⁸⁷ REZENDA, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 67.

¹⁸⁸ BRAGA-Pinto, César. *Op. Cit.*, p. 50.

cidade. De acordo com as cartas, João Albasini teria sido infeliz em seu casamento e possuía esperanças de se casar com Michaela¹⁸⁹.

Segundo Jeanne Penvenne, Marciano Nicanor da Silva, filho de José de Aniceto, solicitou à família e amigos de João Albasini que colecionavam seu patrimônio literário para entregá-lo. Sua intenção era a publicação dos melhores ensaios e editoriais escritos pelo autor ao longo da sua vida. Entretanto, não se sabe por que motivo Marciano Nicanor não conseguiu realizar essa publicação. As cartas românticas de João Albasini para Michaela Loforte, contudo, foi publicada três anos após sua morte¹⁹⁰.

Considerado como o autor da primeira obra moçambicana, com o livro póstumo derivado dessas cartas particulares, *Livro da Dor: Cartas de Amor* (1925), organizado três anos após sua morte, pouco conhecido ainda nos meios literários brasileiros e muitas vezes com profundo desconhecimento sobre a temática abordada em suas páginas. Como exemplo desse silenciamento sobre sua produção, podemos citar o exemplo de Pires Laranjeira, que na obra *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* assinala que o livro póstumo seria uma coletânea de contos, desconhecendo profundamente seu conteúdo escrito¹⁹¹. Já outros autores como Orlando de Albuquerque assinalavam que João Albasini não poderia ser considerado escritor e que seu livro não teria qualquer valor para a literatura, muito menos fundador de qualquer movimento ou escola literária¹⁹². Um fato curioso sobre Albasini que justifica sua importância e reconhecimento na sociedade moçambicana em começo do século XX e a admiração de vários

¹⁸⁹ PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 437.

¹⁹⁰ *Ibidem.*, p. 436.

¹⁹¹ LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. p. 257.

¹⁹² ALBUQUERQUE, Orlando; MOTTA, José Ferraz. *História da Literatura em Moçambique*. Braga: Edições APPACDM, 1998. p. 23.

pesquisadores, talvez seja a transformação de sua figura em uma personagem de ficção na obra *O olho de Herzog* de João Paulo Borges Coelho:

João Albasini é assim, tem a curiosa propensão de conduzir todos os diálogos numa mesma direcção, de assestar sobre a municipalidade e os seus jogos todas as baterias que tem. É tinta que lhe corre nas veias, não sangue... Alguma coisa muito séria lhe hão-de ter feito para que veja o mundo sempre assim¹⁹³.

Francisco Noa, nas páginas de *Uns e outros na literatura moçambicana*, levantou o questionamento sobre qual o peso da obra *O livro da dor* para o leitor dos tempos contemporâneo. Segundo o pesquisador, seu enredo, temática e linguagem configuram uma obra que se aproximaria mais do imaginário e das práticas literárias do século XIX do que da centúria em que surgiu. Esse, segundo o autor, seria um dos motivos de sua invisibilidade inicial¹⁹⁴.

Seu título e subtítulo (Cartas de Amor) resumiriam um sentimento de nostalgia e fatalidade, de acordo com Francisco Noa. O autor ainda completa que o determinante “O” e o seu complemento “da dor” carregaria toda uma carga semântica trágica que “transforma o livro numa espécie de encarnação e concentração do sofrimento global”. Além disso, *O Livro da Dor* seria tributário do movimento romântico por causas dos seus princípios e regras clássicas, prescritivas e incontornáveis que se prolongariam em suas linhas¹⁹⁵.

¹⁹³ COELHO, João Paulo Borges. *O olho de Herzog*. Alfragide: Editora Leya, 2010.

¹⁹⁴ NOA, Francisco. *Uns e outros na literatura moçambicana: ensaio*. São Paulo: Editora Kapulana, 2017. p. 25.

¹⁹⁵ Ibidem., p. 25.

Francisco Noa assinalou que o efeito do real causado pela leitura de *O Livro da Dor* a tornaria mais estimulante. Esse seria um forte apelo realista do texto, representando o tempo e as situações do cotidiano colonial, personagens e linguagens de um determinado contexto. Isso faz com que a obra tenha um importante marca histórica. Ao impor-se como uma expressão de vida íntima de um escritor, a obra nos apresenta essa interioridade com suas s contradições, confusões, mágoas de uma mentalidade extremamente confundida com seus sentimentos. É por meios dessas emoções e elementos como notas de rodapé com teor autobiográfico, ocultação de nomes de pessoas reais e descrições de localidades que percebemos esse entrecruzamento sentimental e realista¹⁹⁶. Além disso, o pesquisador nos levanta uma importante inquietação sobre a forma clássica do gênero presente nesse escrito

Temos, assim, por um lado, uma espécie de ambiguidade do gênero. Afinal, esta obra é uma novela, um romance, um diário ou, simplesmente, aquilo que ela se diz, cartas de amor? Ou ela não está tudo isso ao mesmo tempo? E, em jeito de provocação, perguntamo-nos qual a relevância destes classificadores para a compreensão deste livro?¹⁹⁷

Francisco Noa ainda acrescentou que *O Livro da Dor* possuiria ambiguidades interessantíssimas como uma demonstração do próprio processo de escrita de João Albasini

Um aspecto intorneável nesta obra e profundamente associado à fase exacerbada do romantismo, o ultrarromantismo, é o excesso de emoção e de

¹⁹⁶ NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 26.

¹⁹⁷ Ibidem.

sentimento que sobrepuja o universo de *O Livro da Dor*. Raiando o patético, quando não mesmo o grotesco, na expressão do seu calvário interior, o sujeito surge-nos perturbadoramente desprovido de amor-próprio, anulando-se completamente perante a amada. Finalmente, um traço marcante da modernidade desta obra é ela ser um livro sobre o próprio processo de escrita, enquanto criação, ou recreação. Essa dimensão autoreflexiva reconhece-se nos vários intertextos, implícitos e explícitos, que atravessam a obra e que resultam do fato de este autor, narrador revelar-se um leitor consumado e insaciável como que demonstrando, à imagem dos grandes nomes da literatura universal, que a condição primeira e última para se ser escritor é ser-se leitor. Notavelmente, é o intertexto bíblico que é mais pronunciado na sua obra. É, pois, daí que ele retira as grandes analogias, parábolas e lições para ilustrar a sua existência desafortunada: a de um sujeito envolto no manto enigmático e inapreensível do destino que, no seu caso, foi usurpado pela mulher que o levou à perdição¹⁹⁸.

Para Jeanne Penvenne, Marciano Nicanor decidiu-se pela publicação das cartas para mostrar um homem que lutaria pelos seus sofrimentos na maturidade (responsabilidade familiar, paixões e tragédias). Nas cartas percebemos uma preocupação de João Albasini sobre sua integridade pessoal, dever e auto-respeito poderia ter cedido as suas paixões, mas buscou contê-las devido aos exemplos que daria para sua família, suas gerações e sua localidade¹⁹⁹.

Acreditamos, assim como César Braga-Pinto, que João Albasini foi um dos pais fundadores do que podemos chamar de sistema literário moçambicano. Notaremos nessa parte da pesquisa sua importância, através da análise de alguns excertos e de sua rede de sociabilidade, mostrando como

¹⁹⁸ NOA, Francisco. *Op. Cit.*, p. 27.

¹⁹⁹ PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 438.

esse autor trouxe impacto para outros escritores posteriores e mesmo contemporâneo. De Acordo com César Braga-Pinto:

Mesmo não tem até agora sua obra reunida, João Albasini não deixa de ser um escritor canônico e fundador de uma tradição das mais significativas dentro da história literária de Moçambique, se não convém falar de “influência” propriamente dita, pode-se sem duvida identificar uma linhagem que se insinua a partir da publicação do primeiro número de *O Africano* e, em menor medida, com a contribuição de outros jornalistas contemporâneos de João Albasini, sobretudo o companheiro de geração Estácio Dias (pai de João Dias, o autor do póstumo *Godido e outras contos*) e seu próprio irmão José Albasini, tal linhagem atravessará os chamados “novos”, ou seja, aqueles jornalistas que, não sem algum conflito geracional, imediatamente sucederam os fundadores do jornal (sobretudo nomes reconhecidos como os de José Cantine, KarelPott e Rui de Noronha), chegando àqueles hoje considerados de maneira unânime como figuras verdadeiramente fundadoras da literatura nacional moçambicana, e que sem dúvida estão entre seus maiores expoentes: nomeadamente os admiráveis poetas José Craveirinha e Noémia de Sousa. Confirma-se assim a partir da publicação d’*O Africano* uma rede ao mesmo tempo transnacional e trans-histórica de textos e ideologias, cujo significado só poderá ser compreendido a partir da leitura e estudo comparado de obras que em grande parte permanecem inéditas e dispersas em outros jornais²⁰⁰.

João Albasini participava ativamente da vida cafeeira da cidade que localizava na Praça Sete de Março, área histórica, e perto do porto de Lourenço Marques. Esse contato e interações de ideais possibilitaram-lhe conhecer uma gama de novas ideias como o sindicalismo, socialismo, o

²⁰⁰ BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 50-51.

humanismo e ideais republicanos. Percebemos em seus escritos uma reflexão constante sobre esses ideais a partir de seu contexto.²⁰¹

A maioria dos textos assinados por João Albasini em *O Africano* são editoriais e costumam aparecer nas primeiras páginas do jornal, normalmente dirigidos a alguma autoridade administrativa ou diretamente aos Governadores Coloniais. De acordo com César Braga-Pinto, as temáticas e reclamações desses escritos giram em torno de treze assuntos locais ou nacionais:

[...] a campanha a favor da instrução dos “indígenas” em português e contrária a influência das missões inglesas; (2) a crítica a venda do “vinho colonial” (muitas vezes chamado simplesmente de “o tal”), o qual é entendido como instrumento de exploração e causa da corrupção das sociedades locais; (3) a defesa da educação técnica, em escolas de ofício, com ênfase na educação da mulher como um caminho para se proporcionar estabilidade à família e à sociedade indígena – das quais os homens se fazem excluir pelo consumo descontrolado de álcool e pela emigração; (4) as artimanhas da administração colonial para explorar o indígena desde a expropriação de suas terras à cobranças injusta de impostos; (5) o estímulo a emigração para as minas da África do Sul; (6) a violência no recrutamento militar, a que os homens eram obrigados a servir por três anos; (7) a corrupção fiscal; (8) a oficialização dos castigos corporais e a violência policial contra o indígena; (9) a fala de mão de obra, pela regulamentação (e o incentivo) do trabalho indígena; (10) o combate ao racismo e ao modelo segregacionista inglês; (11) a fome, agravada durante a primeira guerra mundial; (12) a campanha contra a prostituição de menores; (13) e, a partir da queda da monarquia em 1910, o desencanto em relação ao sistema republicano²⁰².

²⁰¹ PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 428.

²⁰² BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 60.

João Albasini tinha forte consciência do papel da imprensa no mundo contemporâneo. Ele abandonou as reflexões de gabinete e revolucionou o jornalismo moçambicano nas décadas iniciais do século, adotava um estilo de reportagem “própria, única e crítica”. Suas investigações passavam por ambientes políticos, nas ruas com o cotidiano populacional, nos espaços boêmios e miseráveis da cidade²⁰³. O que despertava sua atenção seria matéria de seus editoriais e suas crônicas, esse último estilo preterido pelo autor.

Seu papel nesse duplo mundo, na vida literária e imprensa, nesse momento de intensas transformações na realidade colonial de Lourenço Marques e de profundas informações, possibilitaram a vinculação dos literatos locais aos jornais que dirigia. Nomes como Rui Noronha, José Craverinha e Noémia de Sousa apareceram em finais da década de 1920 e início da seguinte em um dos seus periódicos fundados *O Brado Africano*.

Sua escrita, que continha um hibridismo de literatura e jornalismo, possibilitou que seus textos ganhassem repercussão entre a população local e entre as próprias autoridades portuguesas. Podemos considerar seus escritos como crônicas devido às aberturas dadas por esse gênero e fortemente vinculado a imprensa em início do século XX. De acordo com Sidney Chalhoub

Surgidas no acaso, da espontaneidade de uma conversa, as crônicas teriam como uma de suas características primeiras a leveza. Ao tratar de temas diversos, alinhavados pela arte das transições, fariam dos pequenos acontecimentos sua matéria-prima privilegiada. Presos aos assuntos do dia, tais textos seriam efêmeros e passageiros, ligando-se de forma

²⁰³ REZENDE, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 67.

direta a seu tempo. (...) Por não terem sido “escritos para a posteridade”, como apontou John Gledson, foram muitas vezes tomadas como textos ligeiros e sem importância, a serem esquecidas nas páginas de “jornais velhos”²⁰⁴.

Podemos considerar que a escrita de João Albasini possuía uma característica própria de sua época: a capacidade de transformar qualquer assunto do cotidiano colonial em tema de literatura, jornalismo e história. Entretanto, a sociedade moçambicana ainda não estava pronta e disposta a refletir sobre as denúncias de abusos e reivindicações tomadas na tinta do jornalista²⁰⁵.

Em uma importante série de crônicas denominada *Vozes do Burro*, João Albasini crítica a postura da administração colonial perante a cobrança de impostos aos indígenas e a falta de estrutura, por parte do Estado Colonial, para os nativos aprenderem a ler para se informar sobre as legislações existentes

Para se regularizar os terrenos (...) deu-se para isso um prazo que veio publicado... no Boletim Oficial!... Ora esse prazo acabou dia 17. Os pretos donos de terrenos que se não aproveitaram das inúmeras escolas que o Governo tem aberta pelas cidades, arredores e sertão, não leram o Boletim. Os mulungos que sabiam ler, leram e tomaram nota da data em que terminava o prazo e, no momento asado caíram na Agrimensura umas chuvas de requerimentos... a pedir terrenos, parcela do tal cadastro, terreno que os pretos ocupam há muitos anos e onde tem construções! (...)

²⁰⁴ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (org.). *História em coisas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 9-10.

²⁰⁵ REZENDE, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 71.

O preto, Exmo Sr., não lê Boletins; o preto não sabe ler; o preto não tem escolas.

Nasceu e viveu num terreno. O Governo um dia exigiu-lhe o pagamento do imposto: pagou; construiu barracas de zinco em substituição a palhotas. O Governo exigiu-lhe “outra qualidade de impostos”, pagou novamente. Pagou porquê?

Certamente porque era o dono da barraca e do terreno e por essa razão a Fazenda lhe recebeu os impostos²⁰⁶.

Nessas poucas linhas percebemos já que as ironias sobre as práticas coloniais se tornaram uma marca evidente da escrita de João Albassini. O tom jocoso tornou-se característica da escrita do escritor, mostrando um humor ácido sobre os aspectos do colonialismo que o inquietavam e repugnavam. Ele deixa evidente que “ninguém detesta como nós a intervenção estrangeira na nossa vida nacional; ninguém defenda com tanto ardor, com tanta fé e tanto amor a soberania, a dominação portuguesa nesta terra”²⁰⁷. Nessas palavras, percebemos que ele queria que a colonização cumprisse seu papel de “civilizar” sob os preceitos iluministas, fato que nunca aconteceu. Em 1913, o autor escreveu sobre a colonização lusa no aniversário do periódico que

Quatrocentos anos de domínio e três duma República democrática cheia de cores, promessas e projetos de liberdade, pão, educação e justiça – termos de tanto ouvir nada significam – ainda não deram ‘nada de útil’... Estes povos continuam de boa ou má cara fazendo rapa-pés, pagando impostos, mutilando-se nas minas do Rand, para trazer dinheiro, morrendo de fome quando ela aperta, molhando-se quando a chuva cai dos altos céus, dessedentando-se nas cantinas com

²⁰⁶ *O Africano*, 22 de novembro de 1913.

²⁰⁷ *O Brado Africano*, 12 de abril de 1919.

o ‘vinho’ esse néctar e bálsamo dos portugueses é por ora a única manifestação visível de sua colonização²⁰⁸.

Em seus escritos percebemos o descontentamento do autor com práticas coloniais como o trabalho forçado e a falta de opção de trabalho para a população moçambicana, situação que faria os trabalhadores irem para as minas do Rand

Querer de boa-fé que o preto deixe de emigrar para se dedicar à agricultura aqui, a trabalhar para outros com tão baixos salários, é perfeitamente sonhar acordado...
(...)

Ora trabalho por trabalho, pancada por pancada, o aborígene quer antes ir para fora de sua terra, porque ao menos vai ganhar mais; e ele na sua qualidade de bruto – desculpem-no – não sabe calcular as vantagens, altissonantes e patrióticas, que podem advir para a civilização e para o Mundo, em se dedicar à sua terra – da qual apenas guarda dolorosas recordações de exigências em dinheiro, trabalho forçado, mulheres confiscadas de refém ao imposto, bebedeiras, cavalo marinho, dilúvios e dias passados no topo das árvores quando chove e sedes atormentadoras quando o sol cresta o capim e mata os gados! (...)
Colonização, ó boa amiga... Vai-te despir...²⁰⁹

O tom irônico e agressivo se tornou uma marca extremamente importante de João Albasini em seus textos assinados em seus periódicos. É importante assinalarmos que esse traço começou a aparecer logo nos primeiros números de *O Africano*, mostrando claramente que já era uma característica construída e definida do autor. Em seu terceiro número

²⁰⁸ *O Africano*, 19 de julho de 1913.

²⁰⁹ *O Africano*, 23 de setembro de 1916.

percebemos esse tom ácido ao tratar do racismo existente na estrutura do Estado Colonial em Moçambique:

Já não é pelo mérito que se aquilata o valor das pessoas: é pela cor. Não importa ser-se honesto, trabalhador e cumpridor dos seus deveres: o que se precisa hoje é que seja branco o pretendente do lugar. Quem não é branco não pode viver, não tem onde empregar sua atividade, onde angariar os cobres para um caldo. É de cor: morra à mímica de pão. A terra é para os brancos (...) o colonial então terá estes dois caminhos a seguir: ou pendurar-se com uma corda no pescoço e morrer (...) ou então – segundo aconselha a razão – passear de clavina ao ombro a caçar gente branca e varar a bala todo branco que lhe passar ao alcance da arma! Ao menos será empregar o tempo nalguma coisa, será menos doloroso que a morte por inanição²¹⁰.

Em outros textos, os abusos cometidos pela prática de violência do Estado Colonial eram relatados pelo jornalista devido aos indígenas não pagarem a tributação obrigatória

Há coisas que pareceriam imbecilidades se não fossem revoltantes actos de abuso de autoridade. Sabemos de indígenas que vivem em barracas alugadas a brancos e monhés e pelos quais pagam rendas mensais. Agora são ameaçados com prisões se não pagarem os impostos de palhota por casas de zinco que lhe não pertencem!²¹¹

De acordo com Valdemir Zamparoni, mesmo homens críticos às práticas colonizadoras e à violência por elas empregadas, como o caso de João Albasini, pactuavam com certos valores quando se tratava de

²¹⁰ *O Africano*, 07 de abril de 1909.

²¹¹ *O Africano*, 16 de junho de 1917.

trabalhadores forçados (*chibalo*)²¹². Nas linhas a seguir, notaremos uma sugestão do jornalista da criação de espaços reservados e separados da cidade de Lourenço Marques para esses africanos

Ao Governo compete fazer, antes de mais nada, um *compound* oficial em sítio não muito afastado da cidade, *coumpound* que comportasse o número de pretos calculados para as necessidades da cidade, por outras palavras: devia-se regular e determinar de modo que das circunscrições os pretos que procurassem serviço viessem com guia para a Intendência – a quem devia estar subordinado o *Compound*. Uma vez o indígena entrado e registado *Compound* sairia deste quando fosse requisitado por alguém, firma comercial ou particular, sendo o salário estipulado, para trabalhar aos dias, semanas ou mês²¹³.

A existência da prática das cantinas e o vinho colonial foram uma das principais críticas do autor entre as mazelas que o colonialismo trouxe para o africano. Segundo o jornalista, as cantinas seriam lugares imundos, que despertariam a imoralidade das pessoas com as práticas do alcoolismo.

Moralidade do caso:

Temos o chiqueiro dentro da cidade com sua legião de cantinas.

Se até aqui o cidadão pacato tinha que trilhar um bocado de areia para ir ver o descalabro da nossa administração fora dos marcos da cidade, agora para tonificar a alma com um fatote de pitoresco nauseabundo, não tem que ir longe: onde acaba o macadame começa a imoralidade!²¹⁴

²¹² ZAMPARONI, Valdemir. *Entre narros e mulungos: colonialismo e paisagens sociais em Lourenço Marques c. 1890 – c. 1940*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 315.

²¹³ *O Africano*, 16 de setembro de 1911.

²¹⁴ *O Africano*, 15 de dezembro de 1911.

A prática do vinho colonial desestabilizava o mercado de bebidas cafreais que existiam entre os nativos. Essa desestruturação foi várias vezes retratada por João Albasini em seus textos, como podemos assinalar o seguinte

Exmo. Sr. Intendente dos Negócios Indígenas.
A lei proibiu o uso de bebidas cafreais para que o indígena só bebesse vinho – “do tal”.
(...) quando o clamor dos cantineiros sobe; a autoridade pressurosa aça os auxiliares de faro prodigioso; e aí das pretas que tem panelas do ‘uputcho’... é tudo reduzido a cacos e os costados marcados a golpe do código de justiça, vulgo, cavalo marinho...
Nos arredores da cidade vive-se da exploração da bebedeira. As velhas os inválidos que o há em grande quantidade, a quem na mocidade não ensinaram nada de útil e prático para que a velhice fosse menos vergonhosa não tendo meios de vida própria, imitam simplesmente, os civilizados: fabricam as suas bebidas, bebem-nas ou vendem: tudo à imagem e semelhança²¹⁵.

²¹⁵ *O Africano*, 22 de março de 1912.

Figura 1: João Albasini



Fonte: THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”*: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 74.

Nas palavras de Patrícia Oliveira de Resende, a escrita de João Albasini buscava compreender

[...] a real identidade da cidade era preciso caminhar por um mundo ocultado pelo processo de urbanização. Não simplesmente para contrapor ao mundo do luxo burguês, mas para revelar o lado oprimido e sofrido do novo tempo e para descobrir o cotidiano e a alegria de viver dos populares que mantinham sua cultura e hábitos singulares. [...] Sendo assim, João Albasini foi reconhecido como o primeiro jornalista relevante de Moçambique, autor da obra literária que divide fases na construção da literatura moçambicana e grande divulgador dos primeiros escritores do país. Como sujeito bastante atuante politicamente, defendeu

ferozmente a cidadania do mulato e do indígena, demonstrou preocupações com as questões de gênero, ao refletir sobre o papel social da mulher, e valorizava enfaticamente a educação como mola propulsora da formação de uma outra sociedade e civilização²¹⁶.

João Albasini foi um ferrenho crítico da colonização portuguesa nos territórios moçambicanos, seus posicionamentos se devem à incapacidade portuguesa de “civilizar conforme os preceitos da razão iluminista”. Muitas vezes, as palavras empregadas para se referir aos nativos soam preconceituosas, mas podemos considerar isso também como um mecanismo retórico para ironizar os preconceitos dos colonizadores frente os nativos. Demonstra que suas práticas excludentes são os verdadeiros bárbaros nesse mecanismo de exclusão imposta pelo colonialismo²¹⁷. De acordo com Albasini

O que veio fazer então a pretendida civilização? Para que se fez o sacrifício de vidas e fazendas para bater o potentado vátua? Se era para se servirem dos mesmos códigos de moral e justiça que ele usava, por que é que lhe chamavam bárbaro inculto? (...) Manter o pretinho parado no mesmo nível, sempre bicho, sempre ignorante, que é a melhor maneira de garantirmos a nossa superioridade. (...) O indígena de hoje não é bem o do tempo do Gungnhana. Em 25 anos a ação do tempo faz-se sentir... Continuar-se eternamente a respeitar os usos e costumes e fugir sistematicamente de fazer frente às dificuldades e vencê-las é apenas criminoso²¹⁸.

²¹⁶ REZENDE, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 72.

²¹⁷ BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 60.

²¹⁸ *O Africano*, 17 de novembro de 1911.

Seus pseudônimos, como assinalado anteriormente, possuem um gênero de escrita própria. Chico das Pegas começou assinar artigos a partir de 1914²¹⁹, sua narração partiria da periferia da capital colonial e adicionava a sua escrita marcas locais (coloquialismo na linguagem e no contexto). O outro pseudônimo, João das Regras, publicou intensamente no periódico e teve sua aparição em 1913²²⁰. A escrita de João das Regras não se dirigia às autoridades coloniais na forma de reivindicação, mas procurava narrar o cotidiano colonial, dessa forma podemos considerá-lo como um cronista, utilizando o português coloquial e palavras e frases em ronga, demonstrando o dia-a-dia em Lourenço Marques, muitas vezes beirando o ficcional. Segundo César Braga-Pinto

Na verdade, o estilo e a *persona* de João das Regras por vezes parecem se confundir com o próprio João Albasini, como quando durante sua estadia em Portugal envia a série “Cartas de Longe”, publicadas em fevereiro e março de 1920. Nem é tão certo que os artigos assinados de Chico das Pegas sejam de autoria exclusiva de João Albasini, pois ainda em 1928 (seis anos depois de sua morte) encontramos pelo menos um texto assinado como Xico das Rêgas (sic). Finalmente, há ainda muitos outros pseudônimos a serem identificados nas páginas dos dois periódicos. Uma carta de um leitor (publicada em 16-7-1919) atribui a João Albasini os seguintes: João das Regras, Silva Canela, Jagodes e Chico das Rêgas. Algumas poucas vezes, encontra-se ainda artigos em ronga, com a assinatura Nwandezengele²²¹.

²¹⁹ Primeira aparição de Chico das Pegas aconteceu na publicação de 21 de fevereiro de 1914. No levantamento feito por essa pesquisa ela difere do que assinalou César Braga-Pinto na sua obra que teria surgido a personagem em 1913.

BRAGA-Pinto, César. *Op. Cit.*, p. 62.

²²⁰ *O Africano*, 09 de janeiro de 1913.

²²¹ BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 63.

Ainda sobre seus pseudônimos, o historiador Valdemir Zamparoni tem as seguintes ponderações:

Chico das Pegas, um pretenso comerciante de gado que abastecia a cidade – bem-humorado, descontraído, perspicaz, observador dos costumes e práticas sociais de brancos, indianos, mulatos e negros; escrevia em bela prosa satírica, denunciando as mazelas do colonialismo em seu dia-a-dia e revelando aspectos sociais e culturais pitorescos. Foi através dele, principalmente, que foram incorporados os falares populares. Outra era João das Regras – seria um velho colono saudosista dos ideais de progresso e civilização, pregados nos templos de implantação do domínio efetivo e das promessas então feitos. Suas crônicas são sérias, em estilo retórico e de apurada erudição, vêm repletas de epítetos morais e legalismos e denunciam o não-cumprimento da “obra civilizatória”, mesquinha da “alma portuguesa na colônia”, os abusos contra os nativos, a corrupção e tudo aquilo que parece enxovalhar não só a dignidade humana, mas também o bom nome de Portugal. Por vezes, como Chico das Pegas, não resiste a incorporar os sons e falares das ruas²²².

É interessante assinalarmos que diversos textos assinados por João Albasini ou seus pseudônimos faziam parte de algumas séries como, por exemplo, “Vozes do Burro”. As discussões seriadas estão ligadas ao que os cronistas queriam suscitar em seu momento de escrita devido à imprecisão de conseguir avaliar problemáticas do cotidiano. Assim, ocorre a necessidade da criação dos pseudônimos, pois estes adequavam-se aos assuntos e as preocupações que eles traziam naquele contexto. Segundo Sidney Chalhoub,

²²² ZAMPARONI, Valdemir D. Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 47.

“mais do que um escudo, os pseudônimos podiam ser meios de elaboração de personagens-narradores, cujo perfil era construído cuidadosamente ao longo de cada série”²²³. Nessa perspectiva do papel dos pseudônimos, Patrícia Oliveira de Rezende defende que cada um deles assumiria diferentes identidades sociais dependendo do contexto apresentado e o público que gostaria de alcançar, assim, João Albasini buscava se flexibilizar para ter suas demandas ouvidas, por meio de uma escrita que variava da formalidade para a informalidade conforme a publicação²²⁴.

Sobre as influências exercidas em seu pensamento e em sua escrita literária. Karel Pott, em um texto publicado em *O Brado Africano*, em 17 de agosto de 1932, dez anos após a morte de João Albasini assinalava que seu pensamento foi fortemente marcado pela leitura de Hegel e Karl Marx e isso o incentivaria a posteriormente a lutar por valores democráticos e inclusive tentar sua candidatura como deputado²²⁵. Seu gênero literário, como assinalou César Braga-Pinto, foi fortemente marcado por Eça de Queiroz, de acordo com o pesquisador

A admiração e identificação está explicitada em “Os Miseráveis”²²⁶, do próprio Albasini, em que o autor remete a uma crônica de 1871, chamada “História Pitoresca da Revolta da Índia, onde o escritor português critica a ocupação portuguesa na Índia, no despertar da revolta de Satari. Como se a história se

²²³ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Op. Cit.*, p. 13-14.

²²⁴ REZENDE, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 77.

²²⁵ POTT, Karel. João Albasini. In: BRAGA-PINTO, César. *João Albasini e o olhar estrábico de O Africano*. Maputo: Alcances Editores, 2014.

POTT, Karel. João Albasini. In: BRAGA-PINTO, César; MENDONÇA, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele. Jornalismo e política em Moçambique (1908-1922)*. Maputo: Alcances Editores, 2014. p. 413.

²²⁶ Em vários dos títulos de suas crônicas, percebemos uma forte interação com outras literaturas como, por exemplo, a francesa e a clássica nos escritos desse autor.

repetisse, ou como se o escritor moçambicano fosse contemporâneo de Eça, Albasini lança suas próprias farpas e críticas, no tom épico-irônico, o descaso dos portugueses na repressão da revolta de Satari, agora a de 1912²²⁷.

Para refletirmos sobre as denúncias nos escritos de João Albasini, é importante pensarmos como o jornal atuava dentro de um espaço e para um público pré-determinado em sua época. *O Africano* criou um lugar simbólico naquela comunidade em inícios do século XX e, por isso, esse periódico ganhou grande circulação. Certamente, a escrita de João Albasini contribuiu para esse feito. Entretanto, não podemos esquecer que seus textos são essencialmente datados, no sentido de criticarem uma realidade social existente a em Lourenço Marques e, em um plano maior, Moçambique.

O retrato de uma sociedade que estava na miséria e passava por abusos era constante em seus escritos. O viés literário que seu jornalismo investigativo transmitia era uma forma de ironizar um sistema que se dizia civilizado e transmissor de uma boa nova para os nativos. Patrícia Oliveira de Rezende assinala que

João Albasini tinha as suas facetas e os seus dilemas políticos no âmbito privado e, principalmente, público, já identificava muito bem as leis do sistema colonial, sabia que havia leitores que compreenderiam na pele a sua denúncia, como cronista engajado que era, tentava captar todas as experiências de vida, em um tempo tão turbulento do pós-guerra, de mudanças sociais. O escritor, através da voz de João das Regras trazia a tona a questão étnica, tão relevante naquele contexto, no entanto surpreende tratar, em seu texto, a particularidade do feminino em tempos sem espaço para qualquer tipo de discussão de gênero. (...) João Albasini interagiu realmente com as coisas do seu

²²⁷ BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 64.

mundo, participava ativamente das experiências, para até transformar o que via e viria; demonstrava também a sua insatisfação em captar a dificuldade da sociedade em abrir-se ao novo. Ao inovar no jornalismo moçambicano, abriu caminho para um avanço do conhecimento da cidade – Lourenço Marques – revelando um mundo obscuro, colocado em evidência o que o processo de urbanização ocultava e percorrendo por um espaço de crítica social. Desse modo, a notoriedade deste escritor, jornalista e cronista, dentro e fora da obra literária moçambicana, permanecerá através das memórias ficcionais e históricas²²⁸.

As críticas feitas ao trabalho africano, sua experiência como despachante e seu apoio das administrações locais possibilitou que João Albasini se tornasse chefe do trabalho indígena no Porto de Lourenço Marques, em nomeação feita por Freire de Andrade, governador colonial de Moçambique entre 1906-1910. Suas influências políticas e sociais não ficaram restritas ao período monárquico, pois tornou-se o único africano na Comissão Republicada constituída de seis membros, em 1914, para estudar e codificar as leis e costumes nativos²²⁹. Além da sua atuação em cargos públicos, João Albasini possuía e alugava edifícios residenciais e comerciais na capital da colônia.

Ao considerarmos suas reivindicações, de acordo com Cesar Braga-Pinto, o dilema que se colocaria é como exigir direitos portugueses sem deixar de ser negro e africano. Dessa forma, o assimilado se encontra em posição de bastante destaque dentro da estrutura colonial e de constante conflito interno. Esse impasse iria se intensificar com as leis de exceção impostas em Moçambique. A primeira delas seria a portaria de 1913

²²⁸ REZENDE, Patrícia Oliveira de. *Op. Cit.*, p. 86.

²²⁹ PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. cit.*, p. 424-425.

instaurada pelo Intendente dos Negócios dos Indígenas e Emigração, Cabral Moncada que regulamentaria o trabalho e a cobrança de certos impostos aos indígenas, estes deveriam ser obrigados a apresentação de uma chapa, que ficaria conhecida como chapa moncadica, substituída posteriormente por um passe. Devemos assinalar, que desde finais de oitocentos diversas legislações buscavam a identificação do indígena, no sentido de quem deveria ser considerado como tal e obrigado as tributações para essa categoria²³⁰.

De acordo com a historiadora Jeanne Penvenne, é indiscutível que suas críticas e desafios perante o sistema colonial foram mais intensos entre os anos de 1913 e 1916, mas que seu interesse político despertou durante sua crise pessoal entre 1917 e 1918, motivação esta derivada da fracassada tentativa de casamento com Michaela Loforte. Foi nesse momento que o jornalista decidiu vender *O Africano* para o padre Vicente do Sacramento. Em seu último editorial no jornal, João Albasini descartou todo o empreendimento feito no periódico, considerando como nove anos de lutas estéreis e inglórias que não haviam produzido ganhos substanciais para a população africana de Moçambique²³¹.

Em seus escritos, João Albasini expôs por diversas vezes as condições horríveis dos trabalhadores moçambicanos que foram trabalhar nas minas do Rand (Transvaal, África do Sul) e argumentava que, se a população local fosse devidamente paga e bem tratada, preferiria permanecer na localidade. Denunciou reiteradamente os maus tratos a trabalhadores, criticou diversas vezes as condições insalubres em que se encontravam os

²³⁰ BRAGA-PINTO, César. *Op. Cit.*, p. 62.

²³¹ PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. cit.*, p. 437.

trabalhadores africanos no porto de Lourenço Marques, pois dormiam em vagões abertos e galpões arruinados²³².

Em 1917, essa batalha se intensificaria com a publicação da Portaria dos Assimilados, que inclusive forçou a ida de João Albasini a Portugal com a intenção de tentar derrubá-la. Esse ano é extremamente importante na trajetória do escritor, pois encontra-se com membros da Liga Africana de Lisboa, tendo maior contato com o movimento pan-africanista, surgido no final do século XIX. Sobre a Portaria do Assimilado é importante frisarmos que ela definiria o que era o indígena e o assimilado, obrigando a identificação dos indivíduos sobre a sua condição quando solicitado para as autoridades competentes.

Teve apenas uma tentativa em vida de ocupar um cargo político como deputado ao Parlamento português representando a colônia de Moçambique, em início da década de 1920. Entretanto, perdeu a vaga para um médico português que nunca teria pisado em solo moçambicano²³³.

Em 16 de agosto de 1922, João Albasini faleceu vítima de tuberculose, doença que o acompanhou durante toda a sua vida. É importante assinalar que seu funeral contou com a presença de importantes autoridades administrativas portuguesas e parte significativa da elite de Lourenço Marques. A imprensa local cobriu o acontecimento e chegou a calcular o número de cinco mil pessoas presentes no enterro, fato até então inédito na colônia de Moçambique²³⁴.

A pergunta que fica sobre a trajetória desse importante intelectual é: porque um silenciamento profundo da sua figura na história literária de Moçambique? De acordo com Jeanne Penvenne,

²³² Ibidem., p. 449.

²³³ PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. cit.*, p. 427.

²³⁴ *O Brado Africano*, 19 de agosto de 1922.

Embora Albasini claramente mereça consideração como uma “voz precoce de protesto”, em princípio ele aceitou o Estado colonial, a língua portuguesa e, até certo ponto, a cultura portuguesa. Ele também aceitou a autoridade dos anciões ronga, a língua e a cultura ronga e o consideravam de maneira alguma inferior a portuguesa. Ele não viu contradição em abraçar os dois. Ao contrário dos moçambicanos da geração seguinte, João Albasini foi criado em um ambiente urbano onde a língua e a cultura ronga estavam em várias línguas e culturas que coexistiram com relativa facilidade²³⁵. (tradução nossa)

Décadas após sua morte, jornalistas de vários jornais recordavam a sua erudição e precisão nos editoriais. Seu estilo literário influenciou abertamente o Grêmio Africano em seu apogeu e por isso vários portugueses não aceitavam o fato de um negro com educação formal limitada possuir prestígio e reputação de escritor em Lourenço Marques²³⁶.

Manuel de Brito Camacho, que assumiu a administração de Moçambique como Alto Comissário da República entre 1921 e 1923, considerava João Albasini um amigo próximo e uma figura intelectual. Essa relação próxima possibilitou que sua única vitória fosse realizada postumamente, que foi a inauguração de uma escola para mulheres africanas. O governador Brito Camacho estava determinado a realizar pelo menos esse componente da agenda política do intelectual. Um ano após a morte de João Albasini, houve a inauguração da escola, que recebeu seu nome e cujo currículo era composto por alfabetização, culinária e costura²³⁷.

Após a independência de Moçambique, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) promoveu figuras da geração anterior à de João

²³⁵ PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 441.

²³⁶ *Ibidem.*, p. 446.

²³⁷ *Ibidem.*, p. 455.

Albasini, por serem guerreiros, militares e líderes políticos na luta contra o colonialismo, ao contrário do escritor, que desenvolveu modos alternativos de contestação. Jeanne Penvenne assinala que

João Albasini era simplesmente burguês demais para a era da vanguarda marxista-leninista, ele era simplesmente irrelevante ou as contradições em seu legado era muito mais profundo? O escritor não se enquadrava no repertório de candidatos à candidatura histórica da Frelimo devido muitas razões. Primeiro, se os moçambicanos queriam reviver esquecidos nacionalistas, João Albasini realmente não se classificava. O autor não era nacionalista, menos ainda no sentido compreendido meio século após sua morte. Embora Albasini, reconheceu Moçambique como uma unidade política, ele certamente não contribuiu para uma ideologia de construção de uma nação na escala pregada pela Frelimo²³⁸. (tradução nossa)

Considerações Finais

João Albasini, ao longo de sua vida, buscou promover e comunicar-se dentro da sua comunidade local. Ele trabalhou para garantir que a administração portuguesa cumprisse o que seus ideais políticos garantiam. Ao contrário das figuras revividas pela Frelimo, o escritor não era um revolucionário da libertação colonial ou um guerreiro na luta pré-colonial, mas um burocrata e intelectual. Além disso, Albasini era uma minoria dentro da própria minoria, fato considerado pela historiadora Jeanne Penvenne tão interessante na sua trajetória de vida²³⁹.

²³⁸ PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 457.

²³⁹ *Ibidem*.

Percebemos, em seus escritos, que seu foco estava no desenvolvimento de estratégias baseadas na interpretação de ideias regionais e internacionais para tentar aplicá-las localmente. Dessa forma, é possível afirmarmos que ele estava ciente de que as questões-chave do domínio colonial ficavam numa esfera muito maior que a da própria colônia. Albasini sabia, porém, que as implicações sociais e políticas impostas na capital Lourenço Marques afetavam todo o resto de Moçambique. Assim, buscava identificar questões importantes para criar alianças entre os mais diversos grupos africanos e coloniais para que direcionassem suas pautas às autoridades portuguesas²⁴⁰.

Para concluirmos a apresentação da trajetória de João Albasini, utilizamos as considerações finais de Jeanne Penvenne sobre esse importante intelectual da literatura moçambicana

João Albasini foi claramente uma impressionante força intelectual e política moçambicana, mas ele não era de forma alguma um herói moçambicano. Ele lutou dentro dos limites de sua identidade e visão política. Ele investiu seu status privilegiado na promoção de políticas que ele considerou prospectivas e no melhor interesse dos grupos mais vulneráveis da comunidade urbana africana, especialmente diaristas, mulheres solteiras e filhos. Ele defendeu o que ele julgou ser salário justo e condições aceitáveis para trabalhadores, e ele apoiou o que julgou ser uma ação apropriada dos trabalhadores. Ele promoveu oportunidades educacionais práticas de qualidades para as mulheres e crianças moçambicanas. Tais esforços são dignos de reconhecimento, mas também é essencial reconhecer que nem todos aqueles que Albasini esperava os benefícios de suas políticas saudarem ser julgamento de que exigiam sua marca de proteção. (...) O caso de Albasini ilustra que o engajamento entre intelectuais

²⁴⁰ PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 462.

africanos e o Estado Colonial em desenvolvimento eram controversos e desiguais. A consciência e a identidade dos intelectuais moçambicanos foram moldadas pelo estilo de vida, ideias e culturas diversas da cidade do início do século XX. (...) No final, o princípio orientador de Albasini foi a igualdade. Emoldurou a si mesmo como português e ronga²⁴¹.

²⁴¹ PENVENNE, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 463.

A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS DE HEROÍSMO E DE MEMÓRIAS NAS NARRATIVAS DOS MISSIONÁRIOS BRITÂNICOS NA ÁFRICA CENTRO-ORIENTAL (1856-1914)

Thiago de Araujo Folador

Nas diferentes publicações dos missionários da Missão das Universidades para a África Central (*Universities' Mission to Central Africa*, UMCA) era comum apresentarem que para o bom desempenho do trabalho missionário tão importante quanto a atuação nas estações africanas eram as ações feitas “em casa”, isto é, no Reino Unido.²⁴² Essas ações envolviam não apenas atividades administrativas de missionários, mas também a seus apoiadores e patrocinadores que garantiam o financiamento e suporte material para a manutenção da instituição. O elo entre as atividades na África Central e na Europa eram as publicações.

O trabalho da missão não se limitava ao território africano, era também em outra parte continuado na Europa. Nesse sentido o trabalho missionário se organizou também a partir da divulgação das suas ações por meio de uma série de publicações impressas. Essas constituem uma produção significativa, que permite pesquisadores se debruçarem sobre o tema reconhecendo uma literatura missionária, com suas próprias especificidades, que engloba as cartas, as biografias, as memórias, os diários, os relatórios, as

²⁴² Essa posição percorre toda a produção missionária da UMCA, em especial nos periódicos. Uma abordagem sistematizada pode ser encontrada em: BLOOD, A. G. *The History of the Universities Mission to Central Africa*, 1907-1932. Londres: The Universities Mission to Central Africa, 1957. p. 82, v. 2.

narrativas de viagem, os catecismos, os anais, os periódicos, etc.²⁴³ Pensar a história das missões a partir dessas produções oferece uma leitura particular das dinâmicas do funcionamento dessas instituições, uma vez que esses escritos eram fundamentais para garantir o desenvolvimento das atividades missionárias. As publicações exaltavam e consagravam alguns de seus membros, divulgavam causas a serem financiadas e estimulavam o apoio popular ao projeto missionário.

O objetivo desse texto é discutir parte dessa produção escrita tendo em vista um estudo de caso da UMCA. Procura-se contextualizar algumas obras relevantes produzidas no contexto de atuação da missão em diálogo com a sua prática. Nesse sentido, apresenta-se uma discussão que considera a produção escrita em suas questões próprias da narrativa e o impacto da produção editorial. A partir disso observar-se a produção de algumas narrativas sobre a história da missão, particularmente as discussões das narrativas de David Livingstone, Horace Waller e Anne Elizabeth Anderson-Morshead. E, por fim, como essas obras apresentam a valorização de alguns sujeitos como heróis ou mártires da atividade missionária, em detrimento de outros, como as mulheres e africanos.

O heroísmo na literatura missionária

No *Dicionário analógico de língua portuguesa*, originalmente publicado em 1950, Francisco F. S. Azevedo ao apresentar o verbete coragem

²⁴³ Para uma apresentação das concepções de uma literatura missionária, principais autores e os debates no campo da história e literatura cf.

FOLADOR, Thiago A. *Literatura Missionária: um estudo de caso da Universities Mission to Central África (1861-1896)*. In: SÁ, Charles N.; SANTIADO, Daniela E.; SAMPAIO, Thiago H. *História e literatura: conexões, abordagens e perspectivas*. Jundiá: Paco Editorial, 2020. p. 234-247.

cruza termos como bravura, valor, heroísmo, virilidade. Para além desses termos afins, enquadra à qualidade o termo África.²⁴⁴ A representação do continente africano associada a coragem faz referência a ideia de um lugar a ser desbravado, onde se aventura e se enfrenta perigo, bem caracterizado no clássico romance de Joseph Conrad, *Coração das Trevas*. A naturalização dessas relações envolve profundas contradições de poder e apagamento dos sujeitos históricos. A construção desse imaginário entre bravura, virilidade e África norteou a construção de estereótipos constantemente consumidos e reproduzidos de uma determinada literatura do XIX, a dos exploradores (e dos missionários) sobre suas narrativas de viagem, em especial na África.

No final do século XIX, os objetivos expansionistas imperiais estavam alinhados aos programas missionários, não apenas em termos político-econômico, mas também na conexão entre as viagens missionárias e os ideais de aventura dos exploradores. Os missionários-exploradores viam-se como agentes do cristianismo carregando a bandeira do comércio e civilização europeia para a África, tendo como personificação máxima dessa ideologia David Livingstone.

Se as histórias de heroísmo e aventura estão presentes na formação das ideologias imperiais, como afirma o estudioso Gareth Griffiths as publicações missionárias são parte desse cenário em que se apropriam do gênero heroico nos seus discursos e consequentemente moldam e sustentam os mitos imperiais. Com a expansão das missões cristãs europeias por volta de 1850, uma série de publicações dos mais diversos formatos inundavam o Reino Unido com o intuito de alcançar o maior número possível de leitores para divulgar seus trabalhos, ampliar a adesão de voluntários e,

²⁴⁴ AZEVEDO, Francisco dos Santos. *Dicionário analógico da língua portuguesa: ideias afins/thesaurus*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. p. 409-410.

principalmente, arrecadar fundos. Com um variado número de formatos, as impressões missionárias constituíram uma parcela significativa do crescimento editorial inglês do período de 1867 a 1914.²⁴⁵

Gareth Griffiths chama a atenção para o fato que os textos produzidos pelos missionários brancos na África no final do século XIX e início do século XX aproximavam-se dos contos populares de aventura e, por vezes, a figura de um bispo martirizado e a de um herói de aventuras seculares eram indistinguíveis. Além disso, combinavam gêneros e preços mais populares, além de ilustrações idênticas às obras seculares, dificultando distinguir as publicações missionárias de outras. Os textos missionários, para além da apresentação de suas práticas de conversão, estavam subordinados às narrativas das expedições dos religiosos, estavam submergidas em descrições de travessias perigosas de rios e montanhas, cenas de caça e costumes africanos.

Na década de 1870, a presença de elementos de narrativas de aventura predominava nos escritos missionários ao ponto

de os textos serem reformulados para se ajustarem ao mercado literário interessado nessas narrativas. O objetivo era responder a algumas mudanças nas últimas décadas do século XIX, quando na Inglaterra novas políticas educacionais resultaram em um crescimento da alfabetização e consequentemente ampliaram o número de leitores. Para abarcar esse novo público, divulgavam-se contos curtos com ilustrações cativantes e publicações com textos mais concisos, com formatos e preços mais acessíveis para camadas sociais que não tinham hábitos de leituras, recursos para aquisição e nem tempo para lazer. Um cenário que se manteve constante até

²⁴⁵ GRIFFITHS, Gareth. Popular Imperial Adventure Fiction and the Discourse of Missionary Texts. In: GRIFFITHS, G.; SCOTT, J. S. *Mixed Messages: Materiality, Textuality, Missions*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 51-66.

pelo menos 1914 com o eclodir da Primeira Guerra Mundial com repercussão direta no mercado editorial, no financiamento das missões e na própria postura em relação a elas.²⁴⁶

O símbolo desse paradigma foi a publicação *Missionary Travels and Researches in South Africa*, pelo missionário e explorador David Livingstone em 1857, a narrativa de viagens mais vendida na Grã-Bretanha do século XIX. Enquanto outras obras do mesmo gênero dificilmente vendiam mais do que 10.000 cópias, Livingstone ultrapassou essa meta antes do lançamento, não demorando para alcançar 30.000 cópias.²⁴⁷ Como parte da divulgação do seu livro, e também razão de seu sucesso, o missionário proferiu uma série de conferências pela Inglaterra. Ele narrava os impasses para a sua atividade religiosa entre os batswana (bechuana) nas bordas do deserto de Kalahari, o que o levou a percurso primeiro em direção à Luanda e, posteriormente, seguiu o curso do rio Zambeze em direção à costa leste.²⁴⁸

Além do relato de seus feitos, Livingstone pregava a necessidade indissociável da promoção do comércio e do exercício do cristianismo, baseado em uma substituição do comércio “ilegítimo” (associado à escravidão) pelo “legítimo” (agrícola), por meio da difusão do cristianismo e da introdução dos hábitos culturais europeus, em especial os relacionados ao consumo. Livingstone procurou, assim, articular os anseios comerciais ingleses com os do próprio processo de expansão missionária cristã e os interesses abolicionistas.²⁴⁹

²⁴⁶ GRIFFITHS, Gareth. Op. Cit., p. 52-4.

²⁴⁷ HENDERSON, Louise C. David Livingstone's Missionary Travels in Britain and America: Exploring the Wider Circulation of a Victorian Travel Narrative. *Scottish Geographical Journal*, v. 129, n. 3-4, p. 179-193, 2013.

²⁴⁸ LIVINGSTONE, David. Lecture I. In: MONK, William. *Dr. Livingstone's Cambridge Lectures*. Londres: Bell and Daldy, 1858. p. 6-7.

²⁴⁹ LIVINGSTONE, David. Op. Cit., p. 21.

Esses posicionamentos caracterizaram David Livingstone como um importante símbolo para as políticas imperiais do século XIX entre exploradores e missionários. Sobre isso, o historiador John Mackenzie apresenta uma valiosa reflexão. Contrariando uma extensa literatura que enfatiza o explorador como um “profeta” ou advogado do imperialismo, Mackenzie sugere a definição de “santo padroeiro” como a mais apropriada.

Assim, o profeta profetiza no aqui e agora, enquanto o santo padroeiro é necessariamente formado como um chamado ao passado, ao ancestral ou, pelo menos, aos antecessores. Os profetas podem ser ferozmente opostos. Os profetas podem até mudar de ideia. Mas os santos padroeiros, por outro lado, têm status icônico. Para continuar a metáfora, o ícone pode ser repintado ou reproduzido continuamente, mudando sutilmente - ou mesmo não tão sutilmente - sua aparência e importação para as gerações seguintes.²⁵⁰

Deste modo o nome de David Livingstone foi constantemente apropriado para promover a atividades missionária e ação colonial. Seu nome e sua imagem eram associados aos diferentes empreendimentos. Esses aspectos são claramente observados nos processos de ocupação na África Oriental, em particular, pela aproximação com o percurso do missionário.

Houve uma considerável influência de Livingstone sobre a atividade missionária na região, por exemplo, a *Free Church of Scotland* (1875) cuja a referência ao explorador fica evidente ao nomearem de Livingstonia a estação missionária construída ao sul do lago Niassa. Entretanto o caso mais emblemático é relação de Livingstone com a UMCA, com a qual esteve intimamente envolvido na sua criação.

²⁵⁰ MACKENZIE, John M. David Livingstone – Prophet or Patron Saint of Imperialism in Africa: Myths and Misconceptions. *Scottish Geographical Journal*, v. 129, n. 3-4, p. 287, 2013.

A UMCA foi resultado dos interesses na exploração da África Central mobilizados por Livingstone e sua proximidade com os círculos das universidades britânicas, em especial, Cambridge e Oxford sendo, portanto, considerado um dos fundadores da UMCA. A convocação para a organização da missão ocorreu em finais de 1857 em uma conferência na Universidade de Cambridge, onde Livingstone divulgava as experiências de sua viagem pelo continente africano. A notoriedade do missionário-explorador levou inclusive a *Royal Geographic Society* e o governo britânico a planejarem e financiarem uma segunda expedição, com interesses mais ambiciosos na exploração de algodão, a Expedição Zambeze. Esta empreitada seria apoiada por uma atuação missionária cristã, essa seria Missão para África Central de Oxford e Cambridge, mais tarde UMCA.²⁵¹

O uso do nome de Livingstone como uma referência quase paternal sempre esteve presente nos escritos missionários, mas, em especial a partir de 1885, com a produção de periódicos e sua ampla circulação isso fica mais evidente. Seguindo a metáfora de “santo padroeiro”, o nome de Livingstone passa ser reproduzido constantemente, como o fundador da UMCA ao lado do bispo Charles Mackenzie.

O primeiro livro narrando às histórias do surgimento da missão, seus percalços e sua relação direta com a Expedição Zambeze de Livingstone foi *Story of the Universities' Mission to Central Africa* (1866), escrita pelo missionário Henry Rowley, a partir de sua própria vivência na missão.

²⁵¹ Sobre o debate da configuração UMCA e a relação com os interesses de Livingstone apresentados nas Conferências de Cambridge, uma discussão mais profunda é apresentada em FOLADOR, Thiago de Araujo. *Caminhos para o Niassa: o estabelecimento da Universities Mission to Central Africa entre os wayao e manganja na África centro-oriental (1859-1886)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. p. 33-42.

Retomando o debate anterior de Griffiths, observa-se como a obra de Rowley, se aproxima mais do olhar do explorador – tendo as obras de Livingstone como paradigma –, enquanto a ação religiosa é praticamente inexistente nos primeiros anos de suas atividades (1861-1863). Ao narrar aos acontecimentos da missão durante sua instalação no vale do rio Chire e lago Niassa (próximo das atuais fronteiras entre Malaui e Moçambique) observa-se uma constância dos temas das narrativas de exploradores e de aventuras. A narrativa de Rowley valorizando aspectos naturais, possibilidades comerciais e de exploração, descrição de animais, relatos sobre grandes caçadas e descrições de sua visão carregadas do sobre o exótico. Até mesmo em estilo editorial, muitos capítulos curtos e ricamente ilustrados o aproximavam também das publicações de Livingstone.

Os eventos na obra mencionada que mais caracterizam uma narrativa que aproxima a atuação dos missionários com as histórias de aventura são as descrições das interceptações das caravanas de escravizados e de conflitos com algumas populações locais. Contudo, para uma análise mais detalhada é fundamental entender as repercussões desses eventos e como foram consolidadas essas narrativas. A construção da imagem dos missionários como agentes combativos, por sua vez, reforça um estereótipo de bravura, típico do interesse dos leitores vitorianos e o que esperavam ler sobre a África, mas não deixam de revelar as contradições de suas atuações.

Em 1861, Livingstone já se encontrava na região ao sul do lago Niassa quando chegou a primeira comitiva de missionários da UMCA e passou a colaborar com a instalação dos mesmos. A missão estava fortemente marcada por um discurso antitráfico de escravizados e sua ação inicial foi marcada pela interceptação de caravanas. Homens, mulheres e crianças na condição de cativos eram resgatados pelos missionários, dos quais muitos

foram agregados a vila de Magomero, onde os missionários estavam instalados e organizavam suas atividades. Nesse momento pouco faziam no sentido de uma atuação religiosa como catecismo e batismos, concentrando-se basicamente em atividades de subsistência.

A atuação contra os traficantes de escravizados refletiu em políticas de alianças com a população manganja (nianja) contra as caravanas e razias dirigidas por parte de alguns chefes do grupo étnico wayao (yao ou ajaua). Em julho de 1861, por incentivo dos manganja para conter o avanço dos wayao, os missionários acompanhados de Livingstone organizaram uma campanha que resultou em um pequeno conflito contra um grupo que estavam atacando vilas próximas à Magomero.²⁵²

Contudo, devido ao emprego de armas de fogo durante as tensões contra os wayao, o evento teve uma repercussão negativa na imprensa europeia e os jornais passaram até mesmo questionar a posição pacifista dos missionários. A situação foi agravada por uma acusação feita pelo missionário H. Rowley, em um relatório enviado à Cidade do Cabo, que mencionava o uso de armas contra nativos ter sido feito por sugestão do próprio Livingstone. A polêmica começou a circular no final de outubro de 1862 e se prolongou nos jornais ingleses, escoceses e irlandeses até pelo menos janeiro de 1863.²⁵³ A repercussão dos eventos impactou inclusive as próprias narrativas de Livingstone e Rowley, que ficaram marcadas pela necessidade de responder à polêmica e justificarem suas ações perante ao

²⁵²FOLADOR, op. cit., p. 41-62.

²⁵³ O mesmo trecho foi publicado em diferentes jornais, mas tomo como referência o LONDON DAILY NEWS. 30 de outubro de 1862, p. 6. Disponível em: <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/>. Acesso em: 10 de outubro de 2017. (Tradução minha).

público europeu, ao passo que fornecem um material de leitura peculiar ao público curioso por narrativas de viagem com traços de aventura e heroísmo.

Segundo versão de Livingstone sobre os eventos em sua expedição ao Zambeze, os wayao proclamaram uma guerra (ou, *nkondo*) contra os missionários após o anúncio da chegada de Chibisa, um chefe manganja de reconhecida fama militar aliado dos missionários. O explorador registrou que ele e os missionários não haviam se preparado para um conflito, uma vez que não carregavam grandes quantidades de armas e munição, e se soubessem qual seria a reação dos wayao teriam enviado mensagens e presentes antes de se aproximar. Livingstone enfatizou ainda que "era a primeira vez que nós tínhamos sido atacados pelos nativos ou entrávamos em colisão com eles; embora tivéssemos sempre tomado por certo que poderíamos ser levados a agir em legítima defesa". E, nesta ocasião, teria então advertido os missionários para não participar novamente pelos interesses dos manganja: "você serão oprimidos pelas suas importunidades, mas não interfiram em querelas nativas".²⁵⁴ Livingstone procurava com isso distanciar-se das participações dos missionários nos conflitos locais, como sugere no seguinte depoimento:

[...] temos sido bastante minuciosos em relatar o que aconteceu durante os poucos dias de nossa conexão com a Missão das Universidades Inglesas nas montanhas, porque, tendo sido descartados os conselhos registrados, a culpa foi lançada sobre os ombros do dr. Livingstone, como se os missionários não tivessem responsabilidade individual pela sua conduta futura. Isso, sem dúvida, o bom bispo Mackenzie tinha muita humanidade para ter permitido. A ligação dos membros da Expedição do Zambeze,

²⁵⁴ LIVINGSTONE, David. *Narrative expedition to the Zambesi and its tributaries and of the discovery of The Lakes Shirwa and Nyassa, 1858-1864*. London: John Murray, 1865. p. 361. (tradução minha).

com os atos da Missão do bispo, cessou agora, pois retornamos ao navio e preparamos nossa viagem ao lago Niassa. Nós prontamente, se necessário, assumiremos toda a responsabilidade até este ponto. E se o bispo mais tarde cometeu erros em determinadas colisões com os escravistas, ele tinha os votos de todo o seu partido com ele, e aqueles que melhor conheciam as circunstâncias peculiares, e a disposição amorosa deste homem de bom coração, o culpará menos. Nessa posição, e nessas circunstâncias, deixamos nossos amigos na Estação Missionária.²⁵⁵

O texto do reverendo H. Rowley – que se encontrava em Magomero na ocasião dos eventos e para sua narrativa – contou com o testemunho dos demais missionários – apresenta algumas diferenças significativas em relação ao anterior, menos por não ter sido uma testemunha ocular e mais devido as tensões geradas com Livingstone:

Nossos amigos foram com cautela e chegaram bem perto do acampamento sem que fossem percebidos. Assim que os wayao os perceberam, avançaram desafiantes, dançando e gritando como selvagens embriagados com o sucesso anterior [referência a um saque em uma vila manganja]. O dr. Livingstone chamou-os e veio falar com eles, e que era paz. Não o creram, e gritaram que não era paz, mas guerra. E, segundo o costume, dispersaram-se no mato, atrás de árvores e rochas. Johnson, nosso cozinheiro negro, vendo um homem apontando aparentemente ao dr. Livingstone, elevou sua arma e disparou. Então uma luta começou. [...] Seus gritos de escárnio arrancaram o ar, e finalmente eles vieram descendo como demônios. Foram recebidos com alguns tiros dos rifles, pararam e recuaram outra vez atrás das rochas. Mas afinal eles foram forçados a partir de sua fortaleza e seu acampamento foi destruído e queimado. Os cativos escaparam durante a luta; derrubaram seus

²⁵⁵ LIVINGSTONE, David. Op. Cit., p. 363-4. (tradução minha).

fardos e fugiram para o mato. Nenhum dos ingleses foi ferido; um manganja foi morto e outro tinha uma flecha no pulso. O bispo estava no meio da luta, mas não usou sua arma; ele a passou para o sr. C[harles] Livingstone.²⁵⁶

No texto de Rowley, a construção de um retrato negativo dos wayao – muito mais apelativo no uso das imagens do “selvagem” do que no relato de Livingstone. Uma hipótese é que essa descrição pode ser percebida a partir da composição de quadro do ocorrido que justificasse a ação dos missionários como legítima defesa para garantir a manutenção da atividade missionária contra a ação dos ditos povos retratados como demônios.

Essas duas narrativas sobre o evento suscitam a necessidade de compará-las a outros depoimentos, como o do bispo Mackenzie, responsável pela missão. Sobre os acontecimentos envolvendo os missionários e os wayao, os registros do bispo Mackenzie, apesar de estar presente no ocorrido, reservam-se ao silêncio. Não há na carta enviada ao bispo de Oxford sobre os acontecimentos da missão grandes considerações como ocorrer com o os textos de Livingstone e Rowley. Quanto ao registro em seu diário pessoal, existem apenas algumas referências sobre os deslocamentos adotados durante o conflito, mas não menciona com e mesma intensidade os eventos tais como se encontra nos depoimentos Rowley e Livingstone.²⁵⁷

Rowley procurou, desde sua denúncia sem muito sucesso contra Livingstone, minimizar a participação do bispo nos eventos. Com isso, ao

²⁵⁶ ROWLEY, Henry. *The Story of the Universities' Mission to Central Africa from Its Commencement, under Bishop Mackenzie, to Its Withdrawal from Zambesi*. Londres: Saunders, Otley, 1866. p. 136.

²⁵⁷ Cf. GOODWIN, Harvey. *Memoir of Bishop Mackenzie*. Cambridge: Deighton, Bell, and Co., 1864. p. 328-9.
Mackenzie's Journal, in: *Universities' Mission to Central Africa Archive/Bodleian Library/The letters, journals of and material relating to Bishop Mackenzie c.1861-62*.

caracterizar o conflito pessoal do bispo Mackenzie em usar ou não as armas de fogo contra a população africana hostil, Rowley reproduz o dilema recorrente nas narrativas missionárias do final do século XIX, o dilema do bispo entre a legítima defesa e a submissão cristã ao martírio.²⁵⁸

Os adjetivos sobre os wayao e as polêmicas em que se envolveram marcam assim um diálogo direto com o público leitor britânico. As narrativas precisavam constituir um discurso de autodefesa de suas imagens (ou instituições). Ao mesmo tempo se aproximam do leitor das narrativas de viagem e os conflitos com outros povos, dentro de um imaginário europeu que enxerga o outro como incivilizado, na contraparte do europeu que leva o cristianismo e comércio.

A história oficial: da narrativa missionária ao heroísmo

Entre os anos de 1897 e 1914 proliferaram associações organizadas que apoiavam a UMCA por meio doações e prestação de serviços, bem como os círculos de leitura que estimulavam as leituras dos textos. Essas associações implicavam em uma grande demanda por publicações da própria missão, com um crescimento contínuo até 1913. O próprio escritório da UMCA era responsável por diversas publicações, como memórias, narrativas de viagens, coletânea de correspondências, etc. Além disso, a missão contava ainda como o apoio de outras instituições para apoiar a edição de algumas publicações, como a *British and Foreign Bible Society* e a *Society for Promoting Christian Knowledge*. Com a eclosão da guerra em 1914, as publicações foram significativamente afetadas, em especial as revistas que

²⁵⁸ GRIFFITHS, op. cit., p. 60.

após sucessivos anos de vendas constantes teve uma queda no consumo em razão do deslocamento da atenção dos britânicos para o conflito.²⁵⁹

Nesse cenário de ampliação do mercado editorial missionário, destaca-se a produção de Anne Mary Elisabeth Anderson-Morshead. A escritora foi uma missionária anglicana em Cape Town, sob o episcopado de Robert Gray, em 1868. Sua relação com a UMCA veio anos mais tarde com a participação como autora em alguns dos livros sobre a instituição, em especial a *History of Universities Mission to Central Africa*. A obra contou com seis edições entre 1896 e 1955, com uma tiragem total de 19.500 exemplares.

A comparação entre a primeira e a quinta edição do texto de Anderson-Morshead possibilita uma discussão relevante sobre as publicações missionárias do final do XIX e início do XX. Apesar das primeiras edições sempre contarem com alguns acréscimos de eventos, foi em 1909 que se observou a maior mudança em relação a primeira edição de 1896. Foi possível observar algumas pequenas supressões no texto, que à primeira vista não comprometem a narrativa e os seus discursos. Para elaboração de hipóteses mais conclusivas seria necessário um exame mais atento, mas não parece muito produtivo. Entretanto, o que mais chama a atenção na comparação são as mudanças editoriais e nos prefácios.

A primeira alteração significativa reside no próprio projeto gráfico do livro. Na primeira edição, ele era ricamente ilustrado e as gravuras distribuídas pelo texto. Nas margens do livro eram indicados pequenos tópicos que resumiam e datavam os acontecimentos descritos nas páginas e parágrafos, criando subdivisões no texto e tinham a funcionalidade de facilitar a leitura e sua continuação, em especial nos círculos de leituras que

²⁵⁹ BLOOD. op. cit., p. 83-5, 150.

se tornaram populares para a divulgação dos feitos da missão, como de deduz do próprio prefácio de Anderson-Morshhead. Na edição de 1909, o destaque das imagens recai sobre as fotografias, que exigiam um papel especial para a publicação e, portanto, ficavam em folhas à parte. Além disso o perde as anotações das margens e o texto se torna mais corrido, o que pode apontar para uma mudança do público leitor. Para uma discussão sobre essa hipótese, é necessário olhar para a alteração dos prefácios entre as duas edições.

Na edição de 1896, a autora apresenta quatro propósitos com a publicação do livro: (1) fornecer material sobre a história da missão aos estudantes africanos que se dedicariam a formação clerical; (2) disponibilizar ao público inglês um registro do trabalho missionário que poderia ser lido nos grupos de trabalho (*working party*) e nas associações (*guild*); (3) permitir aos interessados em estudar a História da Igreja da Inglaterra no que diz respeito a atuação do campo missionário; (4) e por fim, informar sobre a escravidão e a vida na África, como forma de atender aqueles que não se interessavam propriamente pelas missões religiosas, mas por assuntos mais gerais.²⁶⁰

Deste modo ao narrar a história da instituição procurava-se fornecer uma bibliografia para a formação de um clero africano tendo sido esta uma das principais ações da instituição desde o seu estabelecimento em Zanzibar em 1864. Pode-se presumir também a tentativa de incluir a missão em um discurso mais amplo, como na narrativa da Igreja da Inglaterra. Isso fica mais claro ainda no prefácio à obra de Charlotte Younge, escritora e amiga de Anderson-Morshhead, que apresenta a UMCA inserida em uma história do cristianismo e das missões.

²⁶⁰ ANDERSON-MORSHHEAD, A. E. M. *The History of the Universities' Mission to Central Africa 1859-1896*. Londres: Office of Universities' Mission to Central Africa, 1896. p. 15.

Além disso, o livro foi pensado de forma a facilitar as leituras coletivas, com isso os capítulos foram organizados de modo a fornecer leituras curtas, contribuindo para a divulgação do material. O intuito era com isso envolver homens e mulheres nas narrativas de assistencialismo e sacrifícios dos missionários como forma de garantir o apoio à manutenção das suas atividades.

A obra de Anderson-Morshead procurava tratar, além da atividade missionária assuntos gerais da África, dentre os quais destacou-se a escravidão. O tema da escravidão foi central para os debates sobre a atividade da UMCA desde de sua concepção, marcada por uma atuação junto a homens, mulheres e crianças resgatadas do tráfico de escravizados da costa índica. A assistência a essa população continuou até por volta do início da década de 1893, quando a política de acolhimento de libertados foi desarticulado. Acrescenta-se ainda que em 1897, o sultão de Zanzibar assinou um decreto que aboliu da escravidão em seus territórios, com pressão da diplomacia britânica na ilha que, desde o início do século XIX, promovia acordos antitráfico na costa leste da África. A missão teve particular influência nisso, ao sustentar as práticas da diplomacia e da marinha inglesa contra os traficantes de escravizados na região, tendo em especial como alguns porta-vozes, como o próprio Livingstone e dos bispos W. G. Tozer e E. Steere.²⁶¹ Na edição de 1909, as questões apresentadas ainda estavam presentes no texto, entretanto a mudança a exclusão do prefácio de Charlotte Younge e o novo prefácio de Anderson-Morshead caracterizam um novo olhar para a sua obra. Se antes o discurso estava muito ligado à formação de leitores, nesse momento o texto do prefácio indica uma valorização do

²⁶¹ Sobre a escravidão no Oceano Índico e sua relação com a UMCA Cf. FOLADOR, op. cit., p. 70-5.

missionário como herói. Não que tal concepção não aparecesse antes, mas acentua-se a partir da nova edição. A narrativa da história missionária passou a ser apresentada menos como parte da história da Igreja e mais alinhada com as narrativas dos exploradores.

Lembre-se dos nossos homens famosos, lembre-se das proações, das dificuldades e das falhas no caminho, apenas para saber como foram superados e eliminados - apenas para dar esperança e coragem para o futuro e depois "esquecer as coisas que estão por trás", o cansaço, as quedas, as reviravoltas e mesmo o esplendor do passado, "para deixar a marca". Se essa história ajudar a atrair alguém para se oferecer ao trabalho na África ou em outros lugares, terá atingido seu objetivo.²⁶²

O texto passa a endossar a imagem do martírio dos bispos e a valorização do passado. Anderson-Morshead segue o texto com velha metáfora do amanhecer, uma África que sai da escuridão e cujo protagonismo é atribuído aos missionários, citando nomeadamente Livingstone, Gray e Mackenzie. Observa-se ainda que entre a primeira e a quinta edição de sua história da UMCA, Anderson-Morshead também havia publicado a biografia do bipo Robert Gray de Cape Town, uma reinterpretação da obra escrita e organizada pelo filho do bispo.²⁶³

A obra passa então a dialogar com a produção das memórias dos bispos da missão daquelas do final do XIX, caracterizadas pelo discurso heroico dos mártires que se sacrificaram em nome do cristianismo, buscam

²⁶² ANDERSON-MORSHEAD, A. E. M. *The History of the Universities' Mission to Central Africa 1859-1909*. Londres: Office of Universities' Mission to Central Africa, 1909, p. viii.

²⁶³ Idem. *A pioneer and founder: reminiscences of some who knew Robert Gray, D. D., first Bishop of Cape Town and Metropolitan of South Africa*. London: Skeffington, 1905.

valorizar seus feitos, como pode ser bem observado na publicação sobre as memórias do bispo Steere:

Destacou-se entre os bispos missionários de sua época em dons, investiduras e realizações especiais; em sabedoria filosófica e reflexão meditativa, em ciência ética e metafísica, em sólida teologia cristã, em maravilhosa capacidade linguística, unidas à prudência prática, simplicidade caseira, coragem indomável e simpatia universal; auto-devoção inabalável, esperança e alegria inesgotáveis e santidade primitiva da vida.²⁶⁴

No momento da publicação do novo prefácio, a Anderson-Morshead estava alinhada ao cenário editorial missionário. Consolida-se um discurso o da valorização do indivíduo missionário, em especial os bispos e outros homens brancos com altos cargos ou que tiveram uma morte trágica enquadrando-se na figura de mártir, cujas as vidas foram intensamente reproduzidas em publicações com seus escritos, memórias e correspondências entre os britânicos.

Nem homens, nem brancos

No final do século XIX houve um significativo aumento do recrutamento de mulheres que se tornaram a maioria dos missionários na África, Ásia e Oceania. Muito além de um retrato característico das mulheres nas missões protestantes como esposas dos missionários, elas desempenhavam papéis significativos em como supervisionar as instituições, atuar nas campanhas humanitárias na Europa e no exterior, ao ponto que o

²⁶⁴ HEANLEY, R. M. *A Memoir of Edward Steere, Third Missionary Bishop in Central Africa*. 4. ed. Westminster: Universities' Mission to Central Africa, 1909. p. 7.

movimento missionário britânico na década de 1880 era um movimento de mulheres²⁶⁵.

Na UMCA, diferentemente de outras missões britânica, não eram comuns os casais de europeus entre seus membros o que caracterizou uma presença predominantemente masculina até 1890, por exemplo, em 1889, dos 70 europeus apenas 19 eram mulheres. Já em 1900 observa-se uma expansão da presença de missionárias mulheres, eram pouco mais de 40% do corpo total de membros europeus.²⁶⁶

Deste modo, no momento em que Anderson-Morshead escrevia a sua história missionária, a UMCA era consideravelmente composta por mulheres. Elas estavam delegados principalmente os papéis de enfermeiras e professoras (das crianças menores e meninas). Através dos periódicos e relatórios toma-se conhecimento também da participação feminina na coleta e arrecadação de fundo, bem como agentes de divulgação e promoção da UMCA em paróquias e escolas. Por exemplo, em 1889, dos oito fundos ingleses responsáveis por coletar recursos para o financiamento das diferentes atividades missionária apenas dois eram administrados por homens.²⁶⁷

Deste modo, as mulheres não estão ausentes do processo de escrita, pelo contrário, a história da UMCA é majoritariamente escrita e produzida por elas. Para além da obra de Anne Anderson-Morshead, discutida anteriormente, as memórias dos seis primeiros bispos da UMCA foram em sua maioria organizadas por mulheres. Entre as autoras mais atuantes estavam Gertrude Ward, enfermeira da missão, que organizou duas importantes biografias, do bispo William Tozer (1829-1873) e do bispo Allan

²⁶⁵ COX, Jeffrey. *The British Missionary Enterprise since 1700*. Nova York: Routledge, 2008. p. 157.

²⁶⁶ *Central Africa*, 1889, p. iii; 1901, p. ii.

²⁶⁷ *Central Africa*, 1889, p. iii; 1901, p. ii.

Smythies (1844-1894) e a missionária Ellen G. Maples responsável por duas publicações compostas pela biografia e reunião de escritos publicados de seu irmão, o bispo C. Maples (1852-1895). Além disso, a missão contava com a importante participação das missionárias nos editoriais dos periódicos para dar conta de um registro amplo das atividades missionárias era evidente a participação feminina, que em determinados lugares eram a única presença branca.²⁶⁸

O recorte racial também é fundamental, pois as narrativas heroicas dos missionários são essencialmente de autoria de homens brancos. A expansão missionária do século XIX apoiou-se profundamente no recrutamento dos africanos, na expectativa de constituir um clero nativo, que fosse ao mesmo tempo autossustentável e autônomo na formação clerical²⁶⁹. Essa preocupação foi central na história da UMCA, que se ergueu em Zanzibar ao redor do Kiungani College, responsável pela formação de missionários para atuarem no interior do continente africano. Enquanto em 1889 os africanos eram apenas 30% dos missionários, em 1900 já eram mais de 60%.²⁷⁰

Enquanto isso na educação das meninas priorizava os casamentos. Por volta dos 16 anos, era aceitável pelos missionários que as mulheres

²⁶⁸ WARD, Gertrude. *The Life of Charles Alan Smythies: Bishop of the Universities' Mission to Central Africa*. Londres: Universities' Mission to Central Africa, 1898. Idem. *Letters of Bishop Tozer and his sister together with some other records of the Universities' Mission from 1863-1873*. Londres: Universities' Mission to Central Africa, 1902.

MAPLES, Ellen Gilbert. *Chauncy Maples, Pioneer Missionary in East Central Africa for Nineteen Years and Bishop of Likoma, Lake Nyasa A.D. 1895*. Londres: Longmans, Green and Co., 1897.

Idem. (ed.) *Journal and Papers of Chauncy Maples, Late Bishop of Likoma, Lake Nyasa, Africa*. 2. ed. Londres: Longmans, Green and Co., 1899.

²⁶⁹ COX, op. cit., p. 198.

²⁷⁰ *Central Africa*, 1901, p. ii.

casassem e de preferência com um cristão. Na ausência de um cônjuge – cristão ou não –, as mulheres poderiam permanecer nas estações missionárias na execução de trabalhos domésticos e serviços agrícolas. Com a expansão das estações missionárias também se mostrou necessário enviar mulheres para as estações no interior, acompanhando seus cônjuges, destacando-se sua atuação como professoras e nos serviços de atendimentos ao público feminino.²⁷¹

Assim, as mulheres negras sofreram uma dupla exclusão da história missionária, como sugere o historiador Jeffrey Cox, muitas vezes ofuscadas sob o simples papel de “esposa do catequista”. Apesar do número considerável de uma produção escrita por mulheres e de sua participação nas atividades, as narrativas da UMCA, do mesmo modo que em outras missões como alerta J. Cox, valorizam o heroísmo clerical masculino brancos e tendem a obscurecer a participação de mulheres e de não-ocidentais nas missões. Entretanto, ainda que em muito menor escala algumas histórias foram registradas.²⁷²

Para compreender essa exclusão é importante observar como mulheres e homens africanos foram narrados nas publicações missionárias.

²⁷¹ FOLADOR, op. cit. 94-5.

²⁷² COX, op. cit., p. 17. Para esse trabalho de reconstituir trajetórias e experiências das mulheres na missão, podemos tomar com perspectiva alguns estudos sobre as mulheres no Brasil como Maria Odila L. Silva Dias, buscando diretrizes para reconstruir os processos de sobrevivência cotidiana das mulheres e integrá-las na história de suas épocas. E, ainda que se trate de um contexto social bem diferente das missões, os estudos de Maria Cristina Cortez Wissenbach sobre Teodora Dias da Cunha, revelam possibilidades de leituras e uso da documentação produzida por uma mulher negra. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 373-382, jan. 1994.

WISSENBACH, Maria C. C. Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão. In: XAVIER, G. et al. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

Esses “outros” sujeitos não estão ausentes do processo missionário, mas nas narrativas distanciam-se da imagem predominante do desbravador e do mártir. Nos periódicos é que podemos encontrá-los com maior presença, sobretudo por retratarem o cotidiano da missão. Assim, não são nas memórias dos bispos, mas sim nos periódicos que esses “outros” sujeitos ficam mais evidentes.

Inicialmente é necessário olhar de forma atenta como essas narrativas foram são constituídas, pois do mesmo modo que existia um público leitor para as biografias, existia um para os periódicos. Muitas das publicações, em especial os periódicos, tinham o objetivo de divulgar o trabalho missionário de modo a servir como incentivo à adesão de novos membros e coletar doações. Entretanto, eles eram produzidos em uma escala ampla e permitiam uma rápida circulação que atendia a um público bem diversificado. Além disso, possuíam uma função sintetizadora dos objetivos e das ações missionárias, função esta fundamental para garantir os interesses dos patrocinadores e outros apoiadores da missão, o que não era possível com as memórias e biografias.

Diversos estudiosos têm demonstrado como os conteúdos destas publicações procuravam atender as expectativas do seu público doméstico.²⁷³ Os periódicos buscavam retratar como que o trabalho missionário era efetivo nas tarefas de introduzir os africanos a uma moral cristã-europeia. Com isso cooptavam o público leitor de forma a garantir o seu apoio e patrocínio, ao passo que os missionários eram responsáveis pela reprodução de imagens sobre esses outros espaços, para legitimar os seus empreendimentos e manter o interesse dos leitores.

²⁷³ JENZ, Felicity; ACKE, Hanna. Introduction. *In: MISSION and Media: The Politics of Missionary Periodicals in the Long Nineteenth Century*. Stuttgart: Franz Steiner, 2013. p. 10-14.

Entende-se que o principal periódico da UMCA, *Central Africa* (1883-1964), tinha um papel fundamental na arrecadação de recursos para a manutenção da instituição. Por meio dele, os missionários e missionárias divulgavam o andamento do seu trabalho, esclareciam para onde estavam sendo destinado as doações e detalhavam quais projetos necessitavam de mais recursos. Eram nessas condições que as narrativas dos missionários africanos e missionárias africanas eram abordadas.

Diferentemente dos relatos dos bispos e os de alguns missionários europeus vistos como desbravadores, os registros sobre esses homens e mulheres africanos reserva-se a uma narrativa de indivíduos cristianizados e moralizados. A história de Kate Kadamweli é uma dessas. Ela foi uma das primeiras meninas a receber instrução pelos missionários, na segunda metade da década de 1860. Em 1870 casou-se com Francis Mabruki, jovem que recebeu formação religiosa e passou a atuar como missionário. Kate Kadamweli esteve envolvida no trabalho em enfermarias e sempre foi procurada para lidar com questões relacionadas às mulheres, tornando-se um importante referencial para a população resgatada da missão, por vezes avessa às relações com os europeus. Na ocasião da sua morte, uma missionária europeia registrou que ela era a “mulher mais querida que já existiu. Uma mulher a que todos iam quando estavam em apuros; eu não posso imaginar o que eles farão sem ela. Ela sabia todas as histórias cristãs e sempre as contava tão gentilmente quando podia”.²⁷⁴

Outro exemplo é o retrato de Lucy Majaliwa feito em um depoimento da missionária inglesa Caroline Thackeray destacando que “as habilidades naturais e a bondade de Lucy triunfaram em grande medida sobre essas desvantagens iniciais e, apesar de mãe de oito filhos, ela fez muito nos

²⁷⁴ *Central Africa*, 1908, p.164, tradução minha.

lugares onde viviam”.²⁷⁵ Em 1886, com a sua transferência e de seu marido para a estação de Chitangali, próximo ao Rovuma, Lucy desempenhou a função de professora entre as meninas, tendo sido registrado que registrou-se que “ela teve o maior interesse pelas garotas que estavam se preparando para o batismo ou para o catecumenato”. Além disso, ocupava-se de funções domésticas, do funcionamento da escola e era responsável pela alimentação.

Ela costumava me escrever cartas admiravelmente expressivas sobre o trabalho acima: quando me hospedei aqui recentemente, ela me pediu para obter da Inglaterra, em sua conta, algumas cruces para dar a alguns de seus batizados estudiosos e, em todos os sentidos, ela apresenta uma visão profundamente religiosa de um trabalho de professor.²⁷⁶

Sobre uma outra missionária, Emma Nasibu, professora em Mbweni por volta da década de 1890, descreve Thackeray:

[...] ela sabe o suficiente para ser colocada em uma situação de emergência para dar as lições para a formação de professores. Ela anteriormente ensinou na escola das meninas em Mkuzi, e eu acho que vai voltar para o continente, onde o marido, eu ouço, provavelmente será empregado na supervisão de uma plantação de café. Eu cheguei à conclusão que ele é mais adequado a esse tipo de trabalho do que para o ensino. Eu estava conversando sobre isso com a Emma hoje, e pedi para ela se lembrar que é uma de nossas professoras, e que, se ela estivesse em um lugar afastado da missão, ela deveria esforçar-se para fazer o que pudesse ao ensinar quaisquer mulheres ou criança que ela possa atrair lá.²⁷⁷

²⁷⁵ *Central Africa*, 1896, p. 204, tradução minha.

²⁷⁶ *Ibidem*, loc. cit, tradução minha.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 206, tradução minha.

As descrições sobre as missionárias africanas procuravam valorizar suas experiências de trabalho, o zelo pela comunidade e os valores morais cristãos empregados nesse processo. Esses depoimentos procuravam demonstrar para o público europeu como as atividades dos missionários estavam se desenvolvendo e, por sua vez, justificando o apoio à instituição. Os interesses de como eram conduzidas as ações podem ser observados, por exemplo, na medida em que o público leitor solicitava aos missionários informações de como eram desempenhados os trabalhos ou quais eram as condições nas estações. Como registrou a própria Thackeray: “também me disseram que as pessoas em casa gostariam de saber sobre o tipo de treinamento que essas garotas recebem”.²⁷⁸ Em suma, os artigos nos oferecem um retrato específico sobre essas mulheres africanas e sua relação com a missão diretamente relacionada com os interesses dos leitores e doadores.

No caso dos homens africanos não era muito diferente. Tomamos como exemplo a história do primeiro negro ordenado presbítero pela UMCA, Cecil Majaliwa (marido de Lucy Majaliwa, mencionada anteriormente), um wayao que assim como muitos outros meninos foi resgatado do tráfico de escravizados no Índico, em 1871. Estudou em Kiungani, onde recebeu suas primeiras instruções religiosas. Sua trajetória religiosa começou como leitor em Mbweni e foi ordenado presbítero em 1886. Foi ainda um dos poucos casos de africanos enviados pela missão para estudar na Inglaterra, no *St. Augustine's College*, em Canterbury. Sobre essa experiência os missionários registraram que ele

[...] recebeu apreciações valorosas enquanto estudante de *St. Augustine's*, Canterbury, e como diácono justificou plenamente as grandes expectativas que

²⁷⁸ *Central Africa*, 1896, p. 207, tradução minha.

foram criadas sobre ele pelos seus juízes competentes.
Que ele seja poupado por muito tempo para continuar
seus trabalhos entre o seu próprio povo.²⁷⁹

Notadamente, as referências sobre os homens negros nas publicações estavam em geral associadas às suas trajetórias dentro da missão e a configuração do chamado clero nativo. Era importante reconhecê-los como “nosso professor nativo mais eficiente”²⁸⁰ para justificar os resultados da missão entre as populações locais.

Eram caracterizados não apenas como exemplo do trabalho pastoral, mas também da vida social cristã no que compete à família e à vida doméstica. O tema da poligamia era uma constância entre as críticas feitas pelos missionários à população local. Deste modo ao exibirem um retrato do casal Cecil e Lucy Majaliwa com seus filhos em uma edição de *Central Africa*, transmite-se a mensagem dos resultados obtidos com a pregação cristã, bem como a viabilidade de se manter o projeto missionário.²⁸¹

Observa-se que, apesar da imposição de uma conduta religiosa e valores morais pela religião cristã aos africanos, não se pode deixar de notar a particularidade dos interesses individuais por parte de uma atuação pelos próprios africanos. Nos registros dos depoimentos de missionários europeus, que eram publicados na Inglaterra, não é incomum a projeção do interesse dos africanos pelas palavras bíblicas e pela sua difusão. Era necessário apresentar, para aqueles que eram os contribuintes e forneciam os subsídios para a manutenção das atividades, os resultados esperados, isto é, a

²⁷⁹ *Central Africa*, 1896, 1880, p. 167.

²⁸⁰ Idem, 1886, p. 145, tradução minha.

²⁸¹ A referida foto foi publicada no volume de 1889, p. 160. Para uma discussão sobre essa fotografia e seu do contexto ver FOLADOR, op. cit., p. 87-9.

propagação do cristianismo e, consequentemente, dos hábitos ditos ocidentais.

A trajetória de missionários negros como Cecil e Lucy Majaliwa, bem como de Kate Kadamweli caracterizavam um discurso comum de sujeitos que foram resgatados pelos missionários da escravidão, passaram pela experiência missionária e sofreram transformações trazidas pelo cristianismo. As narrativas desses sujeitos não estavam presentes no mesmo sentido que as dos bispos, por vezes em um tom hagiográfico, antes reproduziam um discurso do impacto da vida cristã. Antes de um retrato biográfico desses missionários e missionárias negros, era a trajetória da missão que se consumia, de como a instituição exerceu ações contra a escravidão e como decorreu o processo de evangelização desses sujeitos.

Algumas considerações

O presente trabalho procurou abordar as condições e circunstâncias em que as publicações missionárias foram escritas e circularam. A partir da discussão da produção de narrativas produzidas sobre a UMCA entre 1850 e 1914, reconhece-se a existência de uma contradição entre uma narrativa heroica missionária e branca e uma missão narrada por mulheres e executada por africanos e africanas.

O estudo das diferentes publicações escritas pelos missionários produzidas indica características das dinâmicas de como entendiam a si próprios e quais traços de seus trabalhos queriam projetar. Essas publicações não podiam estar isoladas de seus leitores, pois dependiam das ações “em casa” para a possibilidade de dar continuidade ao trabalho da missão.

Nesse sentido procurou-se evidenciar como as narrativas atenderam aos interesses de determinado público leitor, se aproximando neste sentido das histórias de aventura e, ao mesmo tempo, construindo narrativas que valorizavam os missionários (homens e brancos) com nuances de heróis e mártires. Mesmo a escrita feita por mulheres está alinhada à valorização desses sujeitos e de seus atributos, como fica claro na obra de Anderson-Morhead, que em seu estudo migra de olhar mais institucional para um olhar mais individualizado. Isso não implica que outros membros, como os missionários africanos estivessem ausentes dessa história reconstituída, mas a forma pela qual foram apresentados eram bastante diferentes.

As discussões apresentadas, mais do que conclusivas, evidenciam a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as publicações missionárias, indicando o que poderia contribuir para discussões sobre a circulação e o impacto dessa literatura nas atividades das missões. Observa-se com isso a importância de se estudar a produção das narrativas missionárias, contribuições do campo dos estudos literários têm oferecido aos historiadores outras ferramentas para debater a produção desses textos e seus usos como elemento fundamental da organização da atividade missionária, como observa-se em alguns trabalhos citados. É nesse sentido que se pode melhor compreender os filtros impostos por esses textos e com isso discutir os diferentes sujeitos históricos excluídos em relações de poder.



Unidade 3

Manuscritos, Romances e suas Representações



A RELAÇÃO ENTRE O PIONEIRO E A TERRA: PAISAGEM E HISTÓRIA EM *TERRA VERMELHA*, DE DOMINGOS PELLEGRINI

Vinicius Schiochetti

Regina Célia dos Santos Alves

Introdução

Ao se falar do romance *Terra vermelha*, de Domingos Pellegrini, é quase impossível ignorar as afirmações, vinda de leitores comuns e também da crítica especializada, de que a obra conta a história de Londrina ou que a história narrada ocorre na cidade de Londrina. Mesmo que inegáveis, tais comentários, tomados isoladamente, simplificam um processo muito mais complexo presente na narrativa construída pelo autor paranaense. Ainda que o romance faça alusão à história da cidade e coloque o município como um dos referentes geográficos do espaço presente no texto, enquanto objeto literário, é produto da imaginação criativa, sendo, portanto, necessário atentar para o processo de construção ficcional a que está sujeita a localidade referenciada e sua história.

Terra vermelha, publicado em 1998, narra a história do casal José e Tiana, que se conhece nas cidades de Rafardi e Capivari, no interior de São Paulo. José, no início de sua vida de casado, tenta inúmeras carreiras profissionais, mas fracassa em todas. Quem sustenta a jovem família é Tiana, com seus rendimentos como doceira. Atraído pela boa fama da terra-vermelha, “a terra que tudo dava”, José revolve levar sua esposa e filhos para

a região e lá acaba conquistando a tão sonhada estabilidade financeira e, até mesmo, reconhecimento social entre as famílias de pioneiros.

É no bojo da história de José e Tiana que o romance lança um olhar também para a história de formação de Londrina, que passa a ser vista, sobretudo, pelo prisma de José. A partir desse olhar periférico, de um pioneiro simples como tantos outros que se entregam à conquista da “terra vermelha”, que Londrina vai sendo desenhada por paisagens que dela são construídas, nas quais é possível encontrar uma leitura singular do espaço e da história do lugar.

Da terra-vermelha a Londrina, “a pequena Londres”

Conceituar a paisagem é uma tarefa complexa e não passível de resposta única, visto que o termo transita por diversas áreas do conhecimento, cada uma com objetos e especificidades próprios. Para pensá-la no âmbito da literatura é preciso, de início, ter clareza que estamos diante de um objeto de representação, o que faculta à paisagem um sentido bastante particular. Para Jean-Marc Besse, na esfera artística, definir a paisagem consiste em vê-la “como um ponto de vista, um modo de pensar e de perceber “(...) Não existe em si, mas na relação com um sujeito individual ou coletivo que a faz existir como dimensão da aproximação cultural do mundo”²⁸². Próximo também é o pensamento de Michell Collot, para quem a paisagem não se constitui de um mero espaço físico, mas de uma percepção que o indivíduo tem do espaço: “a

²⁸² BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo*. Exercícios de paisagem. Tradução Annie Cambe. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. p.12-13.

paisagem define-se inicialmente como espaço percebido: ela constitui, ‘o aspecto visível, perceptível do espaço’”²⁸³.

Como construção de um sujeito, a paisagem manifesta e é apresentada por um ideário humano, sendo que ela se torna um tipo de concretização feita com base em “construções sociais e expressões culturais”²⁸⁴. A paisagem pode ser, dessa maneira, considerada também um tipo de conhecimento, não cartesiano, posto que enseja uma visão holística, apresentando-se como uma elaboração fenomênica do homem sobre o mundo²⁸⁵. Ao se considerar a paisagem uma construção humana, que contempla tanto o plano individual quanto o coletivo, o cultural, e o social, e outros sobre uma espacialidade, real ou não, admite-se que na paisagem atuam conhecimentos humanos adquiridos em sociedade e na relação do ser com o próprio espaço.

Partindo dessa perspectiva, a paisagem pode ser tomada também como uma forma de se pensar a história, pois as modificações feitas pelo homem no espaço revelam a maneira como ele interage subjetivamente com o lugar, bem como com questões sociais, políticas, econômicas, culturais, etc, resultantes dessa interação.

Essa dimensão da paisagem faz-se notar já no título do romance de Pellegrini, que remete tanto à materialidade de um espaço físico, um chão de cor avermelhada, bastante característico do tipo de solo norte-paranaense, onde geograficamente se localiza a cidade de Londrina, claramente nomeada

²⁸³ COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção de paisagens. In: NEGREIROS, Carmem; LEMOS, Masé; ALVES, Ida Maria. (org.). *Literatura e paisagem em diálogo*. Rio de Janeiro: Edições Makunaíma, 2012. p.11.

²⁸⁴ COLLOT, Michel. *Poética e filosofia da paisagem*. Tradução Ida Maria Alves. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013. p.17.

²⁸⁵ BERQUE, Augustin. *El pensamiento paisajero*. Tradução Maysi Veuthey. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

no romance, quanto amplia-se para um horizonte simbólico para além dos elementos de referencialidade geográfica. Nessa expansão de sentido, ainda quanto à primeira paisagem posta no título, encerra-se, no vermelho da terra, uma alusão ao posicionamento político do autor, simpatizante de ideais comunistas, expressas não apenas em *Terra vermelha*, mas em outras produções do autor, nas quais se manifesta a valorização do homem simples e trabalhador, dedicado ao campo e à terra.

Ainda que, como afirma Sanches Neto²⁸⁶, o tom militante da fase inicial da ficção de Domingos Pellegrini tenha sido suavizado pelo autor quando da reedição de seus primeiros contos, muito mais marcados pelo viés político e ideológico, é possível notar, mesmo em *Terra vermelha*, em que tal aspecto já se mostra menos incisivo, a presença da militância política na personagem Mané Felinto, pedreiro comunista que vivia em pé de guerra com seu companheiro Zé do Cano, opositor do movimento. Comentando a contística de Pellegrini, Sanches Neto afirma que

O contato com a terra é o diferencial destes seres que recusam posturas tidas como civilizadas por viverem experiências primitivas numa região que passa por uma nova gênese, o desbravamento do interior do Paraná. Se o militante político que Pellegrini era naquele instante – escrevia em mesas de bares e participava do movimento de resistência à ditadura – mantinha uma coerência ética e estética, retratando periféricos de um mundo rural, o ser noturno que há em todo grande ficcionista capta o drama mais profundo desta região, que passava por uma transformação social.²⁸⁷

²⁸⁶ SANCHES NETO, Miguel. No tempo de uma vida. In: PELLEGRINI, Domingos. *Melhores contos*. Seleção e prefácio de Miguel Sanches Neto. São Paulo: Global, 2005.

²⁸⁷ Ibidem, p.8.

Os seres que protagonizam as narrativas de Pellegrini são os trabalhadores rurais, os peões e os pequenos produtores que lidavam diretamente com a terra e não os grandes latifundiários, sendo essa preferência um sintoma de seu posicionamento político²⁸⁸. Isso é perceptível em *Terra vermelha*, sobremaneira, na figura do protagonista. José Pellerini era um jovem do interior de São Paulo, recém-casado e frustrado profissionalmente, que decide ir para a terra-vermelha²⁸⁹, com sua família, em busca da tão sonhada estabilidade financeira. É, de igual maneira, mais uma das personagens “rurais e periféricas”, semelhante as que Sanches Neto²⁹⁰ identifica nos contos iniciais do autor. Era um homem pobre que iria para a região trabalhar e buscar meios de sobrevivência.

Além da focalização e da valorização dos feitos dos trabalhadores rurais, *Terra vermelha* carrega um elemento simbólico na cor vermelha tanto na referência à terra, em que situa a história narrada, quanto no fato de remeter a certa postura ideológica de viés comunista. Desse modo, a terra-vermelha pode ser pensada enquanto espaço que se oferece ao trabalhador, ao homem da classe operária, como uma alternativa de crescimento e de “transformação social”, como afirma Sanches Neto²⁹¹, ou seja, a terra colocasse como o espaço onde o homem trabalhador pode deixar de ser periférico e tornar-se central. Pensando tanto no enredo e no protagonista da obra, como na história concreta que o romance retoma, o solo avermelhado dá ao homem norte-paranaense a possibilidade de ascender econômica e socialmente.

²⁸⁸ SANCHES NETO, Miguel. Op. Cit.

²⁸⁹ Ao longo do trabalho será utilizado o termo “terra-vermelha”, grafado com o uso do hífen, para falar da terra que forma a paisagem do romance, pois é a maneira como é grafada dentro no texto de Pellegrini (2013).

²⁹⁰ Ibidem.

²⁹¹ Ibidem.

No romance, portanto, a paisagem do chão avermelhado do Norte do Paraná desde o título anunciado e reiteradamente retomada no decorrer da história estará em contato e interação direta com o homem pioneiro, sendo a terra “Elemento altamente simbólico em toda a sua produção, a terra é um conceito catalisador da poética de Domingos Pellegrini, uma espécie de monoestrutura mental que dá forma a todos os seus textos.”²⁹²

Pensar a figuração da terra e de toda a paisagem presente na narrativa significa refletir sobre a relação de interação que o homem estabelece com o espaço e a função do sujeito sobre o ambiente e deste sobre as figuras humanas, como é visível no momento de chegada da jardineira com os pioneiros:

O ônibus levantava um rolo de poeira e, quando parava para pegar alguém, o poeirão vermelho entrava pelas janelas e por todas as frinchas. As janelas eram abertas, com cortinas de plástico enrolado no alto; quando eram desenroladas, soltavam ainda mais poeira. Lá fora, o mato da beirada da estrada estava vermelho, as folhas cobertas de pó. Todos tossiam, alguns com lenços no nariz, mas George falava sem parar da colonização: Londrina, por exemplo, ainda ia ter trinta mil habitantes, dez mil na cidade e vinte mil no campo. E não ia ter ruas tortas e apertadas e casas com porta na calçada, como tantas cidades nascidas de pousos de tropeiros; não, ia ter ruas retas e oito avenidas saindo de um anel central formado por praças arredondadas, de modo que vista do alto lembraria a bandeira inglesa. Nos sábados e domingos os colonos viriam dos sítios, para passear e fazer compras no anel de comércio e praças em redor da igreja: [...]²⁹³

Na paisagem em questão, vista na segunda vez que José viaja até os domínios da terra-vermelha, a poeira parece sufocar os colonos, cobrindo

²⁹²SANCHES NETO, Miguel. Op. Cit., p. 7.

²⁹³ PELLEGRINI, Domingos. *Terra vermelha*. São Paulo: Leya, 2013. p.119.

tudo e todos com uma névoa vermelha. O incômodo causado nos novos habitantes é inegável e fica claro na atitude dos colonos de encobrirem o nariz e de soltarem as cortinas na tentativa de evitar a entrada da nuvem de pó na jardineira, o que acaba sendo em vão, já que o pó, que também estava nas cortinas, cai sobre os passageiros do transporte.

A imagem da poeira vermelha, disseminada por todos os lugares, mostra o poderio da terra sobre tudo a sua volta. Conseguia, associada a outros elementos da natureza, invadir e dominar o entorno e seu sentido, ainda nesse momento inicial, carrega certa carga negativa, posto que se oferece como dificuldade e desafio a serem vencidos pelos recém-chegados colonos.

Se a experiência primeira com a terra parece ser desagradável, a projeção de transformação da paisagem inóspita em um ambiente confortável está expressa nos comentários feitos por George, agente da Companhia de Terras Norte do Paraná, cuja fala exaltava e prometia sucesso e progresso para aqueles que ali ficassem.

O solo avermelhado é oferecido por George como um paraíso perdido, como uma terra prometida, mas a promessa reside justamente na possibilidade de modificação da terra. Seu aspecto positivo não era a experiência instantânea que oferecia ao homem, mas sim toda a força natural e a fertilidade, portanto, toda a capacidade de produzir e gerar lucros e, com isso, permitir que o homem a transformasse de natureza selvagem em uma cidade desenvolvida, urbanizada, produtiva e agradável.

A cidade prometida por George aos colonos constrói-se como lugar ideal, que não nasceria do acaso, “não ia ter ruas tortas e apertadas e casas com porta na calçada, como tantas cidades nascidas de pousos de tropeiros”, mas do planejamento simétrico e harmônico: “ia ter ruas retas e oito avenidas

saindo de um anel central formado por praças arredondadas, de modo que vista do alto lembraria a bandeira inglesa”.²⁹⁴ Não nasceria do “nada”, de um pouso de tropeiros, mas de um projeto urbano civilizado.

A comparação das ruas, que partiriam de um centro arredondado e seguiriam retas, à bandeira da Inglaterra, formada por linhas vermelhas que se cruzam ao centro e partem retas até as bordas, mais do que ilustrar a imagem que George projetava da Londrina do futuro, faz alusão a um mundo europeu, capitalista, desenvolvido, urbano, a revelar a expectativa empreendedora e capitalista que tinha em relação à terra-vermelha. A imagem do centro urbano organizado e simétrico remete a uma construção urbana requintada, ao mesmo tempo que rechaça a ideia de pobreza e de suposta desorganização civilizatória.

O fato da promessa da construção da cidade planejada sobre a terra-vermelha ser o verdadeiro motivador e alimentador das esperanças dos colonos, mais uma vez, comprova que a busca e a real intenção da ida dos colonos para a região não eram a terra em estado natural, que se oferecia como lama ou como poeira, mas o poder econômico que ela poderia gerar. A cidade dos sonhos de George nada mais é que a idealização de um centro urbano que seria símbolo dessas conquistas.

Vale ressaltar que a personagem de George pode ser associada a uma ficcionalização da figura histórica de George Craig Smith, que teria sido um dos primeiros funcionários da Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTP) a desbravar as terras que hoje compreendem o município de Londrina.

[George] Veio com a chamada "primeira caravana" sob o comando imediato de William Reid, conforme

²⁹⁴ PELLEGRINI, Domingos. Op. Cit., p. 119.

ele próprio afirma. Neste período foi um funcionário da CTNP e, aqui, simplesmente cumpriu as suas obrigações como tal. Retirando-se da cidade, voltou 38 anos depois para nela desenvolver suas atividades religiosas. Este personagem é colocado como o exemplo maior dentre os "pioneiros", pois foi ele o mais "venerado" até os dias de hoje.²⁹⁵

A pessoa de George, representada no romance pela personagem de mesmo nome, sempre fora vista como pioneiro de destaque na ocupação de Londrina. Tomazi²⁹⁶, em sua tese de doutorado, ao lançar um olhar inovador para a história da ocupação da região, afirma existir um processo de “mitificação” da imagem do colonizador que, segundo o pesquisador, não fora mais do que um encarregado por comandar as primeiras expedições de pioneiros à cidade. A visão do estudioso sobre a figura histórica de George dialoga com a leitura da ação da personagem na narrativa de Pellegrini, que tenta modificar a percepção do pioneiro sobre a terra, a fim de persuadi-lo a ficar no local e, assim, garantir os interesses da companhia.

A semelhança dessa cena da narrativa com o descrito por textos históricos sobre a cidade de Londrina é clara:

Havia muito o que fazer. A cidade deveria ser construída no meio da mata de solo úmido, em região de chuvas constantes. O novo povoado tinha o essencial: terra fértil – atrativo que despertou interesses imobiliários da recém-criada Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), sediada em São Paulo que, entre 1925 e 1927, adquiriu 515 alqueires paulistas, o equivalente a um milhão, duzentos e trinta e seis mil hectares – a maior parte do norte do Paraná.

²⁹⁵ TOMAZI, Nelson Dacio. *“Norte do Paraná” história e fantasmagorias*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. p.314.

²⁹⁶ Ibidem.

Com recursos financeiros e um programa de colonização criteriosamente elaborado, a CTNP deu início, em 1929, à etapa mais difícil desta empreitada: lotear e povoar a imensa floresta tropical. [...]

A primeira caravana de desbravadores que chegou a região partiu de Ourinhos, interior de São Paulo, em 20 de agosto de 1929. O grupo era formado por pouco mais de dez homens, um número pequeno considerado o tamanho da empreitada.²⁹⁷

A primeira proximidade entre os dois textos, a narrativa de Pellegrini e o relato histórico de Hoffmann e Piveta, é o fato de ambos construírem paisagens que se assemelham. Da mesma forma que o romance, o artigo das estudiosas fala da terra-vermelha fértil, aberta em meio à mata fechada, da presença das chuvas, umidade da terra e da chegada das caravanas de pioneiros.

É notório que o interesse comercial da Companhia de Terras Norte do Paraná é perceptível tanto no texto de Pellegrini como no de Maria Luisa Hoffman e Patrícia Piveta. O que difere, no entanto, até mesmo pela subjetividade a que se permite o texto literário, é o registro da sensação que o homem pioneiro tem da terra-vermelha e como isso está relacionado aos interesses dele sobre a região. Assim como comenta Sanches Neto (2005), sobre o enfoque dado ao trabalhador pela produção de Domingos Pellegrini, no romance é descrita a experiência e as expectativas da CTNP, dos pioneiros de modo geral e de José sobre o solo avermelhado. José é prova de que Pellegrini esforçava-se por dar destaque à experiência do homem simples do Norte do Paraná. Se George, o homem da Companhia, incomodava-se com a

²⁹⁷ HOFFMANN, Maria Luisa; PIVETA, Patrícia. O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná. In: BONI, Paulo Cesar. (org.). *Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá*. Londrina: Planográfica, 2009. p. 20-21.

poeira e desejava transformar aquele chão, José, pelo contrário, harmoniza-se com a terra e deseja crescer junto a ela. Todos esses aspectos expressam-sena maneira como o homem recém-chegado à terra-vermelha relaciona-se com o espaço a sua volta, criando dele certas paisagens, sempre filtradas por determinado ponto de vista. Como dito anteriormente, *Terra vermelha* revisita a história de Londrina ficcionalmente, colocando como protagonista da história um homem pobre e simples, relendo a história a partir desse olhar periférico da personagem José.

Como visto, o interesse capitalista dos colonizadores do norte do Paraná é algo presente desde a concepção do projeto de ocupação do território. Esse modelo de exploração de terras foi baseado no ideário da “colonização sistemática” que pretendia não somente povoar a região como produzir um “mercado comprador para os produtos ingleses e assim contribuir para a acumulação de capital na *mother country*”²⁹⁸, ou seja, os ingleses, que foram para a região na primeira metade do século XX, tinham claramente intenções financeiras, assim como George, representante da Companhia, demonstra na narrativa de Pellegrini. A personagem fictícia manteve essa característica dos colonos ingleses que representa no texto fictício, trazendo para o romance a problematização da exploração capitalista da terra-vermelha por meio do paralelo criado entre a visão dele, George, e a de José.

A menção à bandeira inglesa na paisagem imaginada por George não é o único elemento que remete ao país responsável por idealizar e organizar parte da ocupação de Londrina:

²⁹⁸ TOMAZI, Nelson Dacio. Op. Cit., p. 133.

Num terreno cercado em frente à igreja, os ingleses tinham feito uma quadra de tênis, cobrindo de saibro a terra-vermelha, para de tardezinha jogar com roupa branca, enquanto as mulheres tomavam chá num chalé ao lado da quadra, as xícaras finas no tronco de peroba serrado como mesa. Quando o sol bicava a mata no horizonte, iam todos para casa, a noitinha era dos mosquitos. As casas que não tinham tela nas portas e janelas tinham cortinados e, pouco antes da hora dos mosquitos, telas e cortinas eram fechadas em toda a cidadezinha, como se as casas sofressem duma mesma febre.²⁹⁹

É por meio da paisagem que as primeiras cenas de uma vida social, de convivência entre os colonos na recém-nascida cidade, são apresentadas na narrativa. Na imagem trazida no trecho citado, percebe-se que o solo avermelhado não figura com tanta força como nas paisagens colocadas anteriormente. Não há presença de lama e nem de poeira. Na verdade, a terra, agora, está encoberta por saibro, evitando o contato direto dos homens, que jogam tênis, e das mulheres, que tomam chá, com a poeira ou com a sujeira vindas do chão vermelho.

De início, no momento da chegada dos pioneiros, o solo norteparanaense não havia sido algo prazeroso ao homem, mostrando-se muito mais um incômodo e um empecilho a ser vencido que uma experiência agradável. Nessa outra paisagem, a do campo de tênis, a imagem da terra encoberta pelo saibro pode ser vista como prova de que o pioneiro não sentia tanta positividade no contato direto com a terra, mas seu interesse no espaço era muito mais de domínio no sentido de transformar a terra e torna-la confortável para si.

Quase todas as figuras colocadas na quadra de tênis, improvisada pelos pioneiros, reafirmam o desejo do colono de dominar o chão norte-

²⁹⁹ PELLEGRINI, Domingos. Op. Cit., p.137.

paranaense e não o de conviver com ele em seu estado mais selvagem. O saibro sobre a terra como forma de evitar o toque dela com seus corpos e a imagem da mesa feita de tronco de peroba, outro elemento natural, modificada pelo homem para se transformarem utensílio, simbolizam o empenho de ação transformadora dos pioneiros, no fim da qual parece se localizar a busca pelo enriquecimento e de um padrão de vida mais elevado financeiramente.

A figura da peroba já havia aparecido em outro momento da narrativa como símbolo da força da natureza: “Ele via agora as perobas que quatro homens não abraçariam, com troncos retos espetados aqui e ali na mata, esgalhando acima de todas as árvores, os galhos cobertos de parasitas florindo.”³⁰⁰ Nesse momento, a peroba é mostrada como elemento forte da natureza, árvore grande de tronco grosso que serve como comprovação da força e da fertilidade da terra, pois toda a vegetação era sustentada pela *terra rosa*³⁰¹.

A imagem da peroba, após a primeira visão e concepção que dela tem José, agora transformada em móvel, serve para mostrar o poderio do homem, a força de dominação sobre a natureza e de uso da árvore para seu bem-estar. Um elemento de extrema força e símbolo da região³⁰², a árvore, fora “vencida” pelo homem e transformada em um objeto a seu dispor.

A relação sugerida entre homem e natureza, encontrada pela análise das paisagens do romance, sugere quase uma luta de forças entre homem e natureza. Se, no início, a natureza colocava-se como mais forte e impositiva,

³⁰⁰ PELLEGRINI, Domingos. Op. Cit., p.83.

³⁰¹ Expressão utilizada pelos pioneiros vindos da Itália para referir-se à terra-vermelha.

³⁰² A espécie é geralmente associada à região de Londrina, devido ao fato de ter sido comum na localidade e utilizada como matéria prima na construção de casas no início da colonização.

agora, com o processo de urbanização, ela começa a perder espaço para a força do ser humano que a manipula de acordo com seus interesses.

A presença das roupas brancas, usadas pelos homens para jogar tênis, além de remeter à vestimenta comumente utilizada no jogo, funciona, no texto, curiosamente, como uma prova de que a terra havia sido dominada e não poderia mais tocar e, literalmente, sujar o homem. Basta lembrar da paisagem na chegada dos colonos que, ao desencalharem a jardineira do barro, acabam por enlamearem-se inteiros:

O barbudo ficou para trás com um enxadão, e ele [José], vendo que George e os agenciadores também não empurravam mais, ficou ali com o outro enxadão, vendo a subida do ônibus em ziguezague, as rodas espirrando lama nos que empurravam nas laterais e, caíram de peito no barro alguns dos que empurravam atrás; mas voltaram a empurrar porque Gracia não parava de gritar, até que chegaram no alto e o ônibus parou roncando forte. Os alemães e japoneses se olhavam direito pela primeira vez, todos enlameados e as botinas tão pesadas de barro que andavam feito patos, com as pernas abertas.³⁰³

Desse modo, evidencia-se que o real interesse do colonizador, seja ele oriundo de um lugar de mais privilégio, como os membros da Companhia, ou de lugares periféricos, como os pioneiros mais simples, não era o solo em estado de natureza, mas tudo o que ele poderia ofertar: lucro, conforto, status social, provas de um interesse eminentemente capitalista. Apesar disso, nesta paisagem, ainda é possível ver a diferença entre o posicionamento dos colonizadores, Gracia e George, e os colonizados. Enquanto estes esforçavam-se para desencalhar a jardineira, aqueles permaneciam imóveis,

³⁰³PELLEGRINI, Domingos. Op. Cit., p.85.

apenas “motivando” ou ordenando o trabalho. Dessa forma, vê-se novamente a oposição entre o homem simples e trabalhador e o explorador da terra e do trabalho alheio, aproximando a maneira como o autor coloca suas personagens com seu ideário comunista.

O jogo de tênis e o chá das senhoras funcionam também como símbolos de uma imagem de vivência em sociedade que deseja aparentar-se mais abastada e poderosa financeiramente. Tanto o jogo de tênis, originário da Inglaterra, quanto o hábito do chá vespertino, associado à cultura inglesa, carregam o sentido não só de uma bagagem cultural levada pelos ingleses para a colonização de Londrina, mas significam também e, pode-se dizer até, principalmente, o desejo do pioneiro em reproduzir uma vida urbana e social com moldes europeus, remetendo a uma sensação de sucesso e de prosperidade econômica tão ansiada pelos colonos.

O café e o crescimento da cidade

No romance de Pellegrini, o plantio do café não ganha tanto destaque quanto em textos documentais da história factual da cidade. Isso se deve, possivelmente, ao fato de nem José e nem Tiana, personagens centrais da história narrada, dedicarem-se ao cultivo do grão. As poucas passagens em que o café é colocado na narrativa e nas paisagens de *Terra vermelha* ocorrem quando o narrador comenta passageiramente as experiências de alguns pioneiros, como Góis, por exemplo. A atenção reduzida dada ao cultivo do grão na narrativa não impossibilita, todavia, que se estabeleça a relação entre o crescimento da economia, gerado, em boa parte pelos cafezais, e a urbanização da cidade:

Os poucos cafezais da terra-vermelha davam muito mais que os muitos cafezais de Minas e São Paulo; Goiás até ganhava dinheiro apostando que um cafeeiro seu dava metade de uma saca de café em coco, sempre alguém teimava que era impossível. Nunca se tinha visto aquilo. Os cafeeiros novos ficavam redondos de tão enfolhados, de longe pareciam repolhos cobrindo as colinas. Os cafeeiros mais velhos, de apenas seis ou sete anos, já estavam tão grandes que era preciso colher de escada de três pés e três degraus. Zé do Cano trocava o chapéu por boina, e compraria uma motocicleta de um inglês, para vistoriar as construções; as turmas eram formadas pelos peões mais espertos, que iam virando carpinteiros, encanadores, pedreiros e eletricitas. Londrina e as outras cidades novas erguiam as primeiras igrejas, prefeituras, câmaras municipais, cadeias e clubes, os primeiros hotéis e matadouros.³⁰⁴

O mais interessante da paisagem acima é a relação da produção cafeeira com as construções da jovem cidade. A intercalação dos dois elementos (as plantações de café e as construções) comprova a produtividade da terra, que dava ao homem a possibilidade de edificar a cidade.

Três imagens relativas à plantação de café contribuem para a afirmação da grandeza da produção e, por isso, da qualidade da terra. As figuras dos pés de café mais novos, “redondos” de tão carregados de folhas e frutos, e dos mais velhos, mais altos que exigiam dos colhedores o uso de escadas e a necessidade de uma motocicleta para que Zé do Cano conseguisse percorrer toda a área tomada pelo plantio, enfatizam o tamanho do cafezal e a grandeza da produção da região, devido à fertilidade da terra.

Pode-se dizer que a imagem dos cafezais grandes e frutíferos acaba por confirmar e comprovar a propaganda feita sobre a terra-vermelha, aquilo

³⁰⁴ PELLEGRINI, Domingos. Op. Cit., p.192.

que se propagava aos povos recém-chegados ou interessados em adquirir porções da terra, sua capacidade produtiva e sua alta fertilidade. A rentabilidade do solo possibilita ao homem não só a construção da cidade, efeito que figura no próprio excerto, como é a concretização das promessas de progresso e de crescimento feitas pela Companhia para os novos colonos. A afirmação de que “Os poucos cafezais da terra-vermelha davam muito mais que os muitos cafezais de Minas e São Paulo”, na comparação entre a terra-vermelha do Norte do Paraná e as terras de outros dois estados economicamente importantes do país, Minas Gerais e São Paulo, acaba por atribuir valor à terra do norte do Paraná, uma produtividade nunca antes vista em outro lugar, e singularizar a região em relação às outras.

A presença das construções urbanas na paisagem da Londrina de *Terra vermelha*, “as primeiras igrejas, prefeituras, câmaras municipais, cadeias e clubes, os primeiros hotéis e matadouros”, marcam o rápido crescimento da cidade. O campo altamente produtivo e a cidade em acelerado processo de edificação dão movimento à paisagem, sendo o enquadramento de um local em ritmo frenético de modificação e de crescimento. A própria atuação humana sobre o chão dava ao homem a oportunidade de trabalho, ao homem pioneiro que ia para a *terra rosa*, muitas vezes, como no caso de José, em busca de estabilidade financeira: “iam virando carpinteiros, encanadores, pedreiros e eletricitas”.

A gama de profissões, as quais os colonos se dedicavam, era grande, mas girava, quase sempre, em torno do crescimento da cidade, fosse no campo, como peão ou agricultor, fosse na cidade, atuando na área da construção civil, como fica claro na enumeração de atividades profissionais desenvolvidas pelos pioneiros. A aquisição de uma profissão, dada ao colono pela terra, cedia a ele mais do que um meio de conquista do sustento, mais do

que um meio de ganhar dinheiro e manter a família, mas também forma de viver dignamente, uma função social, uma forma de existir perante o mundo, uma identidade.

No romance, José é a expressão do homem totalmente desenganado e sem perspectiva de crescimento ou de estabilidade financeira, sem profissão, sem condições de sustentar a si e à família, mas que, chegando à terra, consegue encontrar uma maneira de se firmar, como profissional, como pai de uma família, como ser humano, como um filho da terra-vermelha.

Se George faz, às vezes, da companhia para exaltar a qualidade da terra e a prosperidade da região, no intuito de motivar a fixação dos colonos na região compreendida pelo solo norte-paranaense, esse fato também se observa nas intenções da Companhia de Terras Norte do Paraná quando analisada a história factual. Como afirma Tomazi, existia um “discurso norte do Paraná” difundido pelos colonizadores poderosos a fim de criar nos pioneiros a sensação de pertencimento e de coletividade no desfrute dos lucros da terra-vermelha:

[...] progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de idéias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente entre os anos 30 e 50, procurando assim criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo da (re)ocupação desta região.³⁰⁵

O café fez parte dessas imagens vendidas tanto a colonos como a quem estava longe desse processo de exploração da terra. Mesmo que as

³⁰⁵TOMAZI, Nelson Dacio. Op. Cit., p.12.

imagens formassem um discurso de manipulação da parcela pobre e trabalhadora da região, que produzia, mas não gozava dos lucros da produção do café da mesma maneira que os donos de propriedades, o progresso, a visibilidade e a urbanização decorrentes da economia cafeeira são inegáveis. O desenvolvimento produzido pelo café e a consequente modernização da cidade fizeram com que a região do Norte do Paraná ficasse nacionalmente conhecida como “a capital do café”:

Nos anos 50, Londrina vivia a febre do café e a riqueza gerada pelos cafezais ganhava forma nos edifícios modernos e na intensa movimentação de colonos. Famílias de várias partes do mundo, casarões elegantes e um comércio dinâmico deixavam cada vez mais distantes aquele cenário de casebres fincados na clareira aberta no meio da mata tropical. Ao contrário, a paisagem em formação afirmava que a cidade já não era mais em lugar de passagem. Na terra-roxa não se cultivava apenas o ‘ouro verde’, mas costumes, valores e sonhos de uma nova sociedade.³⁰⁶

No romance, a noção de pertencimento e de participação no processo de edificação da cidade fica visível na maneira como o homem percebe a modificação rápida do espaço:

Os pioneiros se orgulhavam de ver a cidade crescer e mudar; apontavam um sobrado diziam olha, aqui tinha uma peroba que ajudei a derrubar: ali, onde está aquele armazém, pastavam os burros da Companhia; e lá, onde estão abrindo a tal Avenida Higienópolis, tinha uma enorme figueira que ficava bem na frente do sol poente. Mas já não se podia cruzar uma rua sem olhar bem para os lados, que agora não era um trânsito de passar lá de vez em quando um carro ou caminhão, era

³⁰⁶ PREFEITURA DE LONDRINA. *Biblioteca pública de Londrina: 50 anos no coração da cidade*. Edição comemorativa dos 50 anos da Biblioteca Pública de Londrina, 2001. p.6.

um passa-passa que não parava, todos com a mesma pressa que tinham os pioneiros, só que agora montados em cavalos-vapor.³⁰⁷

A imagem da cidade, em avançado estágio de urbanização, com grande quantidade de carros e trânsito intenso, além de promover a identificação do pioneiro com a cidade, significa, para o homem londrinense de então, uma prova da concretização do sonho que o levou até à terra-vermelha. Se, no início, na chegada à terra prometida, o pioneiro incomodava-se e tinha de enfrentar os atoleiros, a lama, a poeira, agora ele conseguia olhar para a cidade e reconhecer os frutos de seu trabalho, ou seja, o novo espaço que ajudava a construir e que ia, a passos rápidos, alterando a fisionomia do lugar.

Assim, a cidade, Londrina, vai se revelando como o produto da soma das riquezas oferecidas pela terra e os esforços do homem pioneiro em edificá-la. É sua natureza histórica, portanto, “[...] de pessoas e de grupos bem determinados”³⁰⁸, comum à formação de todas as cidades, que vai se descortinando no decorrer do romance de Pellegrini. Dessa maneira, a cidade construída pelos colonos sobre a terra-vermelha significa a consolidação das promessas feitas pela Companhia para as famílias que decidiam fixar residência no novo local. Talvez a isso se deva o olhar orgulhoso, e por isso, positivo, do homem para o espaço: “Os pioneiros se orgulhavam de ver a cidade crescer e mudar; apontavam um sobrado diziam olha, aqui tinha uma peroba que ajudei a derrubar: ali, onde está aquele armazém, pastavam os burros da Companhia”.

³⁰⁷ PELLEGRINI, Domingos. Op. Cit., p.238.

³⁰⁸ LEFEBVE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. p.52.

A identificação dos espaços reconfigurados por suas próprias mãos, a árvore derrubada, o sobrado construído, o local onde ficava o pasto da Companhia, mostram o reconhecimento dos colonos de sua força sobre o lugar e a capacidade de modificar a terra como demonstração de seu poder sobre ela, seu poder de modificação e de modelação.

O despertar do sonho, a desfiguração da paisagem

Após chegar à terra-vermelha e enfrentar seus desafios – a lama, a poeira, os atoleiros – depois de modificar a terra e transformá-la em uma cidade, símbolo de seu sucesso e de suas conquistas na região, o homem londrinense vê as consequências da crise do café e as respostas da terra a todo o processo de exploração exercido sobre ela.

De acordo com Pozzobom³⁰⁹, a região do Norte do Paraná foi marcada pela ocorrência de algumas geadas que impactavam momentaneamente a produção de café, ou seja, as baixas temperaturas não significavam o fim da produção, mas um dano que era suplantado em anos posteriores. Segundo o agrônomo, nesse período ocorreram sete geadas (1953, 55, 62, 64, 66, 69 e 72) todas trazendo malefícios às sacas dos anos seguintes.

A cena abaixo, transcrita da narrativa de Pellegrini, refere-se às grandes queimadas de sacas e mais sacas de café, causadas pela crise econômica ocorrida após a geada que assolou o norte do Paraná. No romance, Góis e outros pioneiros salvam um cafezal de uma geada datada de 1955: “Acho que salvamos o único cafezal da geada de 55”³¹⁰. Nas paisagens

³⁰⁹ POZZOBON, Irineu. *A epopeia do café no Paraná*. Londrina: Grafmarke, 2006.

³¹⁰ PELLEGRINI, Domingos. Op. Cit., p. 310.

desenhadas no romance, em especial pelo olhar de José, o destaque é dado à transformação constante do lugar. Já em franco desenvolvimento urbano, não é mais a terra vermelha que se espalha pelo ar e pelo chão, nem as construções que se destacam na paisagem londrinense, mas um cenário fumacento e de degradação social:

A cidade toda tosse na fumaceira, e da fumaça saem famílias andarilhas; o pai magrelo com saco amarrado na enxada sobre o ombro; a mãe barriguda, nenê de colo, descadeirada; moleques agarrados na saia, ranho escorrendo do nariz e barriga-d'água; filha mocinha pronta para virar puta ou empregada doméstica, os peitinhos apontando no vestido fininho. Vagam pela cidade aprendendo a pedir esmola, catando restos de feira, tomando sopa no albergue, catando lata para erguer barraco em favela. Vão cozinhar à noite o almoço que levarão amanhã de marmita, montando em caminhão de madrugada, indo trabalhar por dia nas mesmas fazendas onde moravam antes com casa, fogão, pomar, galinheiro, horta, chiqueiro e ribeirão. Comendo a marmita fria, serão chamados boias-frias.

311

Na paisagem apresentada destacam-se, em especial, três imagens: a fumaça da queimada do café, a família em estado de mazela na cidade e a imagem do passado da família nas propriedades rurais. A cor que define a paisagem é o cinza, dada pela presença da fumaça, que domina tanto o campo quanto a cidade. O antes vermelho da terra, viva e produtiva, e depois as cores da cidade em pleno desenvolvimento, em contraste com o vermelho do solo, que teimava em aparecer, cede lugar agora à paisagem pós-geada, cujo tom acinzentado é símbolo da destruição ao mesmo tempo do campo e da cidade que dele dependia. A imagem da família saindo da fumaça é sintomática no sentido de que ao homem pobre do campo nada mais resta a

³¹¹ Ibidem., p.311.

não ser a ida para a cidade a lhe oferecer, todavia, uma condição não menos degradante e decadente, quiçá mais, daquela já vivenciada no mundo rural.

A afirmação de que “A cidade toda tosse” revela uma paisagem adoecida, destituída de cores vibrantes, como o vermelho da terra de outrora ou das diversas cores da cidade ainda em seus primórdios. As personagens presentes na paisagem do pós-queimada não são mais os pioneiros esperançosos e orgulhosos de Londrina, os homens jogadores de tênis, as senhoras tomando chá, nem os jovens flertando na avenida central, mas sim o antigo produtor rural³¹² e sua família que perdeu tudo e tem de tornar-se boia-fria, prostituta, empregada doméstica, mendigo, ou seja, a sujeição a condições marginalizadas. A cena, como um quadro, mostra um grupo tomado pela pobreza, maltrapilho, magro, dedicado ao trabalho pesado: “pai magrelo com saco amarrado na enxada”; doente, suja, desamparada: “a mãe barriguda, nenê de colo, descadeirada; moleques agarrados na saia, ranho escorrendo do nariz e barriga-d’água”; reduzida a uma figura humana sexualizada, que possui apenas o corpo para o trabalho: a “filha mocinha pronta para virar puta ou empregada doméstica, os peitinhos apontando no vestido fininho”. A situação de total degradação dos homens devido às questões naturais e econômicas, a geada e a crise do café, expõe a extrema dependência do homem pioneiro da terra e de seus frutos. A perda da terra, mãe provedora, é a perda também da dignidade.

³¹² A história factual reconhece que a economia agrícola londrinense da época realmente fazia-se em propriedades familiares: “A maioria se constituía de pequenos e médios sítios, onde o camponês lavrava com a família e possivelmente poucos assalariados, a sua própria terra, destinando sempre uma parcela para pastagens.” (CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense – 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.

A retomada da imagem da antiga propriedade de família: “fazendas onde moravam antes com casa, fogão, pomar, galinheiro, horta, chiqueiro e ribeirão” estabelece uma comparação entre o estado atual, podre e destruído, com o estado anterior, de conforto e sucesso garantido pela produção da terra. Na verdade, toda a paisagem em questão é construída com base em comparação com paisagens anteriores, mesmo que não colocadas verbalmente no texto. Nesse movimento, é possível ver uma dinâmica de forças que se sobrepõem em tempos e circunstâncias particulares. Da força da natureza selvagem ainda intocada pelo homem pioneiro passa-se ao poder transformador exercido sobre o espaço em prol de suas ideias e necessidades a uma espécie de troco rigoroso dessa mesma natureza ferida em seu âmago e capaz de revelar ao homem as chagas por ele provocadas não apenas nos elementos do mundo natural, mas nele mesmo.

Assim, a geada simboliza a força natural aplicada a tudo o que o homem havia construído - as plantações, as construções, ruas, avenidas, as profissões que conquistara a partir da terra, seu sucesso financeiro, tudo foi atingido e modificado pela natureza, em forma de geada. Sendo assim, é possível perceber a luta de forças entre homem e natureza. A relação do homem com a terra-vermelha, mesmo representando, em muitos momentos, uma relação de mútua ajuda, de construção de frutos, de pertencimento e familiaridade, não significa uma relação totalmente pacífica e harmônica. O homem via a positividade em suas ações e no que conseguia a partir da terra e não nela em si, e a terra, diante de tantas interferências do homem, apresenta “comportamentos” de reação, além de ter se oferecido como desafio no início.

Tudo o que é construído sobre a terra-vermelha é feito por meio da relação do homem com a natureza. Isso não é diferente no caso da geada. O

fenômeno natural, não pode ser apontado como única causa para a crise do café. A inabilidade do homem em lidar com catástrofes naturais e suas consequências sobre sua produção e a dependência de um único cultivo revelam a parcela de culpa do homem em relação ao fim da era do café na região, como apontam, inclusive, os estudos históricos acerca da crise cafeeira na região. A incapacidade do homem de lidar com a geada e a ganância exagerada, abordada em várias situações do enredo, agravaram as consequências da geada de 1955, ainda que ela não tenha sido a causa exclusiva da crise. De todo modo, o romance aponta que, na desfiguração da paisagem, agora cinza, seca, sem vida, está também a desfiguração do próprio homem.

A paisagem da terra-vermelha, outrora dominada pelas cores vivas da natureza - o vermelho da terra, o verde dos paredões de mata, o azul do céu, ocupada também pelos barulhos dos animais, o cantar dos pássaros, o som dos macacos -, agora estava mortificada, dominada pelo cinza da cidade e, mais ainda, pelo cinza da fumaça.

Não só a paisagem natural foi desfigurada, como também a urbana construída. A cidade de moldes europeus, em que andavam as ricas famílias dos cafeicultores, agora era tomada pela pobreza, ocasionada um tanto pelo êxodo rural, motivado pelas grandes dificuldades impostas ao pequeno produtor - na maioria das vezes tragado pelos grandes proprietários, contra os quais não encontra meios de resistência -, e ao trabalhador rural sem posses, ainda mais vulnerável. Assim, os traços de reconhecimento da paisagem natural e da paisagem urbana perdem-se, o que resta são traços de destruição que desfiguram as paisagens anteriores.

Isso vem, mais uma vez, confirmar a existência de um “discurso norte do paraná”, identificado por Tomazi³¹³. Se a geada e, mais especificamente, a inabilidade do homem de lidar com ela resultou na perda da riqueza gerada, o sonho da estabilidade financeira, a terra prometida, não era, portanto, algo inabalável.

Considerações finais

Com a leitura desenvolvida, observa-se que *Terra vermelha*, muito embora centralize a narrativa na história do relacionamento das personagens fictícias José e Tiana e nos seus embates com a vida cotidiana, faz com que toda a vivência das personagens seja ambientada em um contexto que alude à história e à fundação da cidade de Londrina.

Enquanto ficção, o romance não se define como documento factual, mas como uma maneira imaginária de reescrita da história da cidade, como tentamos mostrar, por meio, sobretudo, do olhar periférico do pioneiro comum que, como tantos outros, foram legítimos atores e construtores da cidade.

Na Londrina que se constrói e se desenvolve no decorrer do tempo junto com José, mostramos o papel fundamental que a paisagem exerce na expressão dos significados que o lugar apresenta para o protagonista. É na maneira como José modula as imagens de Londrina e de seus arredores que uma história, ao mesmo tempo particular e coletiva, interna e externa, vai se desenhando no cenário do romance. Na sua maneira de ver a terra vermelha, seja enquanto solo, natureza, seja enquanto local no qual se levanta uma

³¹³TOMAZI, Nelson Dacio. Op. Cit.

cidade, forma-se uma visão particular, subjetiva, mas que também expressa um movimento histórico de construção do lugar - permeado pelos fatos, a envolver inúmeros agentes e situações, -, e pela imaginação, de forma indissociável, levando ao diálogo concreto e produtivo entre literatura e história. Dessa maneira, no verossímil da literatura inscreve-se uma possibilidade de repensar a história, relativizando verdades unilaterais, dadas como prontas e irrefutáveis.

“A NOITE PERTENCE ÀS FADAS”: TRADIÇÃO E SUBVERSÃO EM “AMELIA AND THE DWARFS”, DE JULIANA HORATIAEWING³¹⁴

Guilherme Magri da Rocha

Cleide Antonia Rapucci

Os pesquisadores Nina Auerbach e U.C. Knoepfelmacher concordam que “[...] escritoras da era vitoriana consideravam o conto-de-fadas como uma literatura adormecida propriamente dita³¹⁵”, isso porque havia uma tendência ao realismo por parte das escritoras da referida época³¹⁶, que costumam se distanciar das vertentes fantásticas, relegando-as um segundo plano, num nível mais profundo de suas narrativas. Esses professores retomam um estudo sobre *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë, em que se mostra como este romance possui padrões extraídos de contos folclóricos como “Cinderela”, “A Bela Adormecida” e “O Barba Azul”. Essas histórias, de tradição oral, foram consideradas sublitterárias pelos críticos e pelos escritores, ao longo dos anos, até a fascinação romântica com o primitivismo, a infância e o folclore dos camponeses. No vitorianismo, esse material, de origem feminina, foi apropriado por escritores, homens, que assimilaram, em

³¹⁴ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processos nº 14/21627-4 e nº 15/22913-3.

³¹⁵ “[w]omen writers of the Victorian era regarded the fairy tale as a dormant literature of their own”.

³¹⁶ Período do reinado da rainha Vitória, no Reino Unido, de junho de 1838 a janeiro de 1901.

AUERBACH, Nina; KNOEPFLMACHER, Ulrich Camillus. (ed.). *Forbidden journeys: fairy tales and fantasies by Victorian women writers*. London: University of Chicago Press, 1993. p. 11.

suas produções, contos populares de origem diversa: inglesa, escocesa, escandinava, irlandesa.

As mulheres, por sua vez, com receio de serem estereotipadas como fantasistas, voltaram-se ao realismo social, pelo qual pretendiam ser reconhecidas. Por essa razão, se associavam aos contos-de-fadas de maneira mais sutil, como é o caso do romance supracitado. Assim, as escritoras se aproximavam da origem mítica feminina dos contos-de-fadas, ao resgatar textos folclóricos conhecidos como ferramenta narrativa ou recriação. Nas palavras de Auerbach e Knoepfmacher: “[...] ao posarem como meras tradutoras ou adaptadoras, elas podem ativar os materiais tradicionais apropriados, sem correr o risco de serem acusadas de terem se entregue a fantasias infantis³¹⁷”. É nessa conjuntura que Juliana Horatia Ewing (1841-1885) publica “Amelia and the Dwarfs” [Amelia e os Anões], conto eleito, nesta contribuição, para investigação.

Assim, este capítulo tem como propósito discutir as noções de infância a imagem da criança vitoriana no conto “Amelia and the Dwarfs”, sobre o qual se faz uma leitura comentada, bem como seu contexto de produção. Neste texto, a protagonista, uma criança agressiva, sem empatia e que necessita de atenção sobrecomum é enviada ao mundo fantástico e, nele, é humilhada por anões, que voltam seu inconsciente anárquico contra ela mesma e buscam, dessa forma, reformá-la, tornando-a um ser plenamente sociável. Considerado por U.C. Knoepfmacher como uma “contra-fantasia” ao *Alice* de Lewis Carroll³¹⁸, trata-se de um conto publicado por Juliana

³¹⁷ “[...] By posing as mere translators or adapters, they can activate the traditional materials they appropriate without having to risk being accused of indulging in child-like fantasies”. Ibid., p. 13.

³¹⁸ KNOEPFLMACHER, U. C. Little girls without their curls: Female aggression in Victorian children’s literature. *Children’s literature*, v. 11, n. 1, p. 14-31, 1983.

Horatia Ewing, importante escritora vitoriana, que influenciou a obra de Rudyard Kipling e E. Nesbit³¹⁹. Justifica-se a eleição dessa escritora, pois, conforme Patricia Demers³²⁰, ela foi, em diversos aspectos, produto de uma era e de uma comunidade específica, que incluía escritores renomados, como Charlotte Yonge e John Ruskin e ilustradores, como Randolph Caldecott e Gordon Browne. Dessa forma, torna-se uma importante personagem representativa da literatura infantil vitoriana para as crianças. Ademais, como comprova Talairach-Vielmas³²¹, em harmonia com Knoepfelmacher, “[...] escritoras de contos-de-fadas da década de 1870 revisitaram a fantasia de Carroll para destacar de maneira mais sarcástica e pessimista a construção do ideal feminino³²²”, como é o caso do conto eleito, conforme exploraremos.

Publicado, pela primeira vez, no volume 8.1 (fevereiro-março) de 1870 da revista infantil *Aunt Judy's Magazine* [Revista da Tia Judy] e, mais tarde, no ano seguinte³²³, reunido na coletânea *The Brownies, and other Tales* [Os *Brownies*³²⁴ e outros Contos], impressa pela editora inglesa Bell &

³¹⁹ SIGLER, Carolyn. (ed.). *Alternative Alices: visions and revisions of Lewis Carroll's Alice books*. Lexington, Kentucky: University Press of Kentucky, 2015.

³²⁰ DEMERS, Patricia. Juliana Horatia Ewing. In: KHORANA, Meena. (ed.). *Dictionary of Literary Biography: British Children's Writers, 1800-1880*. Detroit: Gale Research, 1996. 91-99.

³²¹ TALAIRACH-VIELMAS, Laurence. *Moulding the Female Body in Victorian Fairy Tales and Sensation Novels*. Aldershot, UK: Ashgate, 2007.

³²² “[...] Fairy-tale women writers of the 1870s revisited Carroll's fantasy to highlight more sarcastically and more pessimistically the construction of the feminine ideal”. KNOEPFLMACHER, U. C. Little girls without their curls: Female aggression in Victorian children's literature. *Children's literature*, v. 11, n. 1, 1983, p. 67.

³²³ Esta informação foi retirada de Gatty (1885). Entretanto, conseguimos encontrar um exemplar, deste mesmo livro, também de 1871, publicado pela Society for Promoting Christian Knowledge. Tanto Sigler (2015), quando Talairach-Vielmas (2007) atribuem a publicação, erroneamente, ao ano de 1870.

³²⁴ Figura folclórica do Reino Unido. Trata-se de um espírito benevolente.

Daldy³²⁵. Trata-se de um texto cujas últimas publicações, desconsiderando as editoras que fabricam por demanda de seu leitor, aconteceram em dois volumes acadêmicos: *Forbidden Journeys: Fairy Tales and Fantasies by Victorian Women Writers* (1993), organizado por U. C Knoepfmacher e Nina Auerbach e *Alternative Alices: Vision sand Revisionsof Lewis Carroll's Alice Books*, de Carolyn Sigler. Já a coletânea em que ele foi publicado teve sua última edição em 2006³²⁶.

Embora Juliana Horatia Ewing tenha sido uma escritora bastante proficua no século XIX, sua obra não resistiu ao século posterior, o que a relegou a um ostracismo que acometeu diversas escritoras dessa mesma época, omitidas da história da literatura. Essa lacuna tem sido preenchida com projetos como o Victorian Women Writers Project (VWWP), na Universidade de Indiana que, desde 1995, compromete-se com a divulgação de autoras inglesas menos conhecidas. Há um único trabalho acadêmico, publicado no Brasil, que trata de Ewing: “As Alices alternativas de Christina Rossetti, Jean Ingelow e Juliana Horatia Ewing” (2017), defendida por Guilherme Magri da Rocha, que buscou apresentar uma possibilidade de leitura das obras *Mopsathe Fairy* [Mopsa, a Fada] (1869), “Amelia and the Dwarfs” (1870) e *Speaking Likenesses* [Falando sobre Semelhanças] (1874), escritas, respectivamente, por Jean Ingelow, Juliana Horatia Ewing e Christina Rossetti, feita a partir de um cotejo entre esses textos e seu hipotexto em comum: *Alice's Adventures in Wonderland* [As Aventuras de

³²⁵A editora, originalmente, chamava-se George Bell & Sons e funcionou de 1839 a 1986.

³²⁶ ROCHA, Guilherme Magri da. *As Alices alternativas de Christina Rossetti, Jean Ingelow e Juliana Horatia Ewing*. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2017.

Alice no País das Maravilhas] (1865). Tendo em vista este contexto, devemos apresentar a autora e seu contexto de produção.

No que se refere à biografia da escritora, suas cartas foram publicadas em dois volumes, *Leaves from Juliana Horatia Ewing's "Canada Home"* [Folhas do Lar Canadense de Juliana Horatia Ewing] (1896) e *Canada Home: Juliana Ewing's Fredericton Letters* [Lar Canadense: as Cartas de Juliana Ewing Enviadas de Fredericton] (1983), organizadas, respectivamente, por Elizabeth S. Tucker e Margaret Howard Blom e Thomas E. Blom.

Ewing é a segunda de dez filhos³²⁷ do reverendo Alfred Gatty com a escritora Margaret (Scott) Gatty. Apesar do anglicanismo, “[...] ela não escreveu sermões, seus personagens infantis não experimentaram conversões repentinas ou reformaram os mais velhos³²⁸”. Quando discute a tradição de autoria feminina, Ellen Moers (1976) percebe que poucas autoras notáveis, inglesas e estadunidenses, nos séculos XVIII e XIX, foram mães. A maioria delas era virgem e solteira. Ewing não teve filhos, mas casou-se com um militar, Alexander Ewing. Tendo em vista esse contexto, seus textos apresentavam um “[...] conhecimento em primeira mão e carinho pelos militares; a vida em um bangalô, as mudanças frequentes de uma estação para outra e os esforços contínuos para embelezar novos ambientes e criar um jardim em que elementos de sua experiência refletiam em seus textos”³²⁹.

³²⁷ KNOEPFLMACHER, U. C. Little girls without their curls: Female aggression in Victorian children's literature. *Children's literature*, v. 11, n. 1, p. 14-31, 1983.

³²⁸ “[...] She did not write sermons, her children did not experience sudden conversions, or reform their elders”. AVERY, Gillian. *Mrs Ewing*. New York: H.Z. Walck, 1964, p. 47.

³²⁹ “[...] Firsthand knowledge and real affection about the military; life in a camp bungalow, the frequency of moves from one station to another, and the continuing efforts to beautify new surroundings and create a garden where elements of her experience reflected in her writing”.

Embora o livro de Gillian Avery (1996) seja um dos únicos textos biográficos em que Ewing não divide o protagonismo do título com Margaret Gatty, a primeira frase do volume é a seguinte: “[a] história de Juliana Horatia Ewing deve começar com a história de sua mãe, pois, fora dos escritos de sua mãe, que os seus se desenvolveram³³⁰”. Assim, devemos compreender a escrita de Ewing como hereditária, parte de uma tradição familiar cujas motivações não eram somente artísticas, mas também, financeiras e particulares.

A produção da mãe de Ewing também tinha leitores ilustres, como a Rainha Vitória, o primeiro-ministro William Ewart Gladstone e Lord Tennyson, de quem a escritora se tornaria próxima. Muito do dinheiro de Margaret Gatty era investido na educação dos filhos homens e, por isso, ela aceitou, em 1866, a proposta de George Bell e passou a editar uma revista para crianças.

Gatty influenciou Ewing a escrever para crianças e a encorajou a publicar seus textos. Seus três primeiros contos foram publicados em 1861, na *Monthly Packet*, pois sua mãe era próxima de Charlotte Yonge. São eles: “A Bit of Green” [Um Pouco de Verde], “The Blackbird’s Nest” [O Ninho do Melro-Preto] e “Melchior’s Dream” [O Sonho de Melchior].

Depois, eões foram publicados, acompanhados de dois outros contos, em formato livro, no ano seguinte, na coletânea *Melchior’s Dreams and Other Tales* [O Sonho de Melchior e Outros Contos]. Ewing também contribuiu

DEMERS, Patricia. Juliana Horatia Ewing. In: KHORANA, Meena. (ed.). *Dictionary of Literary Biography: British Children’s Writers, 1800-1880*. Detroit: Gale Research, 1996. p. 92.

³³⁰ “[t]he history of Juliana Horatia Ewing must begin with the history of her mother, for out of her mother’s writing developed the daughter’s”.

VERY, Gillian. *Mrs Ewing*. New York: H.Z. Walck, 1964. p. 9.

com a revista da mãe, com uma diversidade de contos. Gatty editou a revista até sua morte, em 1873. Depois, Ewing assumiu tal função com sua irmã, Horatia Eden e a revista foi publicada até 1885. Ela contou com importantes contribuintes, como Lewis Carroll, que publicou, em 1867, os textos “Fairy Sylvie” [Sílvia Fada] e “Bruno’s Revenge” [A Vingança de Bruno], excertos do que viria a se tornar *Sylvie and Bruno* [Sílvia e Bruno] (1889)³³¹. Entre 1867 e 1876, 29 histórias de Hans Andersen foram publicadas na *Aunt Judy’s Magazine*, além de dois artigos sobre ele³³².

Por conta do emprego do marido, Ewing se mudava muito. Entretanto, sua saúde começou a se deteriorar muito rápido, o que não permitiu que ela o acompanhasse para Malta, nem para o Sri Lanka. Ela faleceu em 1885, com apenas 43 anos. Para Patricia Demers, que enfatiza que, ao contrário de muitas escritoras da época, Ewing escrevia só para crianças, a autora é uma contadora de histórias por excelência, tendo abordado uma diversidade de temas da vida de crianças que iam desde o berçário às salas de aula: “[...] ela tendia a favorecer os personagens centrais pensativos, de inclinação estética, tratáveis, mas de alto astral, que gostam de jardinagem, animais e aventura³³³”.

Ainda conforme a pesquisadora, Ewing provavelmente é conhecida hoje apenas pelos vitorianistas e pesquisadores de literatura infanto-juvenil. F.J. Havey Darton, em sua pesquisa pioneira sobre a literatura infantil numa

³³¹ DRAIN, Susan. Family Matters: Margaret Gatty and Aunt Judy’s Magazine 1. *Publishing History*, v. 61, p. 5, 2007.

³³² BAILEY, Diana Vera. *A critical study of the work of Juliana Horatia Ewing, 1841-1885*. 1979. Tese (Doutorado) - University of London, London.

³³³ “[...] She tended to favor the pensive, aesthetically inclined, tractable, but high-spirited central characters, who enjoy gardening, animals, and adventure”.

DEMERS, Patricia. Juliana Horatia Ewing. In: KHORANA, Meena. (ed.). *Dictionary of Literary Biography: British Children’s Writers, 1800-1880*. Detroit: Gale Research, 1996

perspectiva histórica, observa, já em 1982, que o apelo da escritora foi bastante limitado para a geração seguinte. Isso pode justificar a baixa quantidade de publicações de seus trabalhos nos séculos XX e XXI e, também, o pouco interesse acadêmico³³⁴. Não quer dizer, entretanto, que sua influência tenha sido inexistente. Pois, como esboça Demers³³⁵, há elementos e winguianos nas obras de Rudyard Kipling, E. Nesbit e Louisa Molesworth. Conforme Isabelle Nières³³⁶, referências intertextuais e “interpictóricas” dentro da literatura para crianças mostra a habilidade dos autores de situar seu próprio trabalho em relação a seus sucessores, aspirando a um reconhecimento social e à legitimação cultural.

Em consonância com Jessi Snider³³⁷, acreditamos que as últimas décadas foram bastante importantes na recuperação de escritoras do século XIX, sobretudo as não-canônicas, e nas releituras de obras que, porventura, entraram em ostracismo ao longo do tempo. Ademais, compreendemos que os estudos feministas e de gênero como categoria de análise possibilitaram a expansão de um cânone literário até então bastante monolítico, na medida em que um grupo maior de escritoras e obras foram sendo redescobertas e passaram a fazer parte de antologias e arquivos literários. Dessa forma, em harmonia com a estudiosa, afirmamos que “a inclusão de outras vozes [no

³³⁴ ROCHA, Guilherme Magri da. *As Alices alternativas de Christina Rossetti, Jean Ingelow e Juliana Horatia Ewing*. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2017.

³³⁵ DEMERS, Patricia. Juliana Horatia Ewing. In: *Dictionary of Literary Biography: British Children's Writers, 1800-1880*. Ed. Meena Khorana. Detroit: Gale Research, 1996.

³³⁶ NIÈRES, Isabelle. Writers Writing a Short History of Children's Literature within Their Texts. In: NIKOLAJEVA, Maria. (ed.). *Aspects and Issues in the History of Children's Literature*. Westport, Connecticut: Greenwood Publishing Group, 1995.

³³⁷ SNIDER, Jessi. A permanent place among the English poets: recovery, scholarly praxis, and the critical reception of Jean Ingelow. *Victorians: A Journal of Culture and Literature*, n. 125, p. 33-51, 2014.

cânone] apresenta um corpo mais abrangente de obras, produzindo uma recém-diversificada estética, que confunde e diferencia a nossa compreensão da literatura³³⁸. Entretanto, redescobrir uma escritora não significa incluí-la no cânone. Conforme nos alerta Kathryn B. Stockton³³⁹, a sugestão de tokenismo é a principal desvantagem dessa estratégia, além de que a expansão do cânone poderia pressupor que essa produção feminina fosse considerada de valor apenas se seus textos se igualam aos padrões masculinos e, dessa forma, só seriam aceitas a partir da manutenção de certos padrões e critérios.

Este estudo está em harmonia com os estudos feministas à teoria literária, que permitiram o enfoque de estudos no intuito de “reivindicar autoras, especialmente aquelas cujas obras foram negligenciadas porque estavam fora de sincronia com o que estava em alta na época³⁴⁰” e “oferecer releituras ou reavaliações de textos considerados menores ou de pouca importância³⁴¹” dentro da produção de uma escritora. Por isso, elegeu-se para análise o conto “Amelia and the Dwarfs”, de Juliana Ewing. Esse texto não só parodia os principais medos dos adultos vitorianos, no que se refere ao acesso da criança a textos ficcionais, como também se trata de uma obra que mantém com *Alice’s Adventures in Wonderland* uma relação de hipertextualidade de caráter revisionista. Lançada em 1865, seu autor, Lewis

³³⁸“The inclusion of other voices features a more comprehensive body of writings, producing a newly diverse aesthetic that complicates and nuances our understanding of literature”. Ibid., p.33.

³³⁹ STOCKTON, Kathryn B. *Developing a Counter-Canon*. Disponível em: <http://www.victorianweb.org/gender/canon/femcan2.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

³⁴⁰“Reclaim authors, especially those whose works have been neglected because they were out of sync with the fashions of the times”. Todas as traduções são nossas, a não ser quando notado. PAUL, Lissa. *Reading otherways*. Lockwood: Thimble, 1998.

³⁴¹“Offer re-readings or re-evaluations of works that had been deemed minor or of little importance”. Idem.

Carroll, leitor de William Blake e William Wordsworth, abole de seu texto o didatismo que caracterizava o subsistema infantil até então.

“Amelia and the Dwarfs” é dividido em seis partes: uma introdução não titulada, “Amelia”, “Under the Haycocks” [Debaixo das Pilhas de Feno], “By Moonlight” [À Luz do Luar], “At Home Again” [Em Casa Novamente] e uma espécie de posfácio, também sem título. Essa divisão é bastante importante, pois fragmenta o conto em módulos de leitura, operantes numa relação causa-consequência, uma vez excluído o primeiro e deles. Isso porque “Amelia” apresenta um apanhado de ocasiões em que a menina foi mal criada. “Under the Haycocks” corresponde ao processo de “reforma” da personagem: no mundo dos anões, ela deve cumprir uma série de tarefa e “By the Moonlight”, por sua vez, traz a garota de volta ao mundo real, já transformada numa criança com os requintes que idealizavam a criança vitoriana, ainda que superficialmente, como veremos.

A introdução do texto se trata de um depoimento da narradora, que contará as aventuras de Amelia. Na condição de personagem de sua própria história, ela afirma que se trata de um conto de autoria desconhecida, que chegou até ela por sua madrinha, para quem “[...] uma história sem moral era como uma noz sem semente; não vale a pena quebrar³⁴²”. A genealogia dessa história se inicia com a avó da avó dessa madrinha, que sabia bastante sobre fadas, pois ela “[...] vira uma fada desfilar numa véspera de Roodmas³⁴³”, e ela própria se lembrava de um vaso de cobre, de formato estranho, que havia sido

³⁴² “[...] A tale without a moral was like a nut without a kernel; not worth the cracking”. EWING, Juliana Horatia Gatty. *Amelia and the Dwarfs*. In.: EWING, Juliana Horatia Gatty. *The Brownies and Other Tales*. Columbia: Wentworth Press, 1999.

³⁴³ Nome cristão para a celebração celta “Beltane”, festa em comemoração ao começo do verão, em que se comemorava a sexualidade humana e a fertilidade.

deixado pelos elfos, em alguma ocasião, em uma antiga fazenda entre as colinas^{344cc}.

Assim, a eleição da história é devidamente justificada: ela tem valor, pois tem algo de instrutivo a dizer. Por ser moralizante, deve ser contada. A fantasia voltou aos holofotes na Era de Ouro da Literatura Infantil³⁴⁵. Em carta datada de 19 de abril de 1869, Ewing diz à sua mãe: “[...] todos os ‘contos-de-fadas’ devem ser escritos como se fossem tradições orais tiradas dos lábios de um ‘contador de histórias’. É aqui que os modernos [...] falham^{346cc}, o que não só justifica a criação de uma narradora que, inicialmente, na condição de personagem, se identifica ao iniciar o conto com uma espécie de pacto narrativo, que tende a inseri-lo numa tradição específica e confere a ele certa veracidade, como também aponta para o interesse da escritora pelo folclore.

Em “Little Girls without Their Curls: Female Aggression in Victorian Children’s Literature”, U.C. Knoepfelmacher conta-nos que “Amelia and the Dwarfs” foi inspirado no folclore irlandês. Mais especificamente, no texto “Wee Meg Barnileg and the Fairies”. Na concepção do autor, ao expandir a história e sua protagonista, “[...] ela não apenas descreveu a domesticação de uma criança descontrolada e terrível, mas também conseguiu, no processo,

^{344cc}[...] Had seen a fairy rade on a Roodmas Eve, and she herself could remember a copper vessel of a queer shape which had been left by the elves on some occasion at an old farm-house among the hills”. EWING, Juliana Horatia Gatty. *Amelia and the Dwarfs*. In: EWING, Juliana Horatia Gatty. *The Brownies and Other Tales*. Columbia: Wentworth Press, 1999.

³⁴⁵O final do século XIX e o início do século XX são conhecidos como “Era de Ouro da Literatura Infantil”, pois muitos clássicos infantis foram publicados na época.

^{346cc}[...] all real ‘fairy tales’ should be written as if they were oral traditions taken down from the lips of a ‘story teller’. This is where modern ones [...] Fail”. EWING, Juliana Horatia. *Canada Home: Juliana Horatia Ewing’s Fredericton Letters 1867-1869*. In: BLOM, Margaret Howard; BLOM, Thomas E. (ed.). *Canada Home*. Vancouver: University of British Columbia Press, 1983. p. 182.

derramar alguns dos poderes anárquicos de Meg-Amelia em adultos vitorianos preguiçosos e super-civilizados, incapazes de reprimir a hostilidade infantil³⁴⁷. Dessa forma, pode-se dizer que o texto pertence ao gênero *Kunstmärchen*, definido por Godinho (2009) como um tipo de conto-de-fadas “[...] que não é transmitido oralmente, mas sim pela escrita, não tendo deste modo uma tradição oral. Sendo uma espécie de conto de fadas, este resulta de uma invenção individual do autor que tem como base um conto transmitido oralmente” (s/d).

De acordo com Simon J. Bronner³⁴⁸, o termo folclore ganhou ampla circulação no século XIX e passou a abranger uma diversidade de formas - contos, música, dança, entre outros - que eram tratados separadamente. Embora a definição mais comum explique a junção dos vocábulos “povo” (folk) e “conhecimento” (lore), o pesquisador afirma que “folk” também pode ser interpretado com valor de adjetivo, como “tradicional”. Dessa forma, podemos compreender que se trata de um texto de tradição e aquisição e que carrega um conhecimento popular. Trata-se de textos, portanto, de transmissão intergeracional.

No segundo segmento, “Amelia”, somos apresentados à pequena protagonista. Em certa parte da Inglaterra, a menina vive com seus pais, pessoas tranquilas e bem-humoradas, vindas do sul. Deve-se observar que a narradora, neste momento, retoma as palavras de sua madrinha, que define os

³⁴⁷ “[...] She not only depicted the domestication of an unruly enfant terrible, but also managed, in the process, to pour some of Meg-Amelia’s anarchic powers onto priggish and over-civilized Victorian adults incapable of repressing the child’s hostility”.

KNOEPFLMACHER, U. C. Little girls without their curls: Female aggression in Victorian children’s literature. *Children’s literature*, v. 11, n. 1, p. 16, 1983.

³⁴⁸ BRONNER, Simon J. *Folklore: the basics*. New York: Taylor & Francis, 2016.

pais da protagonista como “[...] bastante doces³⁴⁹”, o que não só coloca essa personagem como argumento de autoridade narrativo, como adianta a culpabilidade dos pais na má-criação que caracteriza a criança. Filha única, a menina “[...] tinha uma forte vontade resoluto e era inteligente, embora fosse apenas uma criança. Ela também tinha um jeito próprio, era bastante singular. [...] Ela era, sem dúvida, a menininha mais cansativa daquele ou de qualquer outro bairro³⁵⁰”, o que adianta o que será contado neste segmento: como Amelia se comporta diante de seus pais e trata todos que fazem parte de seu círculo: como a própria Rainha de Copas do primeiro livro de *Alice*, que age conforme seu bel prazer.

Em 1997, Carolyn Sigler editou o volume *Alternative Alices: Visions and Revisions of Lewis Carroll's Alice Books*, que contém hipertextos de *Alice's Adventures in Wonderland* e *Through the Looking-Glass and What Alice Found There* [Através do Espelho e o que Alice Encontrou lá], publicados entre 1869 e 1830. A justificativa desse recorte temporal justifica-se porque ele abarca textos que respondem aos volumes de Lewis Carroll de maneira crítica, coerente e criativa. Os textos lançados depois deste período, para a pesquisadora, “[...] tendem simplesmente a fazer referências aos mitos de *Alice* enquanto comentam questões e preocupações distantes do mundo de *Alice*³⁵¹”. Ewing, em “Amelia and the Dwarfs”, recupera os textos em diferentes instâncias, sobretudo, para parodiá-los.

³⁴⁹ “[...] Rather soft”. EWING, Juliana Horatia Gatty. Amelia and the Dwarfs. In.: EWING, Juliana Horatia Gatty. The Brownies and Other Tales. Columbia: Wentworth Press, 1999.

³⁵⁰ “[...] Had a strong resolute will, and a clever head of her own, though she was but a child. She had a way of her own too, and had it very completely. [...] She was, beyond question, the most tiresome little girl in that or any other neighbourhood”. Ibidem.

³⁵¹ “[...] Tend simply to make references to the *Alice* mythos while commenting upon issues and concerns far from Alice's world”.

Margaret Gatty, Juliana Ewing, Mary Molesworth, Jean Ingelow, Frances Hodgson Burnett, foram todas escritoras vitorianas de textos para crianças, participantes da “realidade” infantil da época, mas que caíram em ostracismo com o passar do tempo. Entretanto, conforme afirmam Nina Auerbach e U.C. Knoepfelmacher³⁵², embora as pressões econômicas e culturais tenham tornado o subsistema infantil mais receptivo à escrita feminina, em oposição à literatura “para adultos”, foram os homens, sobretudo Lewis Carroll, George MacDonald e James Barrie, os mais aclamados, na época, pela sua produção para crianças. Na concepção dos pesquisadores, sua obsessiva nostalgia com a infância inspirou a criação de espaços fantásticos em que os protagonistas não precisam crescer, como é o caso, por exemplo, do País das Maravilhas e da Terra do Nunca. Tanto as mulheres quanto as crianças, na Inglaterra vitoriana, não tinham representatividade legal. Vale lembrar que a revolução industrial criou demanda por trabalho feminino e infantil. Muitas vezes, crianças trabalhavam mais de 12 horas por dias, em fábricas têxteis³⁵³.

Para Auerbach e Knoepfelmacher, autoras como Juliana Ewing, Jean Ingelow e Christina Rossetti evocam Lewis Carroll e Charles Dickens em seus textos de maneira sutil, mas firme ao repudiá-los. Nas palavras deles:

[...] paradoxalmente, o endividamento especial dessas mulheres com Lewis Carroll, que institucionalizou a amoralidade na literatura juvenil, também foi um fardo. Se, por um lado, o sucesso dos livros de *Alice*

SIGLER, Carolyn. (ed.). *Alternative Alices: visions and revisions of Lewis Carroll's Alice books*. Lexington, Kentucky: University Press of Kentucky, 2015. p. 11.

³⁵² AUERBACH, Nina; KNOEPFLMACHER, Ulrich Camillus. (ed.). *Forbidden journeys: fairy tales and fantasies by Victorian women writers*. London: University of Chicago Press, 1993.

³⁵³ ROGERS, Jacquelyn Spratlin. Picturing the Child in Nineteenth-Century Literature. *Children & Libraries*, v. 6, n. 3, 2008.

certificou sonhos femininos e liberou subtextos agressivos para mulheres escritoras, a nostalgia de Carroll, sua resistência ao crescimento feminino e à sexualidade feminina dificilmente inspiraria Ewing, Ingelow e Rossetti ao transportar suas próprias heroínas infantis próprias aos reinos proibidos³⁵⁴.

Como dizíamos, Amelia torna-se o pesadelo dos amigos da família. Sua mãe sempre a levava, quando ia visitar seus conhecidos. Estes, quando percebiam a criança pela janela, “[...] costumavam pegar bugigangas delicadas ou ornamentos quebradiços espalhados e guardá-los, reclamando: ‘O que se pode fazer? Ai vem Amelia!’³⁵⁵”. A jovem fazia um exame minucioso nos cômodos das casas, interrompendo a conversa dos adultos com suas observações e mostrando objetos que ela tinha encontrado, balançando a porcelana em seus dedos. Destacamos que a mãe de Amelia, diante dessas travessuras, apenas a define como “[...] uma criança bastante observadora³⁵⁶” e chama a atenção da criança apenas com a frase “[m]inha querida Amelia!³⁵⁷” e algumas variações: “[m]inha querida Amelia, você não pode³⁵⁸”, “[v]ocê não pode³⁵⁹” e, por fim, “[m]inha quer-r-r-rida Amelia!

³⁵⁴[...] Paradoxically, the special indebtedness of these women to Lewis Carroll, who institutionalized the amorality in juvenile literature, was also a burden. If, on the one hand, the success of the *Alice* books had licensed female dreaming and liberated aggressive subtexts for women writers, Carroll’s nostalgia, his resistance to female growth and female sexuality, could hardly inspire Ewing, Ingelow, and Rossetti as they transported their own child heroines into realms of the forbidden. AUERBACH, Nina; KNOEPFLMACHER, Ulrich Camillus. (ed.). *Forbidden journeys: fairy tales and fantasies by Victorian women writers*. London: University of Chicago Press, 1993. p. 6.

³⁵⁵“[...] Used to snatch up any delicate knick-knacks, or brittle ornaments lying about, and put them away, crying, ‘What is to be done? Here comes Amelia!’” EWING, Juliana Horatia Gatty. *Amelia and the Dwarfs*. In.: EWING, Juliana Horatia Gatty. *The Brownies and Other Tales*. Columbia: Wentworth Press, 1999.

³⁵⁶“[...] A very observing child”. Ibid.

³⁵⁷“[m]y dear Amelia!” Ibid..

³⁵⁸“[m]y dear Amelia, you must not”. Ibid.

Você não pode³⁶⁰“. Em última instância, quando a menina, finalmente, quebrava a porcelana, a mãe dizia: “Oh, quer-r-r-rida, oh, quer-r-rida Amelia³⁶¹“.

Chama atenção do leitor a forma como as amigas da mãe da protagonista agem diante deste cenário. Se, inicialmente, seu silêncio conota certa cumplicidade com a progenitora, percebemos que, quando as personagens vão embora, as demais fazem troça com Amelia e sua mãe, ora lamentando as atitudes, ora ironizando a situação. Chegam a combinar, por exemplo, o envio das despesas causadas pela criança, indomesticável. Assim, em consonância com Talarach-Vielmas, compreendemos que “[...] longe de ser calma e sem conserto, dócil e domesticada, Amelia é uma versão em miniatura da fúria feminina, e seu apetite desinibido a tipifica como uma mulher que ameaça o ideal feminino³⁶²“.

Conforme Gillian Avery, uma característica que difere Ewing das demais escritoras de sua época, sobretudo Charlotte Yonge, é a representação dos adultos como “[...] seres humanos falíveis, enquanto alcançam um equilíbrio perfeito entre tratar as crianças como irremediavelmente contaminadas com o pecado original, ou como anjos de luz, condenadas a morrer jovens³⁶³“.

³⁵⁹ “[y]ou must not”. Ibid.

³⁶⁰ “[m]y dear-r-r-r-Ramelia! You must not.” Ibid.

³⁶¹ “Oh, dear-r-r-r, oh, dear-r-Ramelia”. Ibid..

³⁶² “[...] Far from being smooth and seamless, docile and domesticated, Amelia is a miniature version of female fury, and her uninhibited appetite typifies her as a female Other threatening the feminine ideal”. TALAIRACH-VIELMAS, *Laurence. Moulding the Female Body in Victorian Fairy Tales and Sensation Novels*. Aldershot, UK: Ashgate, 2007. p. 70.

³⁶³ “fallible human beings whilst striking a perfect balance between treating the children as hopelessly contaminated with original sin, or else as angels of light, doomed to die young”. AVERY, Gillian. *Mrs Ewing*. New York: H.Z. Walck, 1964. p. 46.

Marie-José Ch. De Lauwe³⁶⁴, ao estudar as representações da sociedade francesa sobre a criança, ao longo dos séculos XIX e XX, identifica um tipo de personagem muito similar à mãe de Amelia: a mãe em simbiose com a criança - seu amor apaixonado por ela. Trata-se da recorrência mais comum entre o corpus da pesquisadora, no que se refere à personagem materna. No conto de Ewing, embora a protagonista não verbalize, enxerga a mãe como propriedade sua e utiliza o argumento de autoridade dessa personagem apenas para realizar o que bem entende, a seu bel prazer. Ela sabe que será repreendida, mas tem conhecimento de que se trata de uma repreensão de aparência e poderá fazer o que quiser. Se através da mãe se esboça a primeira representação de mundo da criança, para Amelia, esse mundo é seu e deve se moldar a seus desejos.

Essa proteção permissiva da mãe provoca nela uma ansiedade que, podemos inferir, foi se tornando alienadora com o passar do tempo. Já na filha, acarreta uma satisfação momentânea. Entretanto, o potencial destrutivo da menina nunca se contenta e ela precisa, cada vez mais, bagunçar, sujar, destruir. Amelia não tem qualquer autonomia e esse comportamento aterrorizante a afasta cada vez mais do ideal feminino que Alice, a princípio, representa e, como logo veremos, a domesticidade, nesse caso, precisa da ajuda do sobrenatural, para ser atingida. Os pais de Amelia são paródias dos adultos vitorianos.

Para Elizabeth Thiel, a noção de família vitoriana englobava uma estrutura fixa (marido-esposa-filhos, conforme o censo de 1871), organizada numa unidade patriarcal, em que os papéis de cada um eram claramente divididos. A importância de se manter o *status quo*, na literatura, era feito a

³⁶⁴ DE LAUWE, Marie-Jose Chombart. *Um outro mundo: a infância*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

partir de reafirmações constantes de valores domésticos. Nos livros infantis, mais especificamente, essa mitologia familiar era realizada com o intuito de “[...] criar um modelo para um mundo em que pai e mãe, devotados ao bem-estar moral e/ou espiritual de seus filhos, estejam sempre presentes e atentos a seus deveres³⁶⁵”.

O mau comportamento de Amelia piora, quando os encontros sociais são realizados na casa de seus pais: “[a]qui ela ficava de joelhos ou pisoteava os vestidos e mexia nos ornamentos, surpreendendo uma dama sem sorte com o anúncio: ‘Finalmente tirei sua pulseira!’³⁶⁶”. Suas vítimas preferidas, segundo a narradora, eram aquelas pessoas mais engajadas nas conversas. À pedido de Amelia, a mãe chegava a dispensar a empregada, para que ela ficasse mais um pouco na companhia de adultos.

Amelia, então, se desmembra em dois tipos de personagens, conforme elencados por Ch. De Lauwe³⁶⁷: a criança que troça dos adultos e desmonta seus estereótipos e a criança que brinca com o adulto ou o utiliza. Nesse sentido, a protagonista desmonta os estereótipos, principalmente, da mãe e de suas amigas: a atenção é toda voltada às vitorianas. As mulheres da época eram idealizadas como “anjos do lar”, conforme popularizado pelo poema de Coventry Patmore, que é dedicado à sua esposa e descreve o estilo de vida da

³⁶⁵ “[...] Create a template for a world in which father and mother, devoted to the moral and/or spiritual well-being of their offspring, were ever-present and ever-mindful of their duties”.

THIEL, Elizabeth. *The Fantasy of Family: Nineteenth-Century Children’s Literature and the Myth of the Domestic Ideal*. [s.l.]: Routledge, 2013, p. 5.

³⁶⁶ “[h]ere she would scramble on to the ladies’ knees, or trample out the gathers of their dresses, and fidget with their ornaments, startling some luckless lady by the announcement, ‘i’ve got your bracelet undone at last!’” EWING, Juliana Horatia Gatty. *Amelia and the Dwarfs*. In.: EWING, Juliana Horatia Gatty. *The Brownies and Other Tales*. Columbia: Wentworth Press, 1999.

³⁶⁷ DE LAUWE, Marie-Jose Chombart. *Um outro mundo: a infância*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

classe-média inglesa. Ela utiliza os amigos de sua mãe como benefício e se diverte com eles, expondo sua hipocrisia. Afinal, nenhum deles se manifesta acerca do mau-comportamento da criança. Entretanto, conforme nos conta a narradora, várias vezes essa insatisfação com a menina é exteriorizada para os demais colegas, quando a mãe da personagem não está presente.

Não só de aprontar com adultos vivia a protagonista. Ela também atormentava os cães: “[...] ela pisava nas pontas de suas caudas, fingia lhes dar biscoito e depois batia em seus focinhos, além de puxar aqueles poucos pêlos longos e sensíveis que os cães de pele fina têm no lábio superior³⁶⁸”. Entretanto, os animais, ao contrário dos humanos, não eram nada polidos. Certa vez, um buldogue branco mordeu a perna de Amelia. Desesperada que a filha pudesse contrair hidrofobia ou morresse pelo uso de clorofórmio, a mãe sugere: “[s]e atiramos em Amelia e usamos o anestésico no buldogue - quero dizer, atiramos no bulldog e usamos o anestésico Amelia, com um atizador de brasa - ou deixamos como está; e se Amelia ou o buldogue tem clorofórmio ou o suportam sem... parece ser morte ou loucura em todos os sentidos³⁶⁹!

O ponto de vista de Auerbach e Knoepfmacher é de que, “[a]o atribuir esse deslize freudiano à mãe, Ewing aprimora sutilmente o conto popular irlandês original, em que um vizinho irritado propôs seriamente que se atirasse na irritante e recompensasse o cachorro que a mordeu³⁷⁰”. Deve-se

³⁶⁸ “[...] She used to tread on the tips of their tails, and pretend to give them biscuit, and then hit them on the nose, besides pulling at those few, long, sensitive hairs which thin-skinned dogs wear on the upper lip. Ibid.

³⁶⁹ “[w]hether we shoot Amelia and burn the bulldog— at least I mean shoot the bulldog and burn Amelia with a red-hot poker— or leave it alone; and whether Amelia or the bulldog has chloroform or bears it without— it seems to be death or madness every way!”. Ibid.

³⁷⁰ “[b]y assigning this Freudian slip to the mother, Ewing subtly improves on the original Irish folktale, where one annoyed neighbor quite seriously proposed shooting

notar, também a cumplicidade de Amelia e do cão. Ela afirma ao médico, que vai consultá-la, que o animal não deve ser abatido, pois o acontecido foi culpa dela. O médico, ao examinar a criança e constatar que o ferimento não era grave, olha para o cachorro e percebe que, “[...] longe de parecer louco, ele parecia muito mais sensível do que qualquer um na casa”³⁷¹.

Deve-se considerar, também, a relação de Amelia com a empregada, tal como é apresentada. A menina destruiu suas roupas intencionalmente, o que obrigava a mulher a remendá-las e lavá-las constantemente. Ao interrogar a criança, a empregada, que não tem nome, escuta: “[...] você está aqui pra quê?”³⁷², como indicativo de que ela era, praticamente, uma escrava. Enquanto a mãe conseguia descansar, para a outra mulher, não havia horário de descanso, pois ela “[...] deve sentar-se por horas, desgastando seus olhos à luz de uma vela de sebo, nos belos e pequenos buracos finos, irregulares e desnecessários nos vestidos de musselina de Amelia. Ou talvez ela tivesse que lavar e passar roupas para Amelia usar no dia seguinte”³⁷³. Ademais, Amelia também desperdiçava comida. Se a mãe logo entendia que a menina não tinha apetite, a empregada afirmava: “[m]any a poor child would thank

the pesky Meg and rewarding the dog who bit her”. AUERBACH, Nina; KNOEPFLMACHER, Ulrich Camillus. (ed.). *Forbidden journeys: fairy tales and fantasies by Victorian women writers*. London: University of Chicago Press, 1993. p. 19.

³⁷¹ “[...] So far from looking mad, he looked a great deal more sensible than anybody in the house”. EWING, Juliana Horatia Gatty. *Amelia and the Dwarfs*. In.: EWING, Juliana Horatia Gatty. *The Brownies and Other Tales*. Columbia: Wentworth Press, 1999.

³⁷² “[...] What are you here for?” Ibid.

³⁷³ “[...] Must sit up for hours wearing out her eyes by the light of a tallow candle, in fine-darning great, jagged, and most unnecessary holes in Amelia’s muslin dresses. Or perhaps she had to wash and iron clothes for Amelia’s wear next day”. Ibid.

GOD for what you waste every meal-time, Miss Amelia³⁷⁴” e era ignorada por ambas.

Conforme Jacquelyn Rogers³⁷⁵, havia uma alta taxa de mortalidade entre as crianças vitorianas, por conta das condições de trabalho, baixa nutrição e doenças. Entre 1700 e 1900 eram poucos os pequenos que, numa única família, sobreviviam. Não eram poucas as crianças que morriam antes de completar cinco anos. Os adultos ignoravam essa vulnerabilidade e buscavam trazê-las para o mundo dos adultos o mais rápido possível, pois o envolvimento emocional era muito arriscado: roupas, trabalho, responsabilidades simulavam e se equiparavam a dos adultos. Ainda conforme a pesquisadora, pode-se supor que não se reconhecia a infância por conta da demanda provocada pela Revolução Industrial por mão-de-obra barata. Para ela, é irônico que a literatura infantil tenha se proliferado nessa época, mas isso pode ser explicado “[...] pela economia da invenção (incentivando o uso do trabalho infantil nas fábricas) mais a oferta e a demanda (materiais de leitura prazerosos para crianças, possibilitados pelas eficiências das máquinas nas fábricas)³⁷⁶”.

Como vimos até aqui, Ewing dedica a primeira metade de seu conto a uma documentação cuidadosa da conduta de Amelia, representando-a como uma criança agressiva, temida pelos adultos vitorianos. como um monstinho agressivo que habilmente tiraniza e explora estupidamente adultos vitorianos impotentes. O tópico anterior lidava com recorrências no universo de Amelia

³⁷⁴ “[m]uitas crianças pobres agradeceriam a DEUS pela comida que você desperdiça, senhorita Amelia”. Ibid.

³⁷⁵ ROGERS, Jacquelyn Spratlin. *Picturing the Child in Nineteenth-Century Literature*. *Children & Libraries*, v. 6, n. 3, 2008.

³⁷⁶ “[...] By the economics of invention (encouraging the use of child labor in factory work) plus supply and demand (pleasure reading materials for children made possible by more efficient machinery in the factories)”.

e, focalizando-a, mostrou-nos seu comportamento, de forma a corroborar com a afirmativa inicial da madrinha da narradora, para quem uma boa história deve ter uma moral explícita. Assim, observamos que não há, em Amelia, resquícios da criança idealizada pelos românticos. Nesse sentido, deve-se notar a importância do estudo de Marah Gubar, *Artful Dodgers: Reconceiving the Golden age of Children's Literature*. Ao analisar textos de Juliana Ewing, Mary Louisa Molesworth, Hesba Stretton, Frances Crompton, entre outros, a pesquisadora nos mostra que a noção da literatura infantil vitoriana como propagadora, exclusivamente, do culto à criança, deve ser reconsiderada. Para ela, embora muitos escritores evoquem um ideal de infância associado ao romantismo, eles frequentemente questionam e ironizam o paradigma da “criança da natureza”. Nas palavras de Gubar, os vitorianos “[...] frequentemente caracterizam a criança como um colaborador que está envolvido nas restrições da cultura que ela habita - assim como as pessoas mais velhas - e ainda não é inevitavelmente vitimizado como resultado desse contato com adultos e seu mundo³⁷⁷“. Assim, pode-se observar que não há uma concepção única para a criança vitoriana, que não é singular, mas plural, complexa.

Mary Martha Sherwood, escritora de sucesso notável durante a Era Vitoriana, acreditava que “[a] instrução, quando transmitida por meio de alguma história bonita ou conto agradável, se insinua mais facilmente na

³⁷⁷ “[...] Frequently characterize the child as a collaborator who is caught up in the constraints of the culture he inhabits—just as older people are—and yet not inevitably victimized as a result of this contact with adults and their world” (p. Viii). GUBAR, Marah. *Artful dodgers: reconceiving the golden age of children's literature*. New York: Oxford University Press, 2010.

mente jovem do que qualquer coisa de natureza mais seca [...]”³⁷⁸. Como tal instrução deve estar totalmente em voga com a ideologia cristã, os contos-de-fadas não eram recomendáveis. Para ela, seria um absurdo utilizar de tal gênero para fornecer princípios cristãos. Conforme Gillian Avery, os ingleses debatiam duas questões: “[...] se as crianças que leem contos-de-fadas aprenderiam a distinguir entre verdade e ficção, e se não era um desperdício iníquo de tempo estudar reinos do país das fadas, em vez de aprender a latitude e longitude de Otaheite e os principais produtos do Peru”³⁷⁹. A primeira delas é discutida ao longo do século XIX e a segunda vai esvaecendo com o passar das décadas. Esses tópicos são fortemente parodiados por Lewis Carroll, em ambos os volumes de *Alice*. Já no conto de Ewing, o fantástico se torna veículo para a realização desse ensinamento, ainda que de maneira paródica e subversiva, pois de cunho sexual, como veremos a seguir.

O próximo tópico, “Underthe Haycocks”, vai, finalmente, tratar do tempo presente. Ele pode ser entendido como apenas um prelúdio da parte seguinte, em que Amelia passará por um processo de reeducação por parte dos anões. Dessa forma, trata-se de um recorte na vida criança. No verão, a menina está constantemente brincando entre os os montes de feno, em um campo pertencente a seu pai, para o desespero dos trabalhadores, pois “[e]la

³⁷⁸ “[i]nstruction, when conveyed through the medium of some beautiful story or pleasant tale, more easily insinuates itself into the youthful mind than anything of a drier nature [...]”

SHERWOOD, Martha. *The Works of Mrs. Sherwood: Being the Only Uniform Edition Ever Published in the United States*. New York: Harper & Brothers, 1834. p. 57.

³⁷⁹ “[...] Whether children who read fairy tales would ever learn to distinguish between truth and fiction, and whether it was not an iniquitous waste of time to study kingdoms of fairyland instead of learning the latitude and longitude of Otaheite, and the main products of Peru”. AVERY, Gillian. *Mrs Ewing*. New York: H.Z. Walck, 1964, p. 41.

perdeu os ancinhos, quase se matou e a várias outras pessoas com um garfo e derrubou uma pilha de feno atrás de outra, logo depois que estas eram feitas. Na hora do chá, esperava-se que ela partisse, mas ela persuadiu sua mãe, para que se trouxesse o chá para o campo [...] ³⁸⁰«. Ao anoitecer, ela insiste em brincar no campo, apesar da represália de sua mãe e da empregada, que alerta que ela poderia encontrar fadas. Essa personagem havia visto um pássaro pega-rabuda perto da casa e isso era sinal de má sorte.

Amelia ignora as indicações e vai ao campo. Lá, encontra um ambiente que é descrito pela narradora como bastante onírico, o que nos dá a entender que se tratava de uma espécie de entre-lugar, entre a realidade e a fantasia. Lá, em que se ouvia apenas “metade” dos sons, a menina é surpreendida por anões. Um deles é descrito como “[...] um homenzinho vestido de verde, com um chapéu alto e pontudo e sapatos, também pontiagudos, amarrando o cadarço com o pé em uma haste de restolho. Ele tinha o rosto mais enrugado já visto [...] ³⁸¹«, que reclamam da protagonista. Os seres mágicos querem festejar entre o feno, mas não conseguem, pois estes estão todos sujos e mal-cuidados, pois neles estão cacos dos objetos quebrados pela menina, sua roupa suja, seus alimentos desperdiçados.

Ao apresentar-se, dizendo que, por se tratar do terreno de seu pai, ela pode fazer o que bem entender, Amelia é raptada pelos anões, que cantam:

³⁸⁰«[s]he mislaid the rakes, nearly killed herself and several other persons with a fork, and overturned one haycock after another as fast as they were made. At tea-time it was hoped that she would depart, but she teased her mamma to have the tea brought into the field [...]”. EWING, Juliana Horatia Gatty. *Amelia and the Dwarfs*. In.: EWING, Juliana Horatia Gatty. *The Brownies and Other Tales*. Columbia: Wentworth Press, 1999.

³⁸¹«[...] A tiny man dressed in green, with a tall, pointed hat, and very, very long tips to his shoes, tying his shoestring with his foot on a stubble stalk. He had the most wizened of faces [...]”. *Ibid.*, Locais do Kindle 1581-1582.

“[t]udo debaixo do sol pertence aos homens/e tudo debaixo da lua pertence às fadas³⁸²”. As regras, então, são outras. Assim,

[...] o homenzinho, que estava atrás dela, beliscou seu cotovelo com os dedos magros e, como todos sabem, isso dá agonia; então, Amelia correu e tentou fugir. Mas, quando ela correu muito rápido, o anão pisou em seus calcanhares com o sapato pontudo e, quando ela não era rápida o suficiente, ele beliscava seu cotovelo. Então, pela primeira vez na vida, ela foi obrigada a fazer o que lhe foi mandado³⁸³

Eles, então, substituem Amelia, no mundo real, por um boneco vivo [stock] que, inicialmente, parecia exatamente com ela. Entretanto, logo depois, a personagem percebe que ele, na verdade, “[...] não passava de um diabrete peludo, com um rosto parecido com o mais antigo e grotesco dos macacos³⁸⁴”.

A capacidade de criação de Ewing, de um universo de atmosfera mágica, fez com que Margaret Gatty insistisse para que sua filha permanecesse no viés fantástico. Em carta à Ewing, depois de ler “Amelia and the Dwarfs”, ela diz: “[...] você é singular em manter a parte doméstica tão real, apesar da introdução de dispositivos sobrenaturais. Em nove de cada dez casos, o real sai perdendo, mas no seu caso, não. E você parece ter uma

³⁸² “[a]ll under the sun belongs to men,/And all under the moon to the fairies”. Ibid.

³⁸³ the little man, who was behind her, pinched her funny-bone with his lean fingers, and, as everybody knows, that is agony; so Amelia ran on, and tried to get away. But when she went too fast, the dwarf trod on her heels with his long-pointed shoe, and if she did not go fast enough, he pinched her funny-bone. So for once in her life she was obliged to do as she was told.

³⁸⁴ “[...] Was nothing but a hairy imp, with a face like the oldest and most grotesque of apes”. Ibid.

tendência a fazer isso, como uma vocação³⁸⁵. Infelizmente, a escritora não seguiu com essa vocação apontada pela mãe, como nos conta Demers. Conforme a pesquisadora, “[e]mbora ela não tenha dado nenhuma explicação para não continuar nesta veia, as especulações incluem seu possível desconforto com a administração do sobrenatural e com uma malevolência quase não regenerada³⁸⁶”.

Debaixo do feno, para onde Amelia é levada, tudo é diferente: a iluminação lembrava o início do alvorecer e diversas flores se espalhavam pelo ambiente: uma pequena charneca. Esse ambiente era estático, assim, não havia noção de dia, nem de noite. Nunca estava frio, nunca chovia. Tudo seria lindo, não fosse a bagunça da personagem. Por isso, ela devia começar seu trabalho lavando suas próprias roupas. Diz o anão: [o] que a babá poderia ter feito, ela já fez, agora é sua vez³⁸⁷. Ao afirmar que não sabia como realizar essa atividade, a personagem é apresentada a uma mulher, identificada como a criada dos anões. Trata-se de uma representação da mulher servil e inerte, em negação a seus desejos e vontades. Quando se irritava, Amelia era, novamente, agredida pelos anões, que apertavam seus

³⁸⁵ “[...] You are rather singular in keeping the domestic part so real in spite of the introduction of supernatural machinery. In nine case out of ten the real suffers, but in your case not, and you seem to have such a tendency to it that I say it is a vocation”. KNOEPFLMACHER, Ulrich Camillus. *Ventures into childland: Victorians, fairy tales, and femininity*. London: University of Chicago Press, 1998. p. 378.

³⁸⁶ “[a]lthough she offered no explanation for not continuing in this vein, speculations include her possible discomfort with stage-managing the supernatural and with an almost unregenerate malevolence”.

DEMERS, Patricia. Juliana Horatia Ewing. In: KHORANA, Meena. (ed.). *Dictionary of Literary Biography: British Children’s Writers, 1800-1880*. Detroit: Gale Research, 1996. p. 93.

³⁸⁷ “[w]hat Nurse can do she has done, and now it’s time for you to begin”. [...]” EWING, Juliana Horatia Gatty. *Amelia and the Dwarfs*. In.: EWING, Juliana Horatia Gatty. *The Brownies and Other Tales*. Columbia: Wentworth Press, 1999.

cotovelos e suas costelas. Quando fica com fome, deve comer seus próprios restos de comida.

Isso nos permite notar como o mundo dos anões, em vez de fornecer à personagem uma versão alternativa da realidade, como acontece em *Alice's Adventures in Wonderland*, reflete a natureza de Amelia. Esses personagens amplificam e expandem o comportamento da menina no mundo real, ao humilhá-la e transformá-la em sua escrava, independente de suas necessidades como um ser semelhante a eles, com suas necessidades específicas.

Com o passar do tempo, Amelia e a criada dos anões começaram a se tornar amigas: a menina, inclusive, passa a ganhar momentos de folga. Essa personagem, também não-identificada por um nome próprio, passa a ajudar Amelia a costurar suas roupas guardadas, enquanto a menina cozinhava e a entretinha recitando poemas e contando histórias: “‘Como estou feliz por ter aprendido alguma coisa!’ pensou a pobre criança: ‘tudo o que se aprende parece útil em algum momento’³⁸⁸”. Este excerto já mostra como, em vez de domesticar Amelia, os anões apenas fazem com que ela desenvolva outras habilidades, como a dissimulação. Afinal, a menina está contente, não por ter feito uma nova amiga, mas porque, ao entreter a escrava dos seres mágicos, esta a auxiliava em suas tarefas e permitia que ela descansasse.

Essa personagem, entretanto, observando o desenvolvimento de Amelia, afirma: “[...] agora que você é uma coisinha tão disposta, prática e civil, e tão bonita e graciosa, acho que é muito provável que eles [os anões]

³⁸⁸“How glad I am that I ever learnt anything!” Thought the poor child: “everything one learns seems to come in useful some time”. Ibid.

queiram mantê-la por completo³⁸⁹“. O boneco, seu duplo, possuiria um gato preto e retornaria para debaixo do feno e, Amelia, aos olhos de seus pais, estaria morta. Ela, então, dá um conselho à menina: os anões deveriam vê-la dançar e se encantariam por ela. Com isso, a chamariam para festejar com eles sob o luar, no mundo real. Nessa oportunidade, ela deveria encontrar um trevo de quatro folhas e desejar voltar para casa. Isso seria mais fácil se a menina conseguisse fingir que está feliz e que esqueceu do mundo exterior. Essa personagem revela à Amelia que sua domesticação a tornará sexualmente desejável aos anões, os quais ela deve seduzir, também, através da dança.

A próxima tarefa de Amelia é em conjunto com outro anão, mais velho, que está forjando rebites para consertar porcelana e vidro numa parte mais rochosa da charneca. Depois de cumprir pobremente parte de sua tarefa, a menina para e começa a dançar. O ser mágico fica tão animado ao assisti-la, que ensina a ela um passo de dança de sua preferência. Ao vê-la realizando o movimento, ele faz todo seu trabalho. Depois, ela o ensina a polka-mazurka³⁹⁰. Entusiasmado, ele diz: “[a]gora eu vou aprender o passo, e então eu vou colocar meu braço em volta da sua cintura e dançar com você³⁹¹“. Isso se repete na última tarefa de Amelia: juntar os “fios” das conversas que ela interrompeu, pois o que o velho anão quer mesmo, é que a menina dance com ele, acompanhada de outros anões.

³⁸⁹“[...] Now you are such a willing, handy, and civil little thing, and so pretty and graceful withal, that I think it is very likely that they will want to keep you altogether”. Ibid.

³⁹⁰ Um tipo de dança musicalmente semelhante à mazurka, de origem polonesa, mas cujos passos remetem à polca, de origem tcheca.

³⁹¹“[n]ow I will learn the step, and then I will put my arm round your waist and dance with you.” Ibid..

Por fim, no segmento seguinte, “By Moonlight”, depois de enganar as criaturas mágicas com a sensualidade de sua dança e com sua suposta felicidade, a pequena é convidada para juntar-se a eles à luz do luar, para festejar. Todas as precauções são tomadas. Um dos anões, inclusive, propõe fazer “[...] um chapéu de madeira, [...] para que, mesmo que ela seja vista [por humanos], pareça um João-galafoides³⁹² balançando para cima e para baixo³⁹³”. Paciente e dissimulada, é apenas no segundo dia que Amelia consegue pôr as mãos num trevo de quatro folhas e, para a tristeza dos anões, ela exclama: “[e]u quero ir pra casa!³⁹⁴”. Nesse mesmo instante, ela troca de lugar com o boneco e se encontra em sua própria cama. Esse espaço em que ela dança com os anões, o campo, borra a divisão entre o real e a ficção. Trata-se de uma artimanha dos anões, para passearem no mundo real. Dessa forma, torna-se um espaço fronteiro.

Conforme Demers³⁹⁵, as flores têm um papel importante na obra de Ewing, tornando-se mais do que apenas parte do cenário. Muitas vezes, refletem a personalidade de seus personagens e marcam o início de uma ação. A pesquisadora utiliza como exemplo a flor de três pétalas de “The Blind Hermit and the Trinity Flower” [O Eremita Cego e a Flor da Trindade] (1871), que se trata de um emblema do esvanecimento da fé e da perseverança de um homem à beira da morte. As flores elencadas pela narradora para compor o cenário da charneira dos anões, ao mesmo tempo que embelezam o lugar, contribuem, ao misturarem-se com a sujeira de

³⁹²Will-o'-the-wisp, no original. Equivale ao mito brasileiro do João Galafuz (Fogo Fátuo), duende representado como um facho de luz colorido.

³⁹³“[...] A hat of touchwood, [...] So that even if she is seen [by humans] it will look like a will-o'-the-wisp bobbing up and down”. Ibid., Locais do Kindle 1740-1741.

³⁹⁴“I want to go home!” Ibid., Locais do Kindle 1761.

³⁹⁵ DEMERS, Patricia. Juliana Horatia Ewing. In: KHORANA, Meena. (ed.). *Dictionary of Literary Biography: British Children's Writers, 1800-1880*. Detroit: Gale Research, 1996.

Amelia, com a criação de ambiente claustrofóbico. Ademais, somente o trevo de quatro folhas pode libertá-la. Conforme Harry Oliver³⁹⁶, trata-se de um dos mais famosos símbolos de boa sorte e sua origem como tal pode anteceder o século XVII. A superstição popular diz que cada folha deve representar bonança em diferentes áreas: riqueza material, fama, amor e saúde. Entretanto, conforme o autor, no passado, acreditava-se que tal trevo oferecesse proteção contra as bruxas. Dessa forma, aquele que tivesse em sua posse um trevo de quatro folhas, conseguiria ver os truques e as armadilhas dos seres mágicos. Amelia, travestida de fogo-fátuo, não pode ser identificada por seus pais. Seu próprio pai pensa ter visto essa luz azulada no campo. Mas, em posse de um trevo, a menina consegue se desvencilhar dos poderes mágicos que a aprisionam, e volta para casa.

“At Home Again”, o último segmento, apesar de narrativamente, funcionar, apenas, como um epílogo, traz algumas questões essenciais, sobretudo no que se refere à cumplicidade entre a narradora e sua protagonista. Apesar de astuta, a personagem mostra-se vingativa, ao se deleitar com a quantidade de remédios que seu duplo teve que engolir. Entretanto, ao chamar a atenção de sua voz, esta se assusta, pois “[o] tom de voz terno, humilde e amoroso era tão diferente do velho rosnado imperioso de Amelia, que sua mãe mal o reconheceu [...]”³⁹⁷. Mesmo relutante, para acalmar sua mãe, ela toma um remédio, rotulado como “sacudir bem antes de

³⁹⁶ OLIVER, Harry. *Black Cats & April Fools-Origins of Old Wives Tales and Superstitions in Our Daily Lives*. Berkeley: Metro Publishing, 2009.

³⁹⁷ “[t]he tender, humble, loving tone of voice was so unlike Amelia’s old imperious snarl, that her mother hardly recognized it [...]”. EWING, Juliana Horatia Gatty. *Amelia and the Dwarfs*. In.: EWING, Juliana Horatia Gatty. *The Brownies and Other Tales*. Columbia: Wentworth Press, 1999.

ingerir³⁹⁸” e afirma que a mulher nunca mais sofrerá com sua obstinação. A menina conta ao médico o que aconteceu, para o desespero de sua mãe, que acredita se tratar de um delírio, causado pela febre. O médico, entretanto, a acalma. Nem a empregada acredita em sua história. Mas, ao ouvir sobre seus serviços, enquanto escrava dos anões, lembra-a de que “muitas crianças pobres precisam trabalhar e se cansam, ficam velhas antes do tempo”³⁹⁹.

O único que notou que o boneco não era Amelia foi o cachorro. Conforme relata a narradora, “seu bom humor parecia ter sido trocado pela fúria incompreensível, e ele estava tentado a atacar o boneco que, por sua vez, também desgostava dele”⁴⁰⁰. O cão, dado o retorno de Amelia, termina a história promovido a “babá chefe”. Dessa forma, atribui-se a ele características antropomórficas que o aproximam, por exemplo, a Nana, da babá das crianças Darling, em *Peter and Wendy*, cadela da raça Terra Nova.

Ao discutir sobre as representações de animais em seu corpus, Ch. De Lauwe⁴⁰¹ afirma que “[c]lassificando os animais segundo a lógica do mundo real e segundo sua primeira aparência, agrupam-se em animais familiares, selvagens, ou desempenhando diretamente um papel simbólico e, consequentemente, possuindo características um pouco insólitas” (p. 285). Em “Amelia and the Dwarfs”, há uma assimilação de um pelo outro. No início do texto, a mordida que o cão dá na menina resulta na cumplicidade entre ambos. É a primeira vez, ao longo do texto, que ela demonstra empatia por algo. Depois, quando o boneco toma o lugar da protagonista, ele é mal

³⁹⁸ “[t]o be well shaken before taken”. Ibid..

³⁹⁹ “many’s the poor child that has to [work], and gets worn and old before her time”. Ibid..

⁴⁰⁰ “[h]is usual good-humour appeared to have been exchanged for incomprehensible fury, and he was with difficulty prevented from flying at the stock, who on her part showed an anger and dislike fully equal to his”. Ibid.

⁴⁰¹ DE LAUWE, Marie-Jose Chombart. *Um outro mundo: a infância*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

recebido pelo cão, que é preso fora da casa. Enfim, quando a verdadeira criança retorna, ele consegue se libertar para recebê-la afetuosamente.

No fim, “[...] apesar do passado, Amelia cresceu boa e gentil, altruísta e atenciosa com os outros”⁴⁰² e se tornou tão popular com os conhecidos de sua mãe, que estes passaram a chamá-la de “Amy” [Amada].

Sandra Gilbert e Susan Gubar (2020) afirmam que a escrita feminina carrega em si um discurso de duas vozes, isto é, traz consigo o discurso do dominante e do silenciado. A essa duplicidade textual elas chamam “palimpsesto” e consideram que o texto literário de autoria feminina é compilado a partir de diferentes camadas, que se distribuem de forma que as camadas mais superficiais disfarçam as mais profundas. Se tomarmos o supracitado romance de Brontë, *Jane Eyre*, como exemplo, podemos dizer que sua trama superficial engloba o romance da protagonista com o senhor Rochester. Por outro lado, essa trama apenas mascara outra, uma segunda camada, mais profunda, que é caracterizada pela raiva insana de BerthaMasons, trancada no porão de sua própria casa, por seu próprio marido.

As mudanças que Juliana Ewing faz do folclore original são vistas por Talairach-Vielmas como uma “[...] reescrita do didatismo de suas antepassadas em uma narrativa ambígua, que transforma a escrita feminina em uma leitura dos códigos de domesticação. A feminilidade adequada flerta com fingimento e engano, enquanto a moralidade do conto soa irônica”⁴⁰³.

⁴⁰² “[...] In spite of the past, Amelia grew up good and gentle, unselfish and considerate for others”. EWING, Juliana Horatia Gatty. *Amelia and the Dwarfs*. In.: EWING, Juliana Horatia Gatty. *The Brownies and Other Tales*. Columbia: Wentworth Press, 1999.

⁴⁰³ “[...] Rewrite her foremothers’ didacticism into an ambiguous narrative which turns female writing into a reading of the codes of domestication. Proper femininity flirts with pretence and deceit while the morality of the tale sounds ironical”.

Em “Amelia and the Dwarfs”, a protagonista sofre, a partir das humilhações promovidas contra ela no mundo fantástico, uma transformação de ordem social que, num primeiro nível, a aproxima da criança romântica, conforme idealizada no vitorianismo: torna-se uma boa filha, que ama sua mãe, cai nas graças dos amigos dela, não suja seus vestidos, não desperdiça comida, não interrompe as conversas dos adultos e respeita sua empregada. Amelia, portanto, se torna um membro aceitável e exemplar em seu meio social.

Entretanto, enquanto os personagens do mundo real continuam os mesmos, devemos observar, num nível mais profundo, que a menina simplesmente domou seus impulsos anárquicos, mas manteve sua sagacidade. Afinal de contas, a partir de muita paciência e dissimulação é que ela conseguiu enganar as criaturas mágicas que, ao raptá-la, conseguiram, por um momento, domesticá-la. Dessa forma, observa-se que o tema crime-castigo que sinaliza o processo de socialização da protagonista se trata, apenas, de uma camada mais superficial da narrativa, dissimulando o fato de ela ter utilizado sua sagacidade e ter adquirido a capacidade de disfarçar seus impulsos agressivos, que se tornam uma piscadela da narradora para seu leitor implícito.

A última parte do texto, também não titulada, se trata de um último parágrafo, provavelmente de autoria da madrinha da narradora, que se pergunta se a avó de sua avó acreditava se Amelia teve febre ou se conheceu mesmo as fadas. Ela própria responde: “[...], mas ela sempre observou que era uma história agradável, com uma boa moral, que certamente era suficiente para qualquer um^{404c}. Dessa maneira, podemos notar que a própria

TALAIRACH-VIELMAS, Laurence. *Moulding the Female Body in Victorian Fairy Tales and Sensation Novels*. Aldershot, UK: Ashgate, 2007. p. 68.

^{404c}[...] But she always observed that it was a pleasant tale with a good moral, which was surely enough for anybody”. EWING, Juliana Horatia Gatty. *Amelia and the*

narradora, a partir dos artifícios escolhidos por ela para contar este conto, de tradição geracional, ironiza sua contação de histórias, mantendo-se, de maneira mascarada, em um nível primeiro das camadas de sua narrativa: aquela que aponta para a conversão de Amelia, depois de suas andanças no mundo dos anões. Por essa razão, Knoepfmacher⁴⁰⁵ considera o texto uma “comédia de conduta” [comedy of manners].

Tendo em vista o que foi apresentado, podemos considerar o conto “Amelia and the Dwarfs”, em harmonia com Talairach-Vielmas, como “[...] um exemplo relevante neste estudo da representação feminina, pois reutiliza a mitologia matriarcal, explorando o folclore feminino e reescreve um conto de fadas irlandês⁴⁰⁶”. O processo de aculturação pelo qual Amelia passa é moldado a seu bel prazer. Afinal, ela ainda lança mão de sua sagacidade e capacidade de dissimulação para conseguir o que quer. Então, termina sua história como uma criança romântica subversiva, que utiliza sua própria idealização cultural em prol de suas próprias vontades.

Por outro lado, Juliana Horatia Ewing demonstra uma comunidade de mulheres dentro da tradição literária⁴⁰⁷. Além de seu conto-de-fadas se aproximar tematicamente de outros, escritos por Anne Thackeray Ritchie e Maria Louisa Malesworth, ela também revê o texto de Lewis Carroll, como

Dwarfs. In.: EWING, Juliana Horatia Gatty. *The Brownies and Other Tales*. Columbia: Wentworth Press, 1999.

⁴⁰⁵ KNOEPFLMACHER, Ulrich Camillus. *Ventures into childland: Victorians, fairy tales, and femininity*. London: University of Chicago Press, 1998.

⁴⁰⁶ “[...] A relevant example in this study of feminine representation, for it re-uses matriarchal mythology by tapping into female folklore and rewriting an Irish fairy tale”.

TALAIRACH-VIELMAS, Laurence. *Moulding the Female Body in Victorian Fairy Tales and Sensation Novels*. Aldershot, UK: Ashgate, 2007. p. 68.

⁴⁰⁷ ROCHA, Guilherme Magri da. *As Alices alternativas de Christina Rossetti, Jean Ingelow e Juliana Horatia Ewing*. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017.

fazem Christina Rossetti, Jean Ingelow, Frances Burnett, entre outras escritoras vitorianas. Ademais, observa-se sua parceria com Charlotte Yonge, que publica seus primeiros textos, com a mãe, Margaret Gatty, sua grande influenciadora e, anos mais tarde, com sua própria irmã, Horatia Eden, quando co-editam a *Aunt Judy's Magazine*, o que nos mostra a dedicação dessas mulheres não só na literatura, no caso, infantil, como arte, mas como forma de aquisição monetária. A redescoberta dessas escritoras e sua análise no século XXI aponta para uma noção plural de cânone e seu discurso de duas vozes, para maneiras de se subverter a tradição literária.

SOBRE OS AUTORES

Cleide Antonia Rapucci - Graduada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade do Sagrado Coração (USC), mestra em Inglês (Master of Arts) pela Duquesne University, e doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis). Docente Assistente Doutor do Departamento de Letras Modernas da FCL/UNESP- Assis.

Guilherme Magri da Rocha - Graduado em Letras (Lic) e mestre em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis) e doutorando em Letras pela mesma instituição.

Gustavo de Andrade Durão - Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio sanduíche no Institut d'études politiques (Paris) e Pós-doutorado em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Docente na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no campus São Raimundo Nonato.

João Muniz Junior – Graduado e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis) e doutorando em História pela mesma instituição.

Joyce Rodrigues Ferraz Infante - Doutora em Letras, na área de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), onde concluiu o Mestrado em Letras na mesma área. Coursou Bacharelado em Letras (Português/Espanhol) na FFLCH/USP e Licenciatura (Português/Espanhol) na FE/USP. Realizou estudos de Pós-Doutorado na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela/Espanha (2010/2020). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos.

Kassiana Braga - Graduada e Mestra em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis) e doutoranda em História pela mesma instituição.

Regina Célia dos Santos Alves - Graduada em Letras pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), mestra e doutora em Letras pela mesma instituição. Docente adjunta da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Thiago de Araujo Folador – Graduado (Lic/Bac) em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Thiago Henrique Sampaio – Graduado em História e Letras pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis) Mestre em História e Letras e doutorando em História pela mesma instituição. Docente da Universidade Paulista (UNIP-Assis) e docente substituto na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Assis).

Vinicius Schiochett – Graduado em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Mestre e doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do curso de graduação em Filosofia e de Unidades de Aprendizagem Institucionais da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

“Pensar as relações entre História e Literatura ou Literatura e História e suas imbricações significa adentrar-se em um amplo e diverso espectro de possibilidades de investigação que movimenta – de forma contundente, enriquecedora e também controversa – tanto o campo dos estudos literários como o da historiografia. No que concerne à Literatura, no ensaio ‘A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea’, Hayden White afirma que ‘é possível produzir um discurso imaginário sobre acontecimentos reais que pode não ser menos ‘verdadeiro’ por ser imaginário. Tudo depende de como se elabora a função da faculdade de imaginar da natureza humana’. A Literatura, portanto, com seus componentes de realidade e ficção, verdade e imaginação, pode criar a experiência de reconstrução do passado e de acesso a ele, ao mesmo tempo em que promove uma reflexão crítica sobre esse passado e sobre a própria representação que dele oferece. Assim, a narrativa memorialística, autobiográfica, testemunhal ou ficcional fundamentada – ou não – por pesquisas a arquivos pessoais, públicos, fotográficos, filmicos, se dispõe a revisitar ou a reconstituir tramas individuais, sociais ou políticas com o propósito de transmitir e preservar memórias históricas e, ao mesmo tempo, indagar sobre causas e consequências de determinadas situações ou períodos traumáticos. A Literatura, ao narrar, contar, perscrutar o passado, favorece a compreensão do momento presente e indica caminhos para o futuro.

Os temas reunidos neste volume são bastante diversos e, ao mesmo tempo, consonantes na medida em que apresentam – por diferentes vieses, enfoques, metodologias – a Literatura em suas relações com a História. Os textos aqui presentes constituem uma pequena amostra das intersecções entre Literatura e História em pesquisas ora em desenvolvimento no ambiente acadêmico brasileiro. Constituem importante contribuição a quem investigue ou se interesse pelo tema.”

Profa. Dra. Joyce Rodrigues Ferraz Infante
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)